

UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO
FACULDADE DE ARTES E COMUNICAÇÃO
CURSO DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA

Chiara Einloft Druck
Eduardo Affonso Silva Messa
Gabriel Lemes Martiori
Laura Moraes

O FUTURO DA POLÍTICA BRASILEIRA:
UMA COMUNICAÇÃO PARA JOVENS ELEITORES

Passo Fundo
2021

Chiara Einloft Druck
Eduardo Affonso Silva Messa
Gabriel Lemes Martiori
Laura Moraes

O FUTURO DA POLÍTICA BRASILEIRA: UMA COMUNICAÇÃO PARA JOVENS ELEITORES

Projeto experimental apresentado ao curso de Publicidade e Propaganda da Faculdade de Artes e Comunicação, da Universidade de Passo Fundo, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Publicidade e Propaganda, sob a orientação da Dra. Lisiane Caroline Rodrigues Hermes, Ms. Ciro Eduardo Gusatti e Ms. Olmiro Cristiano Lara Schaeffer.

Passo Fundo

2021

RESUMO

O desinteresse dos jovens na política brasileira torna-se um problema à medida que os mesmos são uma parcela considerável do poder decisório. Desta forma, o presente trabalho tem como objetivo geral difundir o conhecimento sobre o funcionamento da política para os jovens de 15 a 17 anos da cidade de Passo Fundo/RS e região. Para que o mesmo fosse atingido, foram realizadas pesquisas de dados primários por meio de entrevistas com o público-alvo e com o público próximo e levantamento de dados secundários através de pesquisa bibliográfica. Para o êxito do objetivo, foi feito o planejamento de campanha que deu-se a partir de dados primários quantitativos com o público-alvo, que, colaborou assim, para o desenvolvimento e criação da campanha, de táticas e estratégias de interesse público acerca da política brasileira, contribuindo para a difusão do conhecimento.

Palavras-chave: Comunicação. Comunicação Social. Campanha de Interesse Público. Publicidade e Propaganda. Política brasileira. Sistema Federativo Brasileiro. Jovens Eleitores.

LISTA DE ABREVIATURAS

- ARENA** - Aliança Renovadora Nacional
- CNJ** - Conselho Nacional da Justiça
- CPI** - Comissão Parlamentar de Inquérito
- EENAV** - Escola Estadual de Educação Básica Nicolau de Araújo Vergueiro
- MDB** - Movimento Democrático Brasileiro
- MEC** - Ministério da Educação
- MVC** - Movimento Voto Consciente
- OSC** - Organização da Sociedade Civil
- OSCIP** - Organização da Sociedade Civil de Interesse Público
- STF** - Supremo Tribunal Federal
- STJ** - Superior Tribunal de Justiça
- TICs** - Tecnologias da Informação e Comunicação
- TRE-RR** - Tribunal Regional Eleitoral de Roraima
- TRE-RS** - Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul
- TSE** - Tribunal Superior Eleitoral
- UFPR** - Universidade Federal do Paraná
- USP** - Unique Selling Proposition

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Alunos do EENAV esperando o começo da atividade.....	43
Figura 2 - Início da atividade.....	44
Figura 3 - Quadro com valores escolhidos pelos alunos	45
Figura 4 - Integrantes do projeto dialogando com os alunos.....	46
Figura 5 - Leis criadas pelos alunos.....	47
Figura 6 - Finalização do Dia de Ação.....	48
Figura 7 - Gráfico 1.....	50
Figura 8 - Gráfico 2.....	51
Figura 9 - Gráfico 3.....	51
Figura 10 - Gráfico 4.....	52
Figura 11 - Gráfico 5.....	52
Figura 12 - Gráfico 6.....	53
Figura 13 - Gráfico 7.....	53
Figura 14 - Gráfico 8.....	54
Figura 15 - Gráfico 9.....	55
Figura 16 - Gráfico 10.....	55
Figura 17 - Gráfico 11.....	56
Figura 18 - Gráfico 12.....	57
Figura 19 - Gráfico 13.....	57
Figura 20 - Gráfico 14.....	58
Figura 21 - Gráfico 15.....	58
Figura 22 - Gráfico 16.....	59
Figura 23 - Gráfico 17.....	60
Figura 24 - Gráfico 18.....	61
Figura 25 - Matriz SWOT.....	72
Figura 26 - Definição do nome.....	73
Figura 27 - Definição do slogan.....	73
Figura 28 - Referências para a identidade visual e comunicacional.....	74
Figura 29 - Estudo preliminar de logo 1.....	74
Figura 30 - Estudo preliminar de logo 2.. ..	75
Figura 31 - Estudo preliminar de logo 3.....	75
Figura 32 - Processo de criação, etapa 2.....	76

Figura 33 - Logotipo e identidade visual do projeto.....	76
Figura 34 - Definição de peças.....	77
Figura 35 - Peça conceito 1.....	78
Figura 36 - Peça conceito 2.....	80
Figura 37 - Peça conceito final da fase 01.....	83
Figura 38 - Peça conceito final da fase 02.....	84
Figura 39 - Cartaz A3 fase 01.....	85
Figura 40 - Facecard 01 - Fase desmistificar.....	86
Figura 41 - Card 01 Carrossel saindo da caverna.....	87
Figura 42 - Card 02 Carrossel saindo da caverna	88
Figura 43 - Card 03 Carrossel saindo da caverna	89
Figura 44 - Card 04 Carrossel saindo da caverna.....	90
Figura 45 - Card 05 Carrossel saindo da caverna.....	91
Figura 46 - Card 06 Carrossel saindo da caverna	92
Figura 47 - Apresentação do projeto.....	93
Figura 48 - Facecard 1 de divulgação dos <i>podcasts</i>	94
Figura 49 - Facecard 2 de divulgação dos <i>podcasts</i>	95
Figura 50 - Facecard de divulgação episódio 1.....	100
Figura 51 - Capa do <i>podcast</i> no Spotify.....	101
Figura 52 - <i>Teaser</i> do <i>podcast</i>	102
Figura 53 - Facecard 1 carrossel três poderes.....	103
Figura 54 - Facecard 2 carrossel três poderes.....	104
Figura 55 - Facecard 3 carrossel três poderes.....	105
Figura 56 - Facecard 4 carrossel três poderes.....	106
Figura 57 - Facecard 5 carrossel três poderes.....	107
Figura 58 - Capa do <i>E-book</i>	108
Figura 59 - Facecard 1 carrossel 5 passos.....	109
Figura 60 - Facecard 2 carrossel 5 passos.....	110
Figura 61 - Facecard 3 carrossel 5 passos.....	111
Figura 62 - Facecard 4 carrossel 5 passos.....	112
Figura 63 - Facecard 5 carrossel 5 passos.....	113
Figura 64 - Facecard 6 carrossel 5 passos.....	114
Figura 65 - Facecard 7 carrossel 5 passos.....	115
Figura 66 - Facecard de convite grupo de Whatsapp.....	116

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Análise de Cenários.....	36
Quadro 2 - Estratégias e Táticas de Comunicação.....	67
Quadro 3 - Cronograma.....	67
Quadro 4 - Orçamento.....	68
Quadro 5 - Roteiro para o <i>podcast</i>	95

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1.A TEMÁTICA	12
1.1. DESCRIÇÃO DA TEMÁTICA	12
1.1.1. Resgate histórico brasileiro	12
1.1.1.1. Sistema federativo brasileiro	21
1.1.1.2. Executivo	21
1.1.1.3. Legislativo	23
1.1.1.4. Judiciário	26
1.1.2. Ideologias políticas no Brasil	28
1.1.3. Sistema eleitoral	29
1.2 APROXIMAÇÃO DA CAUSA	31
1.2.1 Concorrência ou organizações similares	31
1.2.2 Concorrentes com atuação direta na temática	31
1.2.3 Concorrentes com atuação indireta na temática	32
1.2.4 Opositores ao movimento / Concorrentes / Movimentos contra	33
1.2.5 Fornecedores e parceiros	35
1.2.6 Análise de Cenário	36
1.3 DIRETRIZES GERAIS DO PROJETO EXPERIMENTAL	37
1.3.1 Expectativa em Relação ao Projeto Experimental	37
1.3.2 Objetivo do Projeto de Comunicação	37
1.4 PESQUISA COM ESPECIALISTA E PÚBLICO PRÓXIMO	38
1.4.1 Diálogo com especialista	38
1.4.2 Síntese do diálogo com os especialistas	38
1.4.3 Pesquisa com público próximo	40
1.5 DIA DE AÇÃO	41
1.5.1 Descrição da Ação	41
2. VIVER A ORGANIZAÇÃO	43
2.1 Relatar o Dia de Ação	43
3. CONHECER O PÚBLICO-ALVO	49
3.1 Pesquisa com o público-alvo	49
3.2 Instrumento de coleta de dados	49
3.3 Apresentação geral dos resultados	50
4. PLANEJAR A CAMPANHA	62
4.1 Diagnóstico inicial	62
4.2 Imagem atual	63
4.3 Posicionamento pretendido	64
4.4 Estratégias da campanha	64

4.5 Táticas e plano de mídia da campanha	65
4.6 Cronograma da campanha	67
4.7 Verba e Orçamento da campanha	68
5. CRIAR E PRODUZIR A CAMPANHA	70
5.1 Tema da campanha, linha criativa e apelos básicos	70
5.2 Métodos de criação	70
5.3 O percurso criativo	71
5.4 Peça conceito inicial e defesa/justificativa	77
5.5 Pré-teste da campanha	81
5.7. CAMPANHA DO PROJETO	84
5.7.1 Etapa 01 da campanha - Desmistificar	84
5.7.1.1 Cartaz A3	85
5.7.1.2 Facecard 01 - Direcionado pelo Cartaz	86
5.7.1.3 Carrossel Saindo da Caverna - Apresentação dos resultados da pesquisa	87
5.7.1.4 Facecard de apresentação do Projeto	92
5.7.2 Etapa 02 da campanha - Informar	93
5.7.2.1 Carrossel de divulgação de podcasts semanais	93
5.7.2.2 Podcast - Três Poderes	95
5.7.2.3 Divulgação do podcast - 3 poderes	99
5.7.2.4 Teaser do podcast	101
5.7.2.5 Card de direcionamento para e-book	102
5.7.2.6 E-book	107
5.7.3 Etapa 03 da campanha - Propagar	108
5.7.3.1 5 Passos de como discutir política	108
5.7.3.2 Convite para entrar no grupo do WhatsApp	115
6. RELATÓRIO DO PROJETO EXPERIMENTAL	117
CONSIDERAÇÕES FINAIS	119
REFERÊNCIAS	121
APÊNDICES	128

INTRODUÇÃO

No Brasil, dados apontam a diminuição de interesse político dos jovens na faixa etária entre 16 e 17 anos, na qual o voto é facultativo. Chega-se a tal, visto que apenas 1.400.617 jovens (21,6%) tiraram seus títulos de eleitor na última eleição geral brasileira, enquanto em 2002, o valor correspondia a 2.217.948 jovens (MORENO; COSTA, 2018). Já quanto à porcentagem votante dos jovens de 16 e 17 diante do total dos votos válidos da eleição geral de 2018 corresponde, respectivamente, a 0,06% e 0,37% (TSE, 2018).

Percebe-se então, a importância de dar visibilidade para esse problema, visto que esses jovens compõem uma importante parcela de poder decisório na política brasileira. O mito da apatia política juvenil surgiu em meados da década de 1990, desta forma, o problema acaba se intensificando em razão dos jovens serem percebidos como pessoas abnegadas da política, são atribuídas características que colocam essa faixa etária como um grupo despoliticizado, desorganizado, que não vai às ruas em busca dos seus direitos e não se preocupa em saber o que está acontecendo na política (BAPTISTA; GAMA; VENTURA, 2013).

Diante do contexto previamente apresentado, enfrentando a diminuição do interesse político pelos jovens, nota-se a necessidade do incentivo à participação e à identificação política para com os mesmos, a fim de que o cenário político brasileiro passe a ter, para este público, a devida importância. Baptista, Gama e Ventura (2013) acreditam que a internet é uma importante ferramenta que abre e amplia possibilidades de participação política civil dos jovens, pois ela desenvolve melhores formas de se relacionar, a interação é ampliada e os discursos são mais horizontais, em detrimento de que o acesso à informações e debates são mais fáceis.

O presente projeto tem como objetivo geral difundir o conhecimento sobre o funcionamento da política brasileira, desde a organização dos três poderes, até a estruturação eleitoral partidária para os adolescentes de 15 a 17 anos da cidade de Passo Fundo/RS e região. Por objetivos específicos têm-se (i) a mostra de tal conhecimento por meio de especialista(s) com alunos da rede pública de ensino médio, (ii) o envio de materiais didáticos e explicativos para o público alvo (adolescentes de 15 a 17 anos da cidade de Passo Fundo/RS), e (iii) o fomento do

conhecimento por meio de redes sociais, visando atingir o maior número de pessoas possível da região anteriormente descrita.

Para maior compreensão do assunto foi realizada uma pesquisa de caráter qualitativo, a fim de identificar, em nível regional, possíveis fragilidades entre os jovens, visando a melhor abordagem temática no momento da realização das proposições descritas anteriormente, dentro dos objetivos específicos. Da mesma forma, a pesquisa foi aplicada também a especialistas, com o intuito de compreender suas percepções e ampliar o conhecimento dos autores em relação ao tema do presente projeto.

Assim sendo, além da presente introdução, este projeto divide-se em 6 capítulos, sendo o primeiro possuidor das seguintes seções: breve resgate histórico da política brasileira, sistema federativo brasileiro, os três poderes, executivo, legislativo e judiciário, ideologias políticas no Brasil e, por fim, sistema eleitoral. Em sequência, o segundo subcapítulo, apresenta a aproximação com a causa, dividindo-se em seções de concorrência e organizações similares, concorrentes com atuação direta e indireta na temática, opositores ao movimento, fornecedores e parceiros, análise de cenário. O terceiro subcapítulo apresenta as expectativas em relação ao projeto, objetivos gerais e específicos do mesmo, assim seguindo para a pesquisa com especialistas e público próximo, encerrando com a descrição da proposta de dia de ação. O segundo capítulo do estudo diz respeito ao relato do dia de ação, contendo fotos e toda a experiência. Já no terceiro capítulo é apresentado a pesquisa realizada com o público-alvo do projeto, sua metodologia e seus resultados. O quarto capítulo relata o planejamento da campanha, ou seja, apresenta o diagnóstico inicial, a imagem atual da temática, o posicionamento pretendido, estratégias adotadas, as táticas e o plano de mídia, bem como o cronograma, verba e orçamento para o desenvolvimento do mesmo. O quinto capítulo, criar e produzir campanha, apresenta todo o processo de criação e execução da campanha do projeto, bem como detalha e explica todas as etapas e peças. Já no sexto capítulo consta um relato dos autores sobre suas dificuldades, anseios e felicidades durante a realização do projeto. Por fim, o último capítulo contempla as considerações finais do presente trabalho.

1. A TEMÁTICA

1.1. DESCRIÇÃO DA TEMÁTICA

No presente subcapítulo será apresentado o referencial teórico, o qual sustenta todas as etapas subsequentes. Dividido em seções, o subcapítulo contempla um resgate histórico, que passa desde Brasil Colônia até a atualidade, exemplificando o Sistema Federativo Brasileiro, e os Três Poderes que constituem a União: Executivo, Legislativo e Judiciário. Para concluir fala-se sobre ideologias políticas, o sistema eleitoral brasileiro bem como o direito ao voto.

1.1.1. Resgate histórico brasileiro

De acordo com Leite (2018), olhando para o desenvolvimento dos elementos sociais, políticos e estruturais, a história política do Brasil pode ser dividida em dois grandes períodos: o monárquico e o republicano. O primeiro é herança da colonização portuguesa, que perdurou mesmo após a proclamação da Independência, em 7 de setembro de 1822, com a instituição do Brasil Império. Já o segundo, começa com a queda da monarquia através de um golpe militar, dando início ao período republicano, em vigor até o momento presente.

O período do Brasil Colônia é marcado por um “parasitismo colonial” por parte de Portugal, cujo interesse maior era a exploração dos recursos naturais, através da agricultura extensiva, pecuária e mineração. A metrópole mantinha direitos soberanos sobre a colônia e, assim, impôs diversas restrições comerciais, que impossibilitaram o desenvolvimento pleno do Brasil, gerando um verdadeiro conflito de interesse entre metrópole e colônia (PRADO JR., 1933). Esse contexto de instabilidade foi um dos motivos que levaram, futuramente, o Brasil até a proclamação da Independência. “A antiga colônia tinha suplantado economicamente a metrópole. Era uma aberração manter a união por causa do antagonismo de interesses” (VILLA, 2011, p. 6).

Com a proclamação da Independência e a instauração do Império, surge a primeira Constituição brasileira (VILLA, 2011). Esta Carta consolida

em seu artigo 1º, a independência do Brasil, proclamada em 7 de setembro de 1822, formando uma 'nação livre e independente, que não admite com qualquer outro laço algum de união, ou federação, que se oponha à sua independência'. No artigo 10, a repartição de poderes se faz em quatro – o Poder Legislativo, o Poder Moderador, o Poder Executivo, e o Poder Judicial.

O texto estabelece a divisão do território em províncias governadas por indicados pelo imperador e eleições indiretas e censitárias. Institui a forma de governo Monárquico Hereditário, Constitucional e Representativo e adota a religião católica como oficial do Império, permitindo outras religiões apenas em cultos domésticos (SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, 2018).

A monarquia desenvolvida no império diferia da monarquia absolutista do colonialismo por possuir um parlamento que, em teoria, garantia a manutenção das políticas governativas alinhadas ao desejo soberano do povo, mas o Poder Moderador, presente na Constituição de 1824, colocava o imperador D. Pedro I como chefe soberano da nação e dava-lhe liberdade para tomar decisões típicas de regimes autoritários e defender os interesses próprios e de classes abastadas. Já na primeira reunião da assembleia constituinte o “imperador fez um discurso na sessão de abertura, com ameaças implícitas à ‘licenciosa liberdade’” (VILLA, 2011, p. 7).

O fim do império e do regime monárquico chega a partir de outro golpe militar e da promulgação de uma nova Constituição em 1891,

essa Carta é marcada pela criação de uma República presidencialista com federalismo, a qual preserva a autonomia dos estados e destina uma área de 14.400 km² a ser demarcada no Planalto Central, para nela estabelecer-se a futura capital federal.

A Carta de 1891 garante a eleição direta, por maioria absoluta de votos não secretos, para presidente e vice-presidente da República para brasileiros natos, com mais de 35 anos de idade, no exercício dos direitos políticos. É inspirada no modelo norte-americano – presidencialista com federalismo – que se opunha ao modelo da carta anterior da monarquia constitucionalista. Estabelece a separação e independência entre os Poderes, extingue o Poder Moderador e preconiza a laicidade do Estado (SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, 2018).

O golpe militar foi liderado por Marechal Deodoro da Fonseca que foi nomeado, em estado provisório, o presidente da República dos Estados Unidos do Brasil, dando início ao período conhecido como República Velha, que vigorou entre 1889 e 1930.

O episódio que envolveu os militares aconteceu na madrugada de 15 de novembro, o Marechal Deodoro da Fonseca e Benjamin Constant, dirigiram as tropas para o Campo Santana, onde, numa sala do quartel-general, estava reunido o Ministério. Vendo-se sem defesa, Ouro Preto enviou um telegrama ao Imperador, D. Pedro II, contando os últimos acontecimentos e pedindo demissão (MENEZES, 2020, p. 140).

Apesar das aspirações democráticas, a Primeira República decepcionou por não trazer mudanças substanciais que garantissem o bem-estar do povo, como era esperado por muitos liberais. O regime republicano seguiu garantindo maior poder político para grupos sociais que já ocupavam posições privilegiadas e que estavam descontentes com o governo imperial. Entre esses estavam os militares, que almejavam uma maior participação política, e os grandes produtores de café, que estavam descontentes com a perda de mão de obra escrava após a implementação da Lei Áurea em 1888. A centralização do poder nas mãos destas classes ficou conhecida como República Oligárquica (MENEZES, 2020). “A visão elitista sustentada pelos grupos rurais que governavam o país reduziu a cidadania a um jogo de cartas marcadas do qual os únicos beneficiários eram as elites” (VARES, 2011, p. 133).

De acordo com Lynch (2011, p. 298), “o regime republicano se acomodou como um arranjo das oligarquias estaduais coordenado pelo Presidente da República – a Política dos Governadores.” Isso garantiu a permanência intercalada dos grandes latifundiários dos estados de São Paulo e Minas Gerais no comando do cenário nacional. Além disso, o fato de o voto não ser secreto facilitou a manipulação desses através da compra ou retaliação violenta por parte dos coronéis (VARES, 2011). “Estes métodos utilizados para burlarem as eleições ficaram conhecidos na história brasileira como; política dos governadores, café com leite, coronelismo e voto de cabresto” (MENEZES, 2020, p. 149).

No início dos anos 20, a crise do café e a insatisfação dos demais estados do Brasil, começaram a revelar o desgaste da política do café com leite (VARES, 2011). A situação piorou em 1930, quando “Washington Luís surpreendeu ao indicar o nome do também paulista Júlio Prestes como seu substituto, rompendo o acordo político com o estado de Minas Gerais” (VARES, 2011, p. 131). Isso levou os mineiros a formar aliança com os estados do Rio Grande do Sul e Paraíba, formando a coligação chamada de Aliança Liberal. Esses convocaram Getúlio

Vargas para concorrer contra o candidato paulistano nas eleições de 30. Apesar dos esforços, a Aliança Liberal perdeu e alegou fraude.

A sucessão destes eventos, aliado ao assassinato do vice-presidente da Aliança Liberal, resultou na Revolução de 30 e no fim da República Velha:

Os meses que se seguiram foram de extrema tensão e a solução armada inevitável, tendo em vista que a via de entendimento pacífico entre situação e oposição parecia ter se esgotado. E de fato o confronto ocorreu. No dia 3 de outubro os estados de Minas Gerais e Rio Grande do Sul, seguidos por alguns estados nordestinos, deflagram o processo de luta armada contra o governo, marchando nos dias seguintes contra a capital Rio de Janeiro. [...] Diante de insistentes apelos, o presidente Washington Luís deixa a presidência no dia 24 daquele mês [outubro]: era o fim da República Velha (VARES, 2011, p. 132).

A queda da Primeira República colocou Getúlio Vargas no comando do país em um governo provisório e deu o início a um período da história política brasileira marcada por uma forte centralização de poder, a “Era Vargas” (1930 - 1945) (ABU-EL-HAJ, 2005).

A revolução eclodiu em outubro e no dia 3 de novembro Vargas assumiu a chefia do Governo Provisório da nação. De imediato o Congresso Nacional e as assembleias estaduais e municipais foram fechados, os governadores de estado depostos e a Constituição de 1891 revogada. Vargas passou a governar através de decretos-lei (PANDOLFI, 2003, p. 1).

De acordo com Pandolfi (2003), o governo provisório de Vargas foi marcado por um alinhamento com os interesses tenentistas, que almejavam um Estado nacionalista e centralizador. Os tenentes exigiam “medidas como a exploração estatal do petróleo, a instalação de uma indústria siderúrgica nacional, a nacionalização das minas e demais recursos naturais e a estatização dos núcleos fundamentais da infraestrutura econômica” (PANDOLFI, 2003, p. 2). Mas esse período também trouxe muitas melhorias sociais, foi criado o Ministério da Educação e Saúde Pública e o Ministério do Trabalho. Os direitos trabalhistas, inclusive, foram um dos focos de toda a Era Vargas, ainda nesse período houve a consolidação de um conjunto de leis que garantiam diversos direitos à classe trabalhadora, como salário mínimo, lei de férias e jornada de trabalho fixa em oito horas.

Segundo Abu-el-haj (2005), as medidas tomadas por Vargas pouco fizeram para diminuir a instabilidade social e financeira em que o país se encontrava. Em

1932, os paulistas, descontentes com as políticas tenentistas, iniciam a Revolução da Constitucionalista, exigindo uma nova constituição e o fim do Governo Provisório.

Pressionado, em maio de 1933, Vargas convoca eleições da Assembléia Constituinte. Em 1934, a terceira Constituição brasileira é promulgada e Vargas é empossado presidente, para um mandato de quatro anos, sem a possibilidade de reeleição. Nesse intervalo, o governo procurou aprofundar a sua reforma administrativa, iniciando uma fase de conflitos latentes com o Legislativo, como consequência dos inquéritos administrativos direcionados a modificar a natureza da administração pública no Brasil (ABU-EL-HAJ, 2005, p. 35).

A nova Constituição de 34 marca o início do período da Era Vargas intitulado “Governo Constitucional”. “O novo texto trouxe muitos avanços, especialmente na legislação eleitoral e trabalhista – com a conquista do voto obrigatório e secreto e do direito de voto às mulheres. Marca a criação da Justiça Eleitoral e do Trabalho” (SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, 2008). Ainda sobre a nova Carta, Pandolfi (2003) acrescenta que os liberais na Assembleia Constituinte garantiram a predominância do poder Legislativo em relação ao Executivo, indo contra os valores centralizadores de Vargas. “Em discurso do dia pronunciado na Assembléia Nacional Constituinte, Vargas não escondeu seu descontentamento com a nova Constituição” (PANDOLFI, 2003, p.5).

O descontentamento de Vargas com a Constituição em vigência e uma nova eleição presidencial que aproximava-se e indicava vitória iminente para o candidato Armando Sales de Oliveira, representante da elite oligárquica paulista, leva o presidente a “sucumbir ao autoritarismo” (ABU-EL-HAJ, 2005). “Na manhã do dia 10 de novembro de 1937, o Congresso Nacional foi cercado por tropas da Polícia Militar. O regime mudou, mas Vargas manteve-se na chefia do Executivo” (PANDOLFI, 2003, p. 6).

Inspirada nos regimes fascistas que vigoravam na Europa naquela época, a nova Constituição de 37, apresentada por Vargas, revelando o perfil autoritário e censurador.

Assim, a Carta de 37 institui a pena de morte, suprime liberdades individuais e os partidos políticos e concentra poderes no chefe do Executivo, acabando com a independência dos demais poderes da República. O texto também restringe a atuação e as prerrogativas do Congresso Nacional, permite a perseguição política aos opositores do governo e estabelece a eleição indireta com mandato fixo de seis anos para presidente da República (SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, 2018).

A participação do Brasil na segunda guerra mundial lutando contra a Alemanha nazista e o empoderamento da oposição que clamava por redemocratização do Estado, acaba levando o Estado novo ao declínio. No dia 29 de outubro de 1945, Vargas foi deposto pelo Alto Comando do Exército (CPDOC, 2021).

O período que sucede a Era Vargas é denominada Quarta República, se estendendo de 1945 até 1964, e marca o mandato de Eurico Gaspar Dutra (1946-1951); Getúlio Vargas (1951-1954); Café Filho (1954-1955); Carlos Luz (1955); Nereu Ramos (1955-1956); Juscelino Kubitschek (1956-1961); Jânio Quadro (1961); Ranieri Mazzilli (1961); João Goulart (1961-1964). Neste momento, também buscou-se recuperar os direitos à cidadania perdidos durante o Estado Novo e transicionar para o país para um sistema democrático, através da promulgação de uma nova Constituição em 1946:

Ela tem o caráter democrático que a anterior não tinha, retomando os preceitos da Carta liberal de 1934. Passam a ser restabelecidos os direitos individuais, a independência dos Poderes da República e a harmonia entre eles, a autonomia dos estados e municípios, a pluralidade partidária, direitos trabalhistas como o direito de greve e a instituição de eleição direta para presidente da República, com mandato de cinco anos. O texto também extingue a pena de morte, garante a liberdade de expressão, o direito de propriedade, a inviolabilidade das correspondências, entre outros (SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, 2018).

De acordo com Abu-el-haj (2005), esta fase do regime republicano brasileiro é altamente influenciada pelos movimentos desenvolvimentistas. Esse tipo de política dava ao Estado “a liderança na transição de uma sociedade agrária para a industrial, em dois aspectos: investimentos públicos diretos em empreendimentos econômicos e sociais e a formulação de uma política industrial de integração dos setores industriais” (ABU-EL-HAJ, 2005, p. 40).

Mas essa estratégia mostrou-se insustentável a longo prazo, levando a um contexto de grande instabilidade econômica:

[...] a acelerada industrialização implicava um crescimento econômico superior ao ingresso da população no consumo interno. Esse fato gerou três impasses imediatos, que repercutiram sobre o colapso da democracia, em 1964: um endividamento externo e de curta duração; uma inflação galopante (principalmente pelos custos da construção de Brasília) e uma excessiva concentração industrial no Sudeste (ABU-EL-HAJ, 2005, p. 42).

João Goulart herdou das demais administrações presidenciais um Brasil socialmente dividido em povo que demandava por consolidações nos direitos à cidadania e uma elite que interpretava suas “reformas de base” como flertes ao regime comunista. Isso, aliado aos conflitos de interesse com o governo americano, levaram à uma intensa crise política que culmina no Golpe Militar de 64 (ABU-EL-HAJ, 2005).

Visto as desavenças e incompatibilidades do governo vigente, em 1964, foi realizado o golpe militar, que encerrava um legado presidencialista populista, modificando assim a função política dos militares no país (CODATO, 2005). Ainda segundo Codato (2005, p. 86), esse período foi marcado por “objetivo[s] preciso[s], quase sempre o de combater a 'desordem' [...] ou o 'comunismo' [...] ou a 'corrupção' [...]” deixando de ser uma operação intermitente, mas sim de uma intervenção permanente. A ditadura militar foi marcada durante seus 21 anos (1964-1986), por incansáveis conflitos entre oficiais ‘moderados’ e os da então chamada 'linha dura', o que gerou constante instabilidade política (KINZO, 2001).

Mesmo tratando-se de um golpe militar, manteve-se a estrutura de um regime democrático representativo, ou seja, manteve-se o Congresso e o Judiciário, por óbvio, com seus poderes reduzidos e alguns membros expurgados. Outro fator que se manteve foi a alternância do presidente, bem como o funcionamento dos partidos políticos, também por óbvio, com atividades drasticamente limitadas (KINZO, 2001).

De maneira cronológica, o regime militar dividiu-se em quatro fases, abaixo, sucintamente descritas.

Fase 01: Constituição do regime político ditatorial-militar em março de 1964 quando ocorreu o golpe de estado, instaurando os governos de Castello Branco e Costa e Silva. Em outubro de 1965, o sistema multipartidário deixa de existir e concentra-se em um modelo bipartidário, ou seja, um partido favorável ao governo (Aliança Renovadora Nacional - Arena) e outro contrário (Movimento democrático Brasileiro - MDB). Neste mesmo mês, tornou-se indireta as eleições para presidente da República e em Janeiro de 1967 dá-se lugar para a nova constituição. Em novembro do mesmo ano, inicia as lutas armadas e quatro meses depois, os protestos estudantis. Em Dezembro de 1968 aumenta-se a repressão política e é publicado o Ato Institucional n. 5 (CODATO, 2005).

Fase 02: Consolidação do regime ditatorial-militar. Em agosto de 1969, a junta militar assume o governo após a doença de Costa e Silva. Em setembro do mesmo

ano, assume Médici, como presidente da República, um mês depois, é apresentada uma nova constituição. Em junho de 1973, Médici faz o anúncio de seu sucesso para em janeiro de 1974 haja eleição congressual indireta, elegendo então Geisel (CODATO, 2005).

Fase 03: Transformação do regime ditatorial-militar. Após posse do presidente Geisel, em agosto de 1974 é anunciada a nova política de modificação do regime, contudo, apenas no final de 1978 é que a liberalização começa a avançar, muito em função da revogação do Ato Institucional n. 5 (KINZO, 2001; CODATO, 2005).

Ao final de 1978, reformas políticas de cunho liberalizante foram implementadas de acordo com o caráter gradual e seguro da política de distensão. Um novo presidente, general João Figueiredo, encarregado de dar continuidade à transição política nos seis anos seguintes, havia sido eleito estritamente de acordo com a determinação de Geisel de impor o nome por ele escolhido (KINZO, 2001, p. 5).

Fase 04: desagregação do regime ditatorial-militar. Em março de 1979, Figueiredo toma posse do governo (CODATO, 2005), e ainda neste ano, “aprovou a anistia, que, embora limitada, permitiu a reintegração à vida pública de políticos exilados e de ativistas de esquerda punidos pelo regime militar” (KINZO, 2001, p. 6). Em novembro, ainda de 1979, instaura-se uma nova lei que extinguiu o bipartidarismo compulsório, abrindo espaço, novamente, ao multipartidarismo (KINZO, 2001). Em 1982 ocorreu as primeiras eleições diretas para governadores dos estados e em abril de 1984 a emenda das eleições diretas é derrotada. Em março de 1985, José Sarney tomou posse (em decorrência do falecimento do presidente eleito Tancredo Neves), encerrando o regime militar e instaurando a transição ainda sob tutela militar para o novo regime liberal-democrático (CODATO, 2005).

Como consequência, além de a Nova República ter resultado de um acordo entre setores moderados da oposição dissidentes do governo, sem o respaldo do voto popular, com a morte de Tancredo um outro complicador iria se antepor à democratização. Significava que a Nova República nascia sob circunstâncias bastante frágeis, especialmente para um presidente que teria de enfrentar uma crise econômica e social que se avolumava (KINZO, 2001, p. 7).

Após instabilidades econômicas e as tentativas de driblar a inflação, só em 1985, dá-se início a intensificação da democratização do estado e a refundação

estrutural da constituição brasileira com a promulgação da nova constituição no ano de 1988 (KINZO, 2001).

A elaboração da Constituição de 1988,[...] foi ilustrativa da complexidade que cercou o processo de democratização brasileiro. Do início ao fim, o processo envolveu um embate entre os mais variados grupos, cada um tentando aumentar ou restringir os limites do arranjo social, econômico e político a ser estabelecido (KINZO, 2001, p. 8).

Em 1989, primeira eleição direta após regime militar, mais de 72 milhões de brasileiros foram às urnas eleger o presidente da República (Collor), dessa maneira, encerrando, enfim, a transição de regime ditatorial-militar para regime liberal-democrático. O governo do primeiro presidente foi marcado por inúmeras e drásticas medidas econômicas que não obtiveram sucesso, o que desencadeou o seu *impeachment* em 1992, assumindo seu vice Itamar Franco (KINZO, 2001).

Franco, por sua vez, obteve maior sucesso econômico ao implantar um novo plano de reestabilização econômica, o Plano Real (1993-94) que, enfim, conseguiu contornar a inflação do país, adquirindo força popular, e assim, elegendo o próximo presidente Fernando Henrique Cardoso, o arquiteto por trás do plano real que, sob impacto da crise russa, conquistou seu segundo mandato presidencial em 1998 (KINZO, 2001).

A partir de então, da nova constituição, todos os governos subsequentes, Governo Lula (2003-2010), Governo Dilma (2011-2016), Governo Temer (2016-2018) e o atual Governo Bolsonaro (2019-presente) seguiram e seguem a mesma estrutura governamental que é um regime presidencialista, dentro de um sistema federativo, dividindo seus poderes em três grandes instituições públicas: Executivo, Legislativo e Judiciário (BRASIL, 1988). De acordo com o Art. 2º da Constituição brasileira (BRASIL, 1988) São Poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário.

As próximas seções irão detalhar a Organização Política brasileira, abordando o Sistema Federativo, e os Três poderes que compreende a União Federativa do Brasil: Executivo, Legislativo e Judiciário, bem como o modo de organização de cada um deles.

1.1.1.1. *Sistema federativo brasileiro*

Acerca da organização político-administrativa do país, compreende e divide-se em Estados, o Distrito Federal e os Municípios, todos autônomos, nos termos desta Constituição (BRASIL, 1988).

De acordo com Barbosa (2021. p. 1) esse sistema é caracterizado “como uma forma de organização e de distribuição do poder estatal em que a existência de um governo central não impede que sejam divididas responsabilidades e competências entre ele e os Estados-membros”. Ou seja, a União, tem suas competências constitucionais, sendo algumas delas atuar na área da política externa e das relações internacionais; propor e executar a política de segurança e de defesa nacional; conduzir a economia e as finanças do País, inclusive emitir moeda; organizar, regular e prestar serviços na área de comunicação (BRASIL, 1988).

Bem como a União, os Estados também possuem competência constitucional, sendo elas as que ficam fora da área de atuação da União, ou as que não são vedadas pela própria constituição (BARBOSA, 2021). Já os municípios, “podem legislar sobre assuntos de interesse local, além de complementar, quando possível, a legislação federal e estadual” (BARBOSA, 2021 p. 2).

O Distrito Federal não divide-se em municípios, possui ampla autonomia, igualando-se a outros integrantes da federação, possuindo as mesmas competências dos Estados e dos Municípios, excedendo apenas à organização e manutenção do Poder Judiciário (BARBOSA, 2021).

1.1.1.2. *Executivo*

Como já mencionado, um dos três poderes que constitui a União é o Poder Executivo, ele é conduzido por um sistema presidencialista. Esse modelo começou a ser pensado durante a época de transição (regime militar - nova república), isso porque, a chance de permanência do regime democrático depende do sistema de governo implantado (NUNES, 2018).

“O Poder Executivo é exercido pelo Presidente da República, auxiliado pelos Ministros de Estado” (BRASIL, 1988, Art. 76).

A combinação sistêmica adotada pelo Brasil para conduzir os poderes, foi um sistema presidencialista, multipartidário com representação proporcional. Nesse

caso, “o chefe do Poder Executivo, o presidente, é eleito por sufrágio popular para um mandato que não guarda qualquer relação de dependência com o Parlamento” (NUNES, 2018, p. 37). Sendo assim, o apoio do parlamento (mesmo desejado) pouco importa para a legitimação do Presidente, visto que ela é dada pelo voto popular através da urna (NUNES, 2018).

Das competências do Presidente da República, alguns são:

I - nomear e exonerar os Ministros de Estado; II - exercer, com o auxílio dos Ministros de Estado, a direção superior da administração federal; III - iniciar o processo legislativo, na forma e nos casos previstos nesta Constituição; IV - sancionar, promulgar e fazer publicar as leis, bem como expedir decretos e regulamentos para sua fiel execução; V - vetar projetos de lei, total ou parcialmente (BRASIL, 1988, Art. 84);

Como dito anteriormente, o presidente exonera e nomeia Ministros de Estados, esses Ministros são responsáveis por Ministérios dentro do Poder Executivo, que, por lei, organiza (BRASIL, 1988, Art. 88) a sua criação ou extinção. Os ministérios do atual governo (2021) são: Ministério da Casa Civil, Ministério da Justiça e Segurança Pública, Ministério da Defesa, Ministério das Relações Exteriores, Ministério da Economia, Ministério da Infraestrutura, Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento, Ministério da Educação, Ministério da Cidadania, Ministério da Saúde, Ministério de Minas e Energia, Ministério das Comunicações, Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, Ministério do Meio Ambiente, Ministério do Turismo, Ministério do Desenvolvimento Regional, Ministério da Controladoria Geral da União, Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, Ministério da Secretária Geral, Ministério da Secretaria do Governo, Ministério Gabinete de segurança Institucional, Advocacia Geral da União (GOVERNO FEDERAL, 2021). Dessa forma, totalizando 22 Ministros nomeados pelo Presidente.

Aos ministros compete, além outras atribuições estabelecidas na Constituição e na lei:

I - exercer a orientação, coordenação e supervisão dos órgãos e entidades da administração federal na área de sua competência e referendar os atos e decretos assinados pelo Presidente da República; II - expedir instruções para a execução das leis, decretos e regulamentos; III - apresentar ao Presidente da República relatório anual de sua gestão no Ministério; IV - praticar os atos pertinentes às atribuições que lhe forem outorgadas ou delegadas pelo Presidente da República (BRASIL, 1988, Art. 87).

Para a compreensão completa dos Três Poderes a seção seguinte elucida o poder Legislativo brasileiro.

1.1.1.3. *Legislativo*

O mundialmente conhecido filósofo grego Aristóteles, traz em seu texto "Política", uma obra dividida em oito livros, a sua percepção sobre definições importantes na política da sociedade humana. Um dos principais conceitos defendidos, é a argumentação do pensador sobre a necessidade de três funções distintas, para que haja um bom exercício do poder.

Há em todo governo três partes nas quais o legislador sábio deve consultar o interesse e a conveniência particulares. Quando elas são bem constituídas, o governo é forçosamente bom, e as diferenças existentes entre essas partes constituem os vários governos (ARISTÓTELES, 1997).

O historiador Mauricio Barbosa Paranaguá (2016), definiu o nascimento do parlamento como na própria origem da sociedade, quando o ser humano percebeu que a suas necessidades estariam resolvidas por intermédio do convívio social, além disso, a solução dos problemas individuais estaria na prática de falar (parlar) em conjunto com os outros indivíduos, com o objetivo de discutir e criar leis de convivência que garantiriam a paz e o alcance dos seus interesses pessoais.

Partindo desse princípio, historicamente a ideia do parlamento surgiu por volta de 1400 a.C, entre os hebreus, especialmente quando Moisés, ao liderar o seu povo na busca da terra prometida, conversava com os mais idosos, em busca de opiniões e soluções que facilitassem aquela peregrinação (PARANAGUÁ, 2016). Desta forma percebe-se que experiência de vida resulta em conhecimento, conseqüentemente os anciãos seriam os indivíduos ideais na percepção de problemas futuros e, a partir disso, surgiu o Senado, que ao longo dos tempos foi corrigindo falhas até se tornar o Parlamento ou o Poder Legislativo (PARANAGUÁ, 2016).

Os órgãos legislativos do mundo podem ser agrupados em dois sistemas: o unicameral, com apenas uma câmara definindo as leis, e o multicameral, com duas (bicameral), três (tricameral) ou mais câmaras. No Brasil é o bicameralismo, onde teoricamente, em virtude da duplicidade de órgãos há maiores discussões e votação

dos projetos de lei, fazendo com que a lei produzida seja tecnicamente mais correta e aperfeiçoada. Desta forma no sistema brasileiro, o bicameralismo exige a conversação entre as duas Casas na elaboração das normas jurídicas, isto é, se uma matéria tem início na Câmara dos Deputados, o Senado Federal fará a sua revisão, e vice-versa, à exceção das matérias que são privativas de cada órgão (FIGUEIREDO, 1966).

Compõem o Poder Legislativo (BRASIL, 1988, Art. 44) a Câmara dos Deputados (com representantes eleitos pelo povo brasileiro), o Senado Federal (com representantes dos Estados e do Distrito Federal), e o Tribunal de Contas da União (órgão que presta auxílio ao Congresso Nacional nas atividades de controle e fiscalização externa) (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2021).

Dentro do Poder Legislativo, existem os órgãos de direção, que são: as Mesas do Congresso Nacional e as Comissões. Quanto à composição, existem três Mesas: a Mesa da Câmara dos Deputados, a Mesa do Senado, e a Mesa do Congresso Nacional (Mesa Diretora). A Mesa do Congresso Nacional é presidida pelo Presidente do Senado, e os demais órgãos são distribuídos alternadamente entre Senado e Câmara dos Deputados. Quanto a sua montagem, busca-se a representação proporcional dos partidos que participam da respectiva casa, com mandato de dois anos, e com vedação à reeleição para o mesmo cargo na eleição subsequente (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2021).

Quanto às Comissões, seu principal objetivo é a análise de determinadas matérias, antes de votação no plenário. Nelas, as propostas são analisadas por grupos menores de Parlamentares, onde se busca aprofundar o debate das matérias antes de elas serem submetidas ao Plenário. Em relação a sua divisão, pode haver Comissões permanentes ou temporárias, Comissões mistas (compostas por deputados e senadores), Comissões representativas (formadas no período de recesso para representar o Congresso Nacional) e a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) criada para investigar e apurar fatos determinados, com prazo determinado e poderes de investigação próprios (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2021).

A elaboração das leis parte de um conjunto de procedimentos previamente estabelecidos de que se servem os Parlamentares em sua função típica de legislar e fiscalizar. Em consequência, esse trâmite de ações é denominado processo

legislativo, e a norma que orienta o processo legislativo na Câmara dos Deputados é o Regimento Interno (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2021).

O processo legislativo tem início por meio da apresentação das seguintes proposições: projeto de lei, projeto de resolução, projeto de decreto legislativo, medida provisória e proposta de emenda à Constituição. A iniciativa das leis poderá partir dos Parlamentares, do Presidente da República, do Supremo Tribunal Federal, dos Tribunais Superiores, do Procurador Geral da República e de grupos organizados da sociedade que formam a iniciativa popular (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2021).

Partindo desse pressuposto, o processo legislativo consiste em um conjunto de atos com finalidade específica, servindo tanto para elaboração de leis como para delimitar como as normas serão elaboradas, passando por todos os trâmites definidos na Constituição. As proposições deverão passar por diversas etapas de análise e votação, além disso, todo o processo legislativo é público e qualquer pessoa tem acesso a ele, bem como os seus respectivos projetos e pareceres (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2021).

As análises da constitucionalidade, de admissibilidade e do mérito das leis é feita nas Comissões, enquanto no Plenário serão discutidas as matérias que não tenham sido decididas conclusivamente nas Comissões. Nesse caso, discutido e votado o projeto de lei nas Comissões, é dispensada a sua votação pelo Plenário, excetuados os casos em que houver recurso de pelo menos um décimo dos membros da Casa (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2021).

Após a votação do Congresso Nacional, há ainda a etapa de deliberação executiva, ou seja, o Presidente da República (Chefe do Poder Executivo) terá o poder de sancionar (aprovar) ou vetar (recusar) a proposição apresentada, podendo o veto desclassificar todo o projeto ou apenas uma parte. No primeiro caso, o projeto torna-se lei, e em caso de veto, as razões que o fundamentarem são encaminhadas ao Congresso Nacional, que poderá manter ou rejeitar o veto. Caso o projeto seja sancionado, o Presidente da República tem o prazo de 48 horas para ordenar a publicação da lei no Diário Oficial da União (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2021)

A fim de concluir a fundamentação dos três poderes no Brasil, a próxima seção tem como temática o Poder Judiciário, elucidando sua origem, definição e importância no cenário nacional.

1.1.1.4. Judiciário

A origem do sistema Judiciário brasileiro deve ser entendida como resultante de uma mescla do direito romano com o direito canônico, fortemente prevalecente em Portugal nos séculos XVIII e XIX, filtrado pelo direito português. Estas tradições tinham em comum um sistema processual lento, burocrático e estancado, com possibilidades de múltiplos recursos interlocutórios (criados no decurso do processo principal) (ROSENN, 1998).

O Superior Tribunal de Justiça (STJ), também conhecido como tribunal da cidadania, é fruto de amplos debates políticos e de gestão da justiça que permearam o século XX no Brasil. Criado pela Constituição Federal de 1988 e instalado no ano seguinte, suas decisões influenciam todos os aspectos da vida cotidiana das pessoas (SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, 2021).

O Poder Judiciário é o ramo do Estado responsável pela solução de conflitos da sociedade e garantia de direitos dos cidadãos. É a corte responsável por uniformizar a interpretação da lei federal em todo o Brasil. É de sua responsabilidade a solução definitiva dos casos civis e criminais que não envolvam matéria constitucional nem a justiça especializada. É dirigido pelo Supremo Tribunal Federal (STF) e pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) (SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, 2021).

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) é uma instituição pública que visa aperfeiçoar o trabalho do sistema judiciário brasileiro, principalmente no que diz respeito ao controle e à transparência administrativa e processual. Sua missão é promover o desenvolvimento do Poder Judiciário em benefício da sociedade, por meio de políticas judiciárias e do controle da atuação administrativa e financeira (CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA, 2021).

Segundo o *site* do CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (2021), entre suas principais atribuições, estão:

- a) Zelar pela autonomia do Poder Judiciário e pelo cumprimento do Estatuto da Magistratura, expedindo atos normativos e recomendações;
- b) Definir o planejamento estratégico, os planos de metas e os programas de avaliação institucional do Poder Judiciário;

- c) Receber reclamações, petições eletrônicas e representações contra membros ou órgãos do Judiciário, inclusive contra seus serviços auxiliares, serventias e órgãos prestadores de serviços notariais e de registro que atuem por delegação do poder público ou oficializado;
- d) Julgar processos disciplinares, assegurando ampla defesa, podendo determinar a remoção, a disponibilidade ou a aposentadoria com subsídios ou proventos proporcionais ao tempo de serviço e aplicar outras sanções administrativas;
- e) Realizar, fomentar e disseminar melhores práticas que visem à modernização e à celeridade dos serviços dos órgãos do Judiciário. Com base no relatório estatístico sobre movimentação processual e outros indicadores pertinentes à atividade jurisdicional em todo o País, formular e executar políticas judiciárias, programas e projetos que visam à eficiência da justiça brasileira.

Complementando, o STJ julga crimes comuns praticados por governadores, desembargadores estaduais, federais, eleitorais e trabalhistas, conselheiros de tribunais de contas e procuradores da República, entre outros. Além disso, julga *habeas corpus*, *habeas data* ou mandado de segurança, quando o ato ilegal for praticado por governadores, desembargadores ou conselheiros de tribunais de contas, entre outras autoridades. Os *habeas corpus* e mandados de segurança também chegam ao tribunal em recursos, quando o pedido é negado pelos tribunais regionais federais ou de justiça. É ainda de responsabilidade do STJ resolver conflitos de competência entre tribunais. Isso ocorre, por exemplo, quando um tribunal trabalhista julga matérias que também estão afeitas a uma vara de falências. Por fim, o tribunal julga ainda mandados de injunção e reclamações para preservação de sua própria competência e autoridade e homologar sentenças estrangeiras. A lista completa de atribuições do STJ consta no art. 105 da Constituição Federal (SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, 2021).

De acordo com Barbosa (2006):

Entre os três Poderes da República, o Judiciário é o menos conhecido e mais distante da sociedade, situação que favorece uma crise de legitimidade. Este fenômeno decorre, entretanto, de diferentes fatores, tais como a crença na suficiência da lei; o caráter técnico do conhecimento jurídico; a excessiva erudição e ritualização dos procedimentos que envolvem o Poder Judiciário; a natureza da função jurisdicional, focada

sempre na composição de conflitos, de forma que apenas uma das partes, seja ela individual ou coletiva, física ou jurídica, vá ao final sentir-se satisfeita; o caráter dito “antidemocrático” do Judiciário, quando se tem em conta a forma de investidura em seus cargos, a extensão da atuação de seus membros na solução de conflitos, a falta de preparo dos operadores jurídicos para enfrentar questões cotidianas, decorrente de um processo de seleção autoritário, formal e essencialmente legalista; a falta de transparência administrativa e a ausência de controle externo sobre o agir do Poder Judiciário. Enfim e acima de tudo, a falta de conhecimento e compreensão daquilo que o Poder Judiciário é e realiza (BARBOSA, 2006, p. 6)

Por fim, Barbosa (2006) afirma que a mudança é necessária, mas não há consenso sobre o que mudar exatamente. Além da natural oposição dos integrantes do Poder Judiciário, que acreditam que mudanças não são necessárias, há uma indefinição a respeito dos rumos a serem tomados. Defendem-se, sobretudo, mudanças instrumentais, ou organizacionais, que não alteram o modo de operar do Judiciário. Uma reforma será necessária para definir o papel do Judiciário neste novo contexto social, buscando fortalecê-lo para que seja capaz de cumprir com suas tarefas. A maior fraqueza do Judiciário está na fragilidade de sua legitimação. A sociedade não o conhece, não sabe como atua, considera-o ineficaz e percebe toda sua especificidade como um privilégio desmedido.

Após a conclusão do entendimento dos três poderes, para que seja compreendido com êxito o cenário político nacional, na próxima seção introduz e conceitua brevemente as ideologias políticas vigentes no Brasil atualmente.

1.1.2. Ideologias políticas no Brasil

Segundo Emílio Willems (1961), ideologia é um sistema de ideias peculiar a determinado grupo e condicionado, em última análise, aos interesses desse mesmo grupo. Já a ideologia política se define basicamente na ideia anterior, porém impactando diretamente o cenário político governamental. De acordo com Konder (2001) cada grupo, quando intervém ou se omite na política, tende a acreditar que o ponto de vista mais adequado às necessidades ou às conveniências da humanidade é o seu e não o dos outros. A diversidade de pontos de vista leva sociedades a estipularem diferentes tipos de ideologia.

No Brasil do começo do século XXI, as ideologias dividem-se entre direita, centro-direita, centro, esquerda e centro-esquerda, porém as de maior destaque são direita e esquerda. A ideologia de direita se refere a uma política com disposição a

aceitar a hierarquia social, é conservadora e tradicionalista. Já a esquerda, é caracterizada pela forte defesa da igualdade social, com tendência a ser liberalista. Tanto esquerda quanto direita são consideradas ideologias extremas. Por fim, a ideologia centrista entende e acredita em ideais tanto de esquerda quanto de direita, porém, sem extremismo, ou seja é anti extremismo, conciliadora.

O cientista político André Singer (1999), após suas análises das eleições de 1989 e 1994, medindo a identificação ideológica dos eleitores por meio da escala direita-esquerda, constatou a demasiada associação entre ideologia e escolha eleitoral, sendo então o responsável pela introdução dessa ideia no Brasil.

Visto a influência das ideologias no cenário eleitoral, o próximo subcapítulo tem como objetivo fundamentar o sistema eleitoral brasileiro e suas subdivisões.

1.1.3. Sistema eleitoral

Em um governo democrático, como é o caso do Brasil atual, onde os governantes são escolhidos pelos eleitores através do voto, é necessário que haja um sistema eleitoral.

Segundo Farhat (1996),

A expressão "sistema eleitoral" designa o modo, os instrumentos e os mecanismos empregados nos países de organização política democrática para constituir seus poderes Executivo e Legislativo. A base de um sistema eleitoral são as circunscrições eleitorais — que compreendem todo o país, estado ou província, um município ou um distrito. (FARHAT, 1996)

As circunscrições eleitorais nada mais são do que os espaços geográficos onde se dão as eleições. De forma simplificada, segundo André Jesus (2018), o sistema eleitoral trata-se da organização dos votos de uma eleição e da conversão dos mesmos em mandatos, ou seja, a definição do corpo político do governo que exercerá o poder. Faz parte das funções dos sistemas o estabelecimento de meios que garantam a representação dos mais diversos grupos sociais, fortalecendo também a relação entre representantes e representados.

No Brasil, por tratar-se de um país que vive sob regime democrático, os partidos políticos passam a ser também parte fundamental da organização.

Existem diferentes tipos de sistemas eleitorais, sendo eles: majoritário, proporcional, distrital e distrital misto. No Brasil, o sistema eleitoral divide-se em

majoritário e proporcional. Por sistema majoritário, segundo o glossário eleitoral brasileiro do tribunal superior eleitoral, entende-se que

É aquele no qual considera-se eleito o candidato que receber, na respectiva circunscrição – país, estado, município –, a maioria absoluta ou relativa, conforme o caso, dos votos válidos (descontados os nulos e os em branco). No Brasil, exige-se a maioria absoluta dos votos para a eleição do presidente da República, dos governadores dos estados e do Distrito Federal e dos prefeitos dos municípios com mais de 200.000 eleitores. Caso nenhum candidato alcance a maioria absoluta dos votos na primeira votação, realiza-se um segundo turno entre os dois mais votados no primeiro (GLOSSÁRIO ELEITORAL).

Já o sistema proporcional, segundo a constituição federal de 1988,

É utilizado para a composição do Poder Legislativo, com exceção do Senado Federal. Assim, as vagas nas Câmaras de Vereadores, Assembleias legislativas dos estados, Câmara Legislativa do Distrito Federal e na câmara dos deputados serão distribuídas em proporção aos votos obtidos pelos partidos ou coligações partidárias. A partir dos votos apurados para determinada legenda, as vagas nas casas legislativas serão preenchidas pelos candidatos mais votados da lista do partido ou coligação, até o limite das vagas obtidas, segundo o cálculo do quociente partidário e distribuição das sobras. (BRASIL, 1988).

O voto dos eleitores é a base para construção do governo, segundo o Senado Federal (2021), o voto obrigatório, assegurado por lei, se dá para todos os cidadãos alfabetizados com idade entre 18 e 70 anos. Já o voto facultativo se dá para os cidadãos maiores de 16 e menores de 18 anos, maiores de 70 anos, e pessoas analfabetas. O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) permitiu que as pessoas portadoras de deficiência física grave requeiram a um juiz eleitoral uma certidão de quitação eleitoral (SENADO FEDERAL, 2021).

Caso o eleitor, por algum motivo, não consiga se fazer presente em seu domicílio eleitoral no dia da eleição, o mesmo deve justificar sua ausência em um cartório eleitoral dentro do prazo de 60 dias contados a partir da data da eleição, portando documentos comprobatórios. Caso o eleitor não vote e nem justifique sua ausência, será multado, tal multa terá seu valor definido por um juiz eleitoral. Por fim, se o eleitor não votar em três eleições consecutivas, ele terá seu título cancelado. (SENADO FEDERAL, 2021).

Em caso de não definição das eleições no primeiro turno, haverá um segundo, com os dois candidatos mais votados do primeiro. Se o eleitor não votou no primeiro turno, pode votar no segundo, pois os turnos são considerados eleições distintas, desde que sua ausência seja justificada (SENADO FEDERAL, 2021).

Por fim, dadas as fundamentações teóricas apresentadas, torna-se possível o entendimento das diferentes áreas da política nacional, bem como sua complexidade e importância para a manutenção da democracia.

1.2. APROXIMAÇÃO DA CAUSA

1.2.1. Concorrência ou organizações similares

Pode-se perceber cada vez menos o interesse do público jovem em votar antes da idade obrigatória, em consequência disso, não há muitos registros de organizações que defendem e incentivam o voto dos jovens no Brasil, sem ser as que são idealizadas pelo governo. Desta forma, foi possível classificar o programa de conscientização desenvolvido pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE), em conjunto com os Tribunais Regionais Eleitorais, denominado como "Jovem Eleitor", como o principal concorrente direto, além disso, na região há o projeto Jovem Democracia: Próximas Gerações, realizado pela Comissão de Enfrentamento à Desinformação do Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul (TRE-RS). Como concorrência indireta, temos o movimento "Voto Consciente", a organização "Polítize!" e a campanha "Eu na Prefeitura, Eu na Câmara".

1.2.2. Concorrentes com atuação direta na temática

Criado pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE), em parceria com os Tribunais Regionais Eleitorais, no ano de 2012, o programa de conscientização nomeado Jovem Eleitor, tem como principal objetivo incentivar os cidadãos de 16 e 17 anos, que por lei possuem o voto facultativo, a retirarem seu título e participarem ativamente das eleições. Inicialmente o projeto realizou visitas às escolas municipais, estaduais e federais, onde foram oferecidas palestras, vídeos educativos e cartilhas para informar os alunos (TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL, 2021). Posteriormente, o programa se tornou mais independente em cada estado, Roraima

por exemplo, deu continuidade e em 2020 promoveu a Semana do Jovem Eleitor, utilizando do slogan “Seu voto tem superpoderes”, o site oficial do Tribunal Regional Eleitoral de Roraima (2020) apresenta que "o objetivo da ação, que utiliza linguagem simples e moderna, é envolver os jovens no assunto e fortalecer o interesse dessa faixa etária em participar da vida política, contribuindo, assim, para delinear o futuro do país".

O projeto Jovem Democracia - Próximas Gerações, foi idealizado pela Comissão de Enfrentamento à Desinformação do TRE-RS, no ano de 2021. Seu principal objetivo é incentivar os jovens ao exercício da cidadania, disponibilizando informações técnicas aos estudantes e combatendo a desinformação. Segundo o site oficial do TRE-RS, a ação disponibiliza uma capacitação de 8 horas, realizada em parceria com escolas privadas de Porto Alegre e do interior do estado, por meio da criação da disciplina curricular "Tecnologia e Eleições Democráticas". Até o momento da pesquisa, ainda não tinham sido iniciadas as ações propostas (TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO SUL, 2021).

1.2.3. Concorrentes com atuação indireta na temática

O Movimento Voto Consciente (MVC) é uma OSCIP (Organização da Sociedade Civil de Interesse Público), onde o principal objetivo é ensinar os direitos políticos, com ênfase no aprimoramento da participação dos cidadãos em geral, além disso a missão da organização é incentivar o cidadão a cumprir seu papel na democracia, principalmente votando, cobrando os políticos eleitos e participar da política. O MVC já teve sua participação em leis na cidade de São Paulo, além disso tem o trabalho reconhecido em todo Brasil como uma organização que atua no acompanhamento do Poder Legislativo há mais de vinte anos (VOTO CONSCIENTE, 2021).

Considerada uma Organização da Sociedade Civil sem fins lucrativos (OSC), a "Politize!" busca contribuir para uma geração de cidadãos conscientes e comprometidos com a democracia, utilizando a educação política como principal ferramenta. A organização gera conteúdos disponíveis gratuitamente para todos, realizam projetos de envolvimento de indivíduos como líderes comunitários, onde são disponibilizados treinamentos de conscientização política, para que esses

indivíduos possam propagar o conhecimento adquirido, além de criarem conteúdos sobre política para as escolas e redes sociais (POLITIZE!, 2021).

Lançada pelo Tribunal Superior Eleitoral em 2020, a campanha "Eu na Prefeitura, Eu na Câmara", propôs a discussão dos jovens e a estimulação desses eleitores a participarem da vida política das suas cidades, além de alertar sobre a importância do voto consciente. A chamada da campanha traz uma linguagem jovial para se aproximar do público:

Como as #Eleições2020 estão se aproximando e, com elas, surgem várias ideias e propostas, inclusive dos mais jovens, se você tem entre 16 e 25 anos, participe ativamente da campanha, gravando um vídeo (na horizontal) de no máximo 30 segundos, respondendo às seguintes perguntas: O que não funciona na sua cidade? E o que você faria se fosse eleito vereador(a) ou prefeito(a) para mudar isso? O vídeo deve ser enviado para o endereço tse.jus.br/eu-na-prefeitura-eu-na-camara de 22 de junho a 3 de julho (TSE, 2020).

Foram selecionados 12 dos vídeos enviados e publicados na página oficial no canal do YouTube do TSE, ao todo foram 400 vídeos enviados em 40 dias de campanha (FUNDAÇÃO DOS ESTUDOS PARA DESENVOLVIMENTO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, 2020).

1.2.4. Opositores ao movimento / Concorrentes / Movimentos contra

Tratando-se de uma causa que orbita ao redor da formação educacional e cívica dos jovens, como opositores, foram identificados movimentos políticos que ferem o acesso à educação e à informação, além dos princípios básicos da democracia.

Primeiramente, podemos citar a Reforma do Ensino Médio, sancionada pelo governo Temer em 2017, que propõe uma reformulação total da matriz curricular, e que foi malvista por professores e organizações ligadas à educação de todo o país. A lei coloca as disciplinas de Português, Matemática e Inglês como as únicas obrigatórias na Rede Nacional, enquanto o restante da adequação do currículo fica sob autonomia dos governos estaduais (MAROS, 2021). Sobre a nova reforma, o portal oficial do MEC alega que

a LDB inclui, no ensino médio, obrigatoriamente, estudos e práticas de educação física, arte, sociologia e filosofia (Art. 35-A, § 2º). Já o ensino de

língua portuguesa e matemática será obrigatório nos três anos do ensino médio, assegurada às comunidades indígenas, também, a utilização das respectivas línguas maternas (LDB, Art. 35-A, §3º), independente da(s) área(s) de aprofundamento que o estudante escolher em seu itinerário formativo (BRASIL, Ministério da Educação, 2021).

Apesar de sua implementação passar a ser obrigatória apenas em 2022, ela já começou a dar seus primeiros sinais dentro do cenário educacional. Em janeiro de 2021, o governo estadual do Paraná, amparado por esta lei, abruptamente apresentou mudanças para o currículo de todas as escolas estaduais com redução significativa das disciplinas de Humanidades nos três anos do Ensino Médio. Esse evento gerou comoção negativa de várias organizações educacionais, incluindo os Departamentos de Sociologia, Antropologia e Ciência Política da Universidade Federal do Paraná (UFPR) que, em resposta, enviaram uma carta aberta ao Governo estadual paranaense, alegando que essa alteração limitava diretamente o processo de formação de indivíduos autônomos dotados de pensamento crítico (MAROS, 2021), como explicitado a seguir:

um efeito não planejado na gestão pública será uma maior fragmentação das disciplinas, reduzindo tempos de integração, socialização e sensibilização. Isso resulta na distorção do processo formativo dos estudantes para a construção democrática de sua autonomia e liberdade crítica. Terceiro: a construção de hierarquias entre áreas de conhecimento é uma prática historicamente fracassada na educação global, abandonamos o latim, as línguas originais, os conhecimentos populares, o artesanato em nome de um progresso tecnológico excludente e desigual. (SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO PÚBLICA DO PARANÁ, 2021).

Outras movimentações políticas atuais também podem ser citadas como opositores do movimento, como por exemplo a defesa do presidente Jair Bolsonaro ao voto impresso nas eleições de 2022. Estas declarações foram consideradas, por opositores, como um abuso político e um desrespeito às bases do sistema democrático e da Constituição Federal de 88 (DANTAS, 2021). Mesmo após essa proposta ter sido barrada na Câmara de Deputados por não alcançar o mínimo de 308 votos necessários, Bolsonaro quebrou a promessa de acatar com a decisão e voltou a criticar o Tribunal Superior Eleitoral, reafirmando que as próximas eleições não seriam confiáveis sem a aprovação de sua proposta, mesmo sem ter nenhuma prova. Além disso, o atual presidente (2021) também espalhou a *fake news* dizendo que a metade dos deputados apoiava o voto impresso, quando na verdade apenas 229 dos 513 indivíduos que compõem o grupo votaram a favor (MAZUI, 2021).

Por último, em meio a um cenário instável entre os Três Poderes no atual governo, menciona-se o pedido de impeachment do ministro do STF Alexandre de Moraes, protocolado no dia 20 de agosto de 2021 por Jair Bolsonaro. O atual (2021) presidente alega que o ministro extrapola "com atos os limites constitucionais". Tudo isso aconteceu após a sua inclusão no inquérito das "fake news", por diversas declarações falsas e pejorativas feitas à urna eletrônica e ao sistema eleitoral (CRUZ, 2021). Sobre o acontecimento, o ex-presidente do STF Celso de Mello afirma que a atitude de Bolsonaro

traduz ofensa manifesta ao convívio harmonioso entre os Poderes da República, pois a denúncia contra o Ministro Alexandre de Moraes, além de não ter fundamento legítimo, revela a intenção subalterna de pretender intimidar um magistrado que, além de independente, responsável e intemorato, cumpre, com exatidão e estrita observância das leis, o seu dever funcional (2021, apud FALCÃO, RODRIGUES, VIVA, 2021).

Os episódios conflitantes descritos acima reforçam a importância e pertinência do voto consciente e da preparação dos jovens para seu direito e dever como cidadão participativo dentro de uma sociedade democrática, abordados como tema por este projeto. Na próxima seção serão apresentados os possíveis parceiros e fornecedores que poderiam servir de auxílio na consolidação do mesmo.

1.2.5. Fornecedores e parceiros

Tendo em vista que os objetivos do projeto estão ligados diretamente com a educação de jovens, um dos possíveis parceiros seria a Secretaria de Educação do Rio Grande do Sul. Sendo um de seus objetivos "promover e fortalecer o regime de colaboração entre os entes federativos e demais instituições públicas e privadas" (SECRETARIA DA EDUCAÇÃO - RS, 2021), uma parceria com este órgão poderia garantir amplo alcance da campanha para o corpo estudantil de toda a rede estadual de ensino básico.

Pensando também no alcance da campanha dentro do corpo estudantil de Passo Fundo, um parceiro interessante seria a própria prefeitura do município. Além de facilitar acesso à rede de escolas municipais, ela conta com órgãos municipais internos da Secretaria Municipal de Educação e da Coordenadoria da Juventude, cuja principal função é garantir o desenvolvimento pleno dos jovens em âmbitos educacionais, cívicos e sociais (PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO FUNDO,

2021).

Além dos órgãos públicos, poderiam ser feitas parcerias diretamente com escolas públicas passo-fundenses, ou com profissionais que nelas lecionam, facilitando o contato direto com o público-alvo.

Por fim, também cita-se a Câmara de Vereadores de Passo Fundo como um parceiro em potencial, já que está relacionada à execução do “Dia de Ação”, como será aprofundado adiante.

1.2.6. Análise de Cenário

Com base nos dados levantados e expostos anteriormente, elabora-se a análise do cenário a seguir (Quadro 1).

Quadro 1 - Análise de cenários.

Cenários prospectivos	Cenários desfavoráveis
Potencialidades	Fragilidades
<ul style="list-style-type: none"> - Obtenção de apoio público municipal para a propagação do conhecimento político; - Mudança comportamental entre os jovens da região; - Traz à tona, o debate político fora do período eleitoral; - Mudança no cenário político/eleitoral brasileiro. 	<ul style="list-style-type: none"> - Disparidades entre ensino privado e público; - Falta de conhecimento dos fundamentos políticos por parte dos jovens; - Falta de representatividade de jovens na política;
Oportunidades	Ameaças
<ul style="list-style-type: none"> - Melhorar acesso a informações ligadas à política; - Aproximação das novas eleições gerais; - Percepção dos jovens em relação às necessidades de mudanças no cenário político; 	<ul style="list-style-type: none"> - Polarização e extremismo do cenário político brasileiro; - Reformas no Ensino Médio que não reconhece Filosofia e Sociologia como disciplinas próprias e obrigatórias; - Circulação de fake news;

Fonte: Elaborado pelos autores (2021).

1.3. DIRETRIZES GERAIS DO PROJETO EXPERIMENTAL

1.3.1. Expectativa em Relação ao Projeto Experimental

Tendo em vista o cenário atual (2021) da participação e da percepção dos jovens brasileiros sobre a política e suas vertentes no país, têm-se como expectativa dos autores do projeto dar os primeiros passos na jornada do esclarecimento e da mudança desse pensamento, através do uso da comunicação aplicada em uma pequena parcela da população, sendo ela os jovens com 15 anos ou mais, moradores da cidade de Passo Fundo. Prevê-se um impacto social positivo com o alcance do objetivo do projeto, visto que não são só os jovens que têm a ganhar, mas sim o cenário político do país como um todo, inclusive os próprios autores do projeto, que no decorrer do mesmo terão seus conhecimentos expandidos, baseado em conversas com os profissionais e estudos a parte durante a fundamentação e viabilização das fases do projeto.

1.3.2. Objetivo do Projeto de Comunicação

Conforme exposto anteriormente, o presente projeto experimental almeja e tem como objetivo geral a difusão do conhecimento acerca do funcionamento da política brasileira, desde a organização dos três poderes, até a estruturação eleitoral partidária para os adolescentes de 15 a 17 anos da cidade de Passo Fundo/RS e região. Tendo como objetivos específicos, (i) a mostra de tal conhecimento por meio de conversa com especialista(s) com alunos da rede pública de ensino médio, (ii) a entrega de materiais didáticos e explicativos para o público alvo (adolescentes de 15 a 17 anos da cidade de Passo Fundo/RS), e (iii) o fomento do conhecimento por meio de redes sociais, visando atingir o maior número de pessoas possível da região já descrita.

1.4. PESQUISA COM ESPECIALISTA E PÚBLICO PRÓXIMO

1.4.1. Diálogo com especialista

Objetivando um maior conhecimento sobre a temática, foram realizadas duas entrevistas, baseadas em roteiros semi estruturados, com especialistas no assunto. O primeiro entrevistado foi o Prof. Dr. Ivan Penteado Dourado (Apêndice B), que atua lecionando Sociologia na Universidade de Passo Fundo. A segunda entrevistada foi a professora de História Ana Maria Farias (Apêndice C), que atualmente leciona no ensino médio de escolas estaduais na cidade de Passo Fundo.

1.4.1.1. Síntese do diálogo com os especialistas

Ivan acredita que os jovens “são resultado das oportunidades e das experiências que eles vivem dentro da participação popular e política”, significando que a criação de um jovem interessado na política é processo gradativo que deve ser desenvolvido desde quando as crianças começam a desenvolver suas habilidades comunicativas. Ana também acrescenta que o diálogo deveria começar em casa, com as famílias, e a escola deveria complementar essa discussão, pois há uma falta de envolvimento em movimentos políticos, não somente a política partidária, mas sim o grêmio estudantil ou até mesmo com palestras e seminários.

O desinteresse e falta de identificação política é resultado da vivência em uma sociedade inserida em uma democracia ainda bastante limitada, que ainda é muito jovem, e segue terceirizando toda e qualquer responsabilidade de atuação local e comunitária em eleições de dois em dois anos, mesmo tendo acesso amplo à conectividade via internet, contudo, esse acesso ilimitado também cria-se o problema da alienação, que não afeta somente os jovens. Ivan cita os Estados Unidos como um modelo a ser seguido neste sentido, havendo lá votações de bairro, de lideranças e grupos.

Ele acredita que a escola e a família compartilham o papel de ajudar a construir a ideia de “protagonista transformador de seu tempo” nos jovens, convidando-os, gradativamente, a participar, desde pequenos, das decisões vividas por eles e seus círculos sociais. Não, necessariamente, garantindo-lhes a decisão

final, mas mostrando que sua participação é importante e que estão sendo, de fato, ouvidos. Para defender seu argumento, ele ainda menciona a Foucault e a teoria da “microfísica do poder, é a gente poder estar consciente que as relações de poder e as relações políticas estão em todos os espaços, seja num acordo ou numa conversa entre em um relacionamento ou a possibilidade de negociação de um espaço maior dentro de casa em algumas decisões”. Já Ana, ressalta como existe falta de identificação por parte dos jovens: "nossos jovens estão carentes de realmente saber quem são, o que buscam e quais seus objetivos. Para que todos estes pontos sejam ao menos debatidos, precisamos que a educação seja valorizada".

É necessário começar por conceitos básicos com os jovens, primeiramente mostrar o que é política, sua origem e como ela afeta o dia a dia das pessoas. Em consequência, a busca pelo conhecimento da república, seus grupos representativos e a função de cada um viria espontaneamente. Há também a importância de ensinar conceituações mais técnicas como diferenças ideológicas, sistema de votação, modelos democráticos e etc. Ivan acrescenta a importância da presença de instituições públicas efetivamente democráticas, como redes sociais que estimulem a interação e a experiência participativa. Ana afirma que é necessário utilizar meios de comunicação que atinjam os jovens, qualquer meio que eles tenham contato, para ajudar no esclarecimento.

Por fim, Ivan comenta sobre o papel da comunicação e das TICs neste processo. A primeira possui o poder de mobilizar os jovens a se interessarem pela causa, assim como garantir acesso às informações para que ele possa cumprir seu papel, através de fontes seguras e em uma linguagem jovem que seja acessível e familiar a eles. E a segunda pode ser usada como método de sensibilização à causa, “eu fecho essa questão aqui pensando o quanto a própria internet e as redes sociais, para além do que a escola pode ser indutora, poderiam produzir e artificialmente conduzir essas próximas gerações a viverem jogos, aplicativos, redes sociais que convidem a participação e a democracia e o protagonismo da sua própria história como agentes transformadores do seu tempo”. Ana finaliza dizendo que são necessárias grandes mudanças em todos os setores. Começando com a organização da família, para que tenha estrutura, assim entram assuntos como educação, emprego e renda. Já na escola, é preciso uma reformulação total que deve vir desde a formação dos profissionais na universidade, para que estes

cheguam no seu ambiente de trabalho preparados. Concluindo, deve-se vir do governo a valorização da educação, tanto do lado financeiro, quanto do entendimento de que um país não se desenvolve, não tem pesquisa e não tem conhecimento, se não fortalecer a escola.

1.4.2. Pesquisa com público próximo

Na presente pesquisa foram entrevistados dois jovens de 15 e 16 anos respectivamente, a primeira, aluna de escola privada e o segundo (Apêndice D), aluno de escola pública (Apêndice E), buscando entender as visões de ambos os cenários educacionais da cidade.

Quando questionados sobre seu nível de entendimento político e a compreensão do funcionamento estrutural político do país, ambos concordam ter baixo entendimento político e afirmam não entender com clareza o funcionamento estrutural. Já quando interrogados sobre seu sentimento de representatividade nas esferas organizacionais do país, por não obterem entendimento suficiente sobre as mesmas, alegam não se sentirem representados por elas. Quanto ao entendimento sobre as ideologias políticas presentes no Brasil, os entrevistados, novamente afirmam não conhecer as ideologias políticas. No que se refere ao conhecimento sobre a funcionalidade do sistema eleitoral e suas divisões, alegam ter os conhecimentos básicos, porém sentem que falta entendimento a fundo sobre o tema em questão. Ao serem questionados sobre a importância dada ao direito ao voto, ambos dão grande importância para o direito ao voto, pois entende que dessa forma poderão escolher aqueles que os representarão. Por fim, quanto a possuir título de eleitor e sua intenção na participação das eleições no ano de 2022, nenhum dos entrevistados possui o título de eleitor, porém ambos têm a intenção de fazê-lo anteriormente às eleições presidenciais para que possam votar.

Diante disso, pode-se notar o baixo conhecimento dos entrevistados nas esferas gerais do cenário político brasileiro, dessa forma reforçando a importância e relevância do projeto a fim de gerar melhoria no entendimento do assunto em questão bem como seu cenário nacional.

1.5. DIA DE AÇÃO

Conforme a ementa do projeto, é proposto o planejamento e execução de um "Dia de Ação", que trata-se de uma intervenção dos alunos em benefício da causa, levando como base as informações obtidas durante a pesquisa, entrevistas e organização do projeto como um todo.

1.5.1 Descrição da Ação

Após analisar o cenário atual (2021) em que os jovens estão inseridos, e escutar o que os especialistas acreditam sobre o tema, o grupo percebeu a importância da escola na vida desses eleitores. Desta forma, nota-se a oportunidade de criação de um Dia de Ação que esteja em contato direto com os alunos no meio escolar, que utilize uma linguagem simples e que gere proximidade com os jovens.

Discutindo sobre os diversos meios de abordagem que poderiam ser utilizados, os autores concluíram então que deveriam optar por uma dinâmica que se diferencie das usuais palestras e aulas que os alunos estão acostumados, desta forma, concluiu-se que a realização de um jogo seria a melhor escolha para que houvesse interação por parte dos jovens, para que assim eles possam discutir sobre o assunto sem sentir nenhuma forma de julgamento. Após pesquisas, o grupo encontrou o chamado Jogo da Política, criado para que se aprenda mais sobre o sistema político brasileiro, de uma forma mais dinâmica.

O Jogo da Política é uma cocriação do laboratório digital de tecnologia LabHacker e da agência-escola de jornalismo Énois, que se uniram para criar algo que respondesse à demanda dos jovens por política, mapeada pela pesquisa Sonho Brasileiro da Política em 2014. Trata-se de um conjunto de três jogos sobre os poderes presentes no Brasil: Executivo, Legislativo e Judiciário (JOGO DA POLÍTICA, 2021).

Após conversar com uma das especialistas da pesquisa, foi disponibilizado para o grupo um período com uma turma de primeiro ano do ensino médio na Escola Estadual de Educação Básica Nicolau de Araújo Vergueiro (EENAV), o objetivo principal, então, é a realização do Jogo da Política na escola de forma adaptada, pois por se tratar de jovens menores de idade e pela situação da pandemia, não seria possível realizar a dinâmica na íntegra.

A proposta será a utilização da comunicação como uma aliada para a resolução do problema, utilizando uma linguagem que gere identificação por parte desses jovens com explicações baseadas no referencial teórico da pesquisa realizada pelos autores, e criando uma dinâmica que possa ser reproduzida mais vezes.

2. VIVER A ORGANIZAÇÃO

No capítulo a seguir, os autores apresentam um relato sobre a vivência da temática incluindo a experiência do dia de ação realizado na Escola de Educação Nicolau de Araújo Vergueiro com estudantes do primeiro ano do Ensino Médio.

2.1 Relatar o Dia de Ação

O Dia de Ação foi realizado na manhã do dia 7 de outubro de 2021, na Escola Estadual de Educação Básica Nicolau de Araújo Vergueiro (EENAV), com a participação de alunos de uma turma do primeiro ano. Foram disponibilizadas duas horas com a turma, sendo assim a atividade iniciou às 8h 40min da manhã, até às 10h 40min considerando o intervalo regular da escola de 15 minutos. Ao todo a turma tinha dezenove alunos, que posteriormente foram divididos em quatro grupos para a realização das atividades.

Figura 1 - Alunos do EENAV esperando o começo da atividade



Fonte: Foto tirada pelos integrantes do grupo (2021).

Em um primeiro momento, os integrantes do grupo se apresentaram e houve uma breve explicação sobre o que é projeto experimental e a dinâmica a ser

realizada. Para introduzir o assunto, os integrantes optaram por fazer um breve resumo sobre o sistema político brasileiro, falando sobre o funcionamento dos três poderes e explicando brevemente sobre a divisão de cargos. Nesse momento já surgiram perguntas por parte dos jovens. A dinâmica foi dividida em três grandes etapas, onde em cada uma delas um dos poderes do sistema federativo era explorado.

Figura 2 - Início da atividade



Fonte: Foto tirada pelos integrantes do grupo (2021).

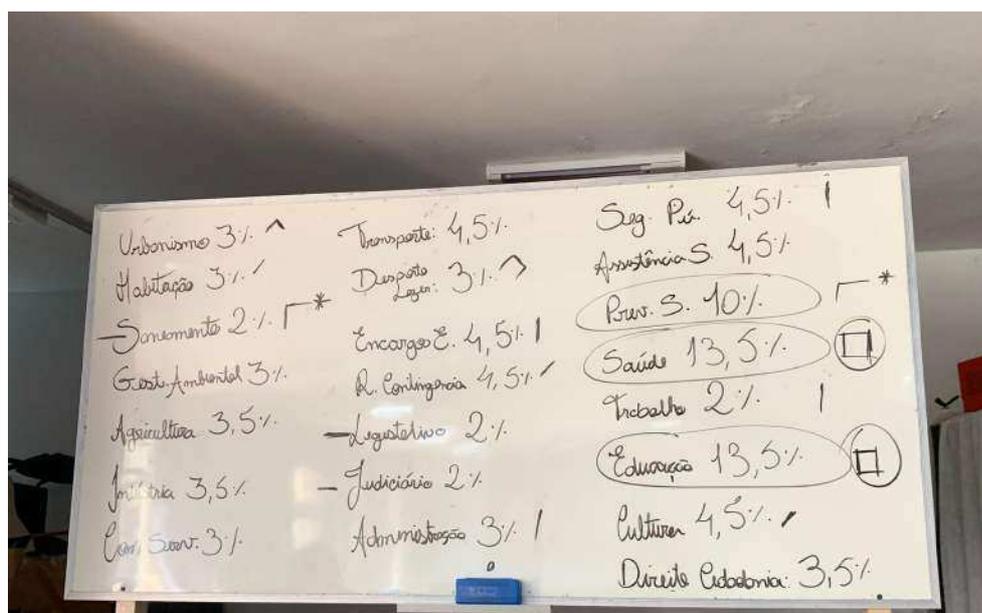
A primeira etapa foi a do Poder Executivo, onde o principal objetivo era falar sobre a distribuição de orçamentos governamentais. Primeiramente os jovens foram questionados sobre o quanto eles achavam que seria o orçamento da cidade de Passo Fundo, e após algumas tentativas, foi revelado o valor do que foi utilizado no ano de 2021. Foi possível perceber uma certa surpresa por parte dos jovens pelo valor, então o grupo explicou que o valor é distribuído em diversas áreas, conhecidas como funções, e incentivou a turma a pensar em quais funções eles conheciam, as principais citadas foram educação e saúde.

Foram entregues para cada grupo tabelas com todas as funções para que assim eles pudessem realizar a atividade: cada grupo deveria dividir, em

porcentagem, o valor orçamentário dado em cada uma das áreas nas tabelas que foram entregues. Foi dado um tempo de 20 minutos para que eles discutissem e escrevessem.

Quando todos os grupos terminaram, foram incentivados a falar quais eram suas três funções que mais receberam dinheiro e as três que menos receberam, e explicar o porquê dessa distribuição. As três principais funções escolhidas pelos grupos foram: educação, saúde e previdência social; já as que menos receberam foram: saneamento, legislativo e judiciário. Foi possível perceber que os jovens possuem um senso crítico apurado, pois comentaram sobre a distribuição do atual mandato da prefeitura, além de comentarem diversas alternativas que ajudariam no orçamento das funções.

Figura 3 - Quadro com valores escolhidos pelos alunos



Fonte: Foto tirada pelos integrantes do grupo (2021).

A segunda etapa foi voltada para o Poder Legislativo, cada grupo deveria criar uma constituição para a mesma cidade onde distribuiu o orçamento, com no mínimo 10 leis básicas. Foram disponibilizados 20 minutos para que cada grupo discutisse, durante esse tempo surgiram diversas perguntas sobre leis básicas, brechas nas leis, e funcionamento de alguns setores. Para tornar a tarefa mais difícil, foi falado que era importante lembrar que tudo o que não estivesse nas leis

seria liberado, por exemplo, se não colocassem que era proibido matar, o homicídio seria liberado.

Quando acabou o tempo, cada grupo teve 2 minutos para apresentar sua constituição, enquanto era escrito no quadro cada lei citada, além disso durante esse tempo não poderia haver interrupções dos outros grupos.

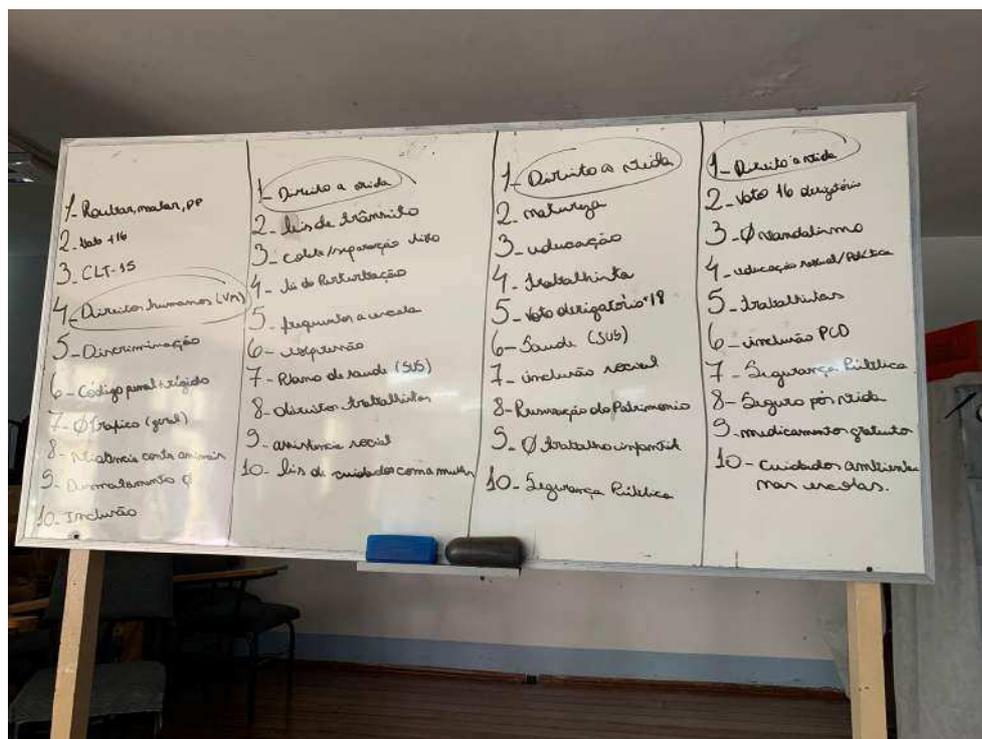
Figura 4 - Integrantes do projeto dialogando com os alunos



Fonte: Foto tirada pelos integrantes do grupo (2021).

Após as apresentações, cada aluno foi convidado a imaginar que estava no cargo de vereador da cidade, e votar nas 7 melhores leis. Foi possível perceber que os jovens gostaram da atividade, e que pensam parecido pois muitas leis se repetiam durante as apresentações.

Figura 5 - Leis criadas pelos alunos



Fonte: Foto tirada pelos integrantes do grupo (2021).

Na terceira e última etapa da dinâmica, o grupo optou por falar sobre o Poder Judiciário de forma rápida e oral, explicando mais sobre os principais órgãos que o compõem, pois o tempo disponibilizado pela escola não seria o suficiente para a realização da ideia da atividade planejada originalmente. Nessa os jovens deveriam montar um tribunal e julgar um caso criminal baseado nas leis presentes na Constituição criada na etapa anterior. Foi deixado com a professora o manual do jogo, para que assim ela possa reproduzi-lo com outras turmas.

Figura 6 - Finalização do Dia de Ação



Fonte: Foto tirada pelos integrantes do grupo (2021).

Após a realização do Dia de Ação, pode-se perceber ainda mais que os jovens têm grande potencial e muito a agregar na política brasileira, pois são curiosos, possuem acesso rápido a tecnologia e se preocupam com as minorias. Durante o Dia de Ação, os alunos se mostraram preocupados com interagir com o grupo do projeto e, fazer perguntas sobre o que ainda não sabiam, gerando assim trocas que agregaram à para a pesquisa.

3. CONHECER O PÚBLICO-ALVO

No primeiro capítulo deste estudo, realizou-se uma breve pesquisa com o público próximo da temática, abordando questões de forma mais superficial e gerando a necessidade dos autores do projeto de uma nova pesquisa, desta vez focada apenas no público alvo, que venha auxiliar os autores na conclusão efetiva das seguintes etapas. A descrição desta pesquisa, seus métodos utilizados e as respostas obtidas serão apresentadas no presente capítulo.

3.1 Pesquisa com o público-alvo

A pesquisa com o público alvo do projeto (jovens de 15 à 17 anos) tem por objetivo conhecer o público, entender como o mesmo se relaciona e o quanto conhece sobre a temática no geral. Foram abordadas também questões de plataformas digitais e conteúdo, a fim de esclarecer os autores do projeto sobre a linguagem e o formato de conteúdos a serem utilizados nas produções posteriores para melhor compreensão e satisfação do público.

3.2 Instrumento de coleta de dados

De acordo Diehl (2004) a escolha do método se dá através da natureza do problema, bem como de acordo com o nível de aprofundamento, portanto optou-se por realizar a pesquisa quantitativa, que se caracteriza

pelo uso da quantificação, tanto na coleta quanto no tratamento das informações, utilizando-se técnicas estatísticas, objetivando resultados que evitem possíveis distorções de análise e interpretação, possibilitando uma maior margem de segurança (DIEHL 2004 apud DALFOVO; LANA E SILVEIRA, 2008 p. 7).

A pesquisa teve caráter exploratório e uma abordagem quantitativa, foi realizada através de um questionário online por meio da plataforma *Google Forms*, e contou com um total de 123 respondentes. As perguntas presentes no formulário estão no Apêndice F.

3.3 Apresentação geral dos resultados

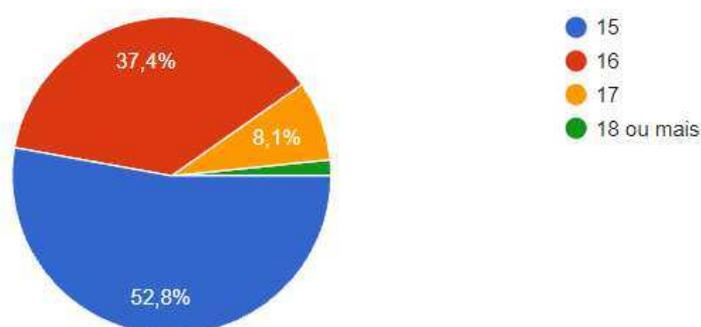
Tendo definido os métodos e o instrumento de coleta de dados acima descritos, deu-se a aplicação do questionário durante o período de quinze dias, obtendo-se o total de cento e vinte e três respostas.

Em um primeiro momento os respondentes foram apresentados a uma seção de perguntas com dados básicos, tais como idade, escolaridade, residência e tipo de instituição (pública ou privada). No que se refere à idade, como apresentado na figura 7, 52,8% dos respondentes tem 15 anos, representando portanto a maioria, 37,4% tem 16 anos, 8,1% tem 17 e por fim, 1,6% disse ter 18 anos ou mais.

Figura 7 - Gráfico 1

1. Qual sua idade?

123 respostas



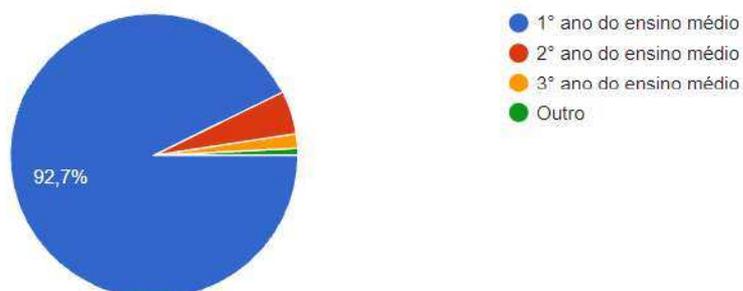
Fonte: Pesquisa realizada pelos autores (2021).

No que se refere à escolaridade (figura 8) a grande maioria dos respondentes está no 1º ano do ensino médio, sendo representado numericamente por 92,7% das respostas, 4,9% estão no 2º ano, 1,6% no 3º ano e 0,8% marcaram a resposta como "outro".

Figura 8 - Gráfico 2

2. Qual sua escolaridade?

123 respostas



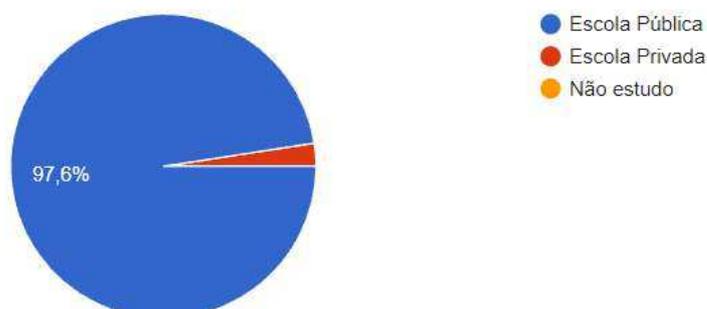
Fonte: Pesquisa realizada pelos autores (2021).

Quanto à residência, majoritariamente, sendo 99,2% dos respondentes residem na cidade de Passo Fundo no Rio Grande do Sul, apenas 0,8% reside em Juiz de Fora. Comprovando o objetivo da campanha de atingir o público de Passo Fundo e região. Já no que se trata do tipo de instituição (pública ou privada), 97,6% estuda em escola pública, e apenas 2,4% está matriculado em escola privada, como apresentado na figura 9.

Figura 9 - Gráfico 3

4. Onde você estuda?

123 respostas



Fonte: Pesquisa realizada pelos autores (2021).

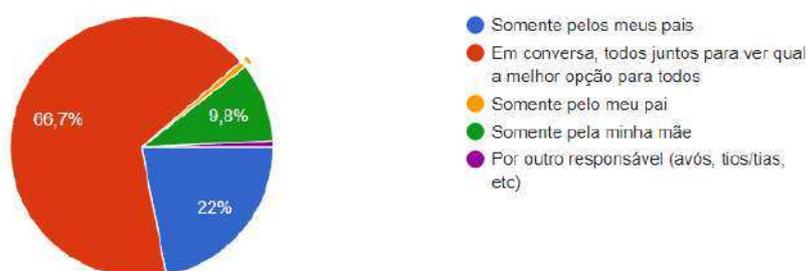
Na segunda seção, as perguntas abrangem questões diretamente ligadas com o tema e a relação pessoal do respondente e de seu núcleo familiar com o mesmo. Quando questionados sobre a forma como as decisões são tomadas na

família, apresentadas na figura 10, 66,7% respondeu que as decisões se dão em conversas, todos juntos para ver qual a melhor opção para todos, 22% diz que as decisões são tomadas apenas pelos pais, 9,8% alega que apenas a mãe toma as decisões, 0,8% diz ser apenas o pai e, por fim, 0,8% diz que quem toma as decisões são outros responsáveis, tais como avós ou tios.

Figura 10 - Gráfico 4

5. Com relação ao seu núcleo familiar, as decisões são tomadas

123 respostas



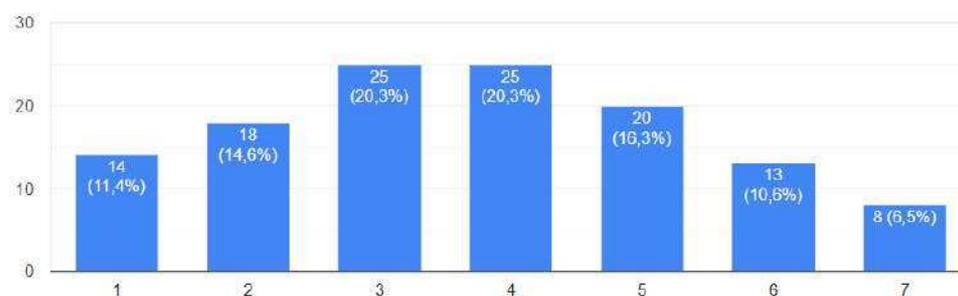
Fonte: Pesquisa realizada pelos autores (2021).

Na próxima pergunta os respondentes são questionados sobre o assunto política ser abordado em suas casas numa escala de 1 à 7, sendo 1 nunca é falado e 7 falamos todos os dias, nas respostas (figura 11) pode-se notar que a grande maioria, sendo 40,6% dos respondentes fica entre 3 e 4 na escala, sinalizando a presença do assunto, porém não sendo a temática tão frequentemente abordada.

Figura 11 - Gráfico 5.

6. Na sua casa, há conversas sobre política? É um assunto comum, ou é tratado ainda como um tabu?

123 respostas



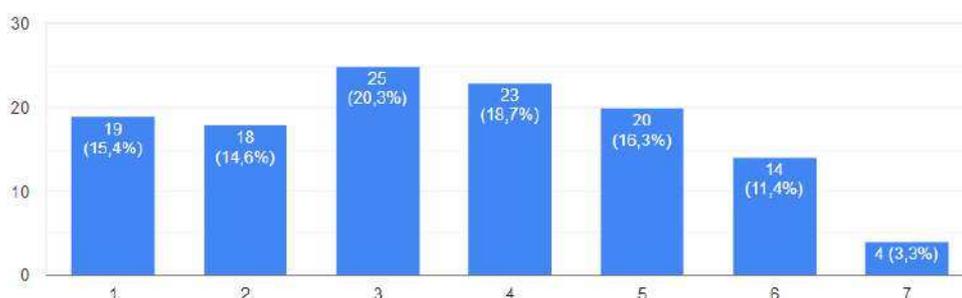
Fonte: Pesquisa realizada pelos autores (2021).

Na pergunta seguinte, os respondentes são questionados sobre a atividade política da família, numa escala de 1 à 7, sendo 1 inativa e 7 muito ativa, 50,3% considera a família inativa politicamente, enquanto 31% aponta que é politicamente ativa, por fim, 18,7% mantiveram-se neutros na resposta. Essas respostas (figura 12) apontam que metade das famílias são inativas quando trata-se de política.

Figura 12 - Gráfico 6

7. Você considera a sua família politicamente ativa?

123 respostas



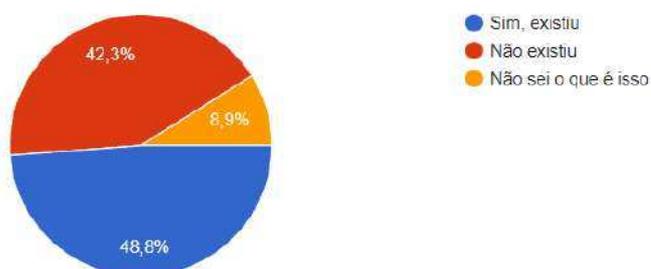
Fonte: Pesquisa realizada pelos autores (2021).

Quando questionados sobre a existência da educação política em suas vidas por parte de seus pais, os respondentes sinalizaram, como mostrado na figura 13, que apenas 48,8% teve acesso a educação política enquanto 42,3% não teve e por fim 8,9% não soube dizer. Esse resultado apresenta a necessidade de que haja uma redução sobre a temática, visto que apenas pouco menos da metade dos jovens têm acesso a esse ensino em casa.

Figura 13 - Gráfico 7

8. Existiu educação política por parte de seus pais ou responsáveis?

123 respostas



Fonte: Pesquisa realizada pelos autores (2021).

Posteriormente, os respondentes foram questionados sobre sentir-se confortável ao abordar a temática com a família (figura 14), numa escala de 1 à 7, sendo 1 “não me sinto confortável” e 7 “me sinto confortável”, 39,1% das respostas sinalizam desconforto, enquanto 34% sinalizam que os respondentes sentem-se sim confortáveis, outros 11,4% se mantiveram neutros na resposta. Apontando que essa é uma pauta que divide opiniões. Àqueles que apontaram não sentirem-se confortáveis, após serem questionados sobre o motivo do desconforto afirmam que isso se dá devido a fatores como a discordância entre as partes envolvidas ou a falta de interesse no assunto.

Figura 14 - Gráfico 8



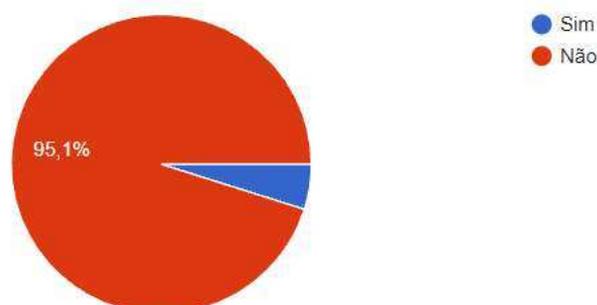
Fonte: Pesquisa realizada pelos autores (2021).

Após isso, os respondentes foram questionados sobre possuírem título de eleitor (figura 15) apenas 4,9% disse ter o título, enquanto 95,1% ainda não o fez, quando indagados sobre as razões pelas quais ainda não possuem, sinalizam que os motivos são, principalmente, não terem idade suficiente, seguido por falta de tempo, de informação e de interesse.

Figura 15 - Gráfico 9

Possui Título de Eleitor?

123 respostas



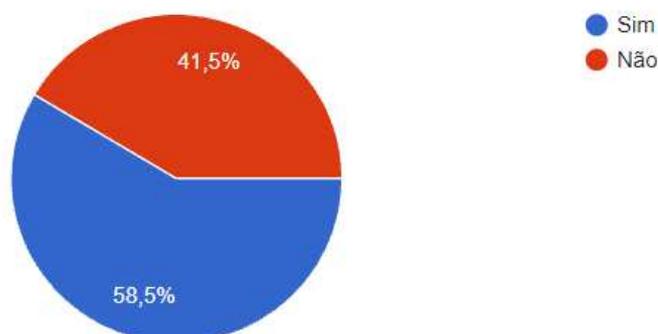
Fonte: Pesquisa realizada pelos autores (2021).

Posterior a essa pergunta, os respondentes foram perguntados se há conversas sobre a temática com os amigos, as respostas (figura 16) apontam que mais da metade, sendo 58,5% conversa sim sobre política e, quando indagados sobre os assuntos abordados nessas conversas, a grande maioria aponta a insatisfação com o governo atual. Entretanto, 41,5% dizem não conversar sobre, e quando questionados o motivo, apontam a discordância, o receio de discussões e a falta de interesse no assunto.

Figura 16 - Gráfico 10

Você conversa sobre política com seus amigos?

123 respostas

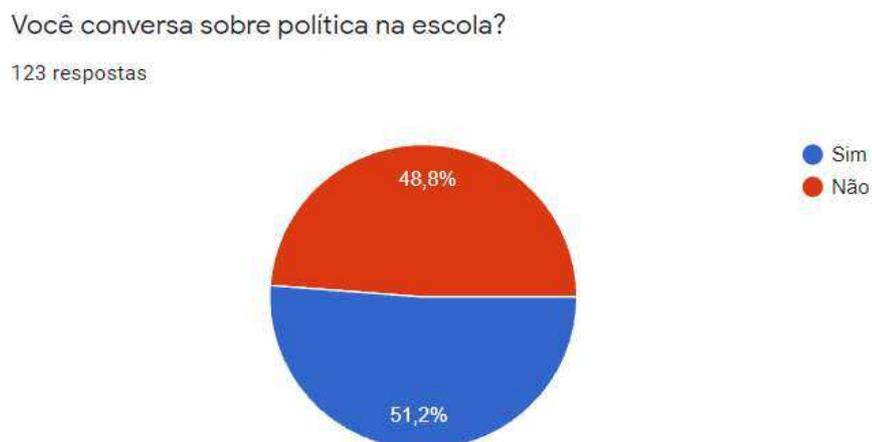


Fonte: Pesquisa realizada pelos autores (2021).

Na sequência, a pergunta feita foi sobre a existência de conversa sobre política na escola (figura 17), onde 51,2% dos respondentes sinalizou que sim, há

conversas sobre a temática, e os assuntos geralmente abordados são questões históricas nas aulas e a insatisfação com o governo atual. Enquanto 48,8% disse não conversar sobre o ambiente escolar, tendo como razão para tal a falta de interesse e o receio de discussões dadas pela discordância de opiniões.

Figura 17 - Gráfico 11



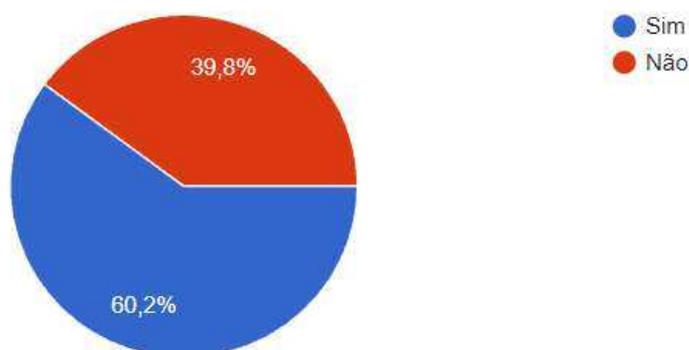
Fonte: Pesquisa realizada pelos autores (2021).

Dando início a uma nova seção e abordando a relação entre os respondentes e o conhecimento sobre o tema, deu-se a pergunta sobre a motivação dos mesmos em aprender sobre política brasileira. Apresentando as respostas (figura 18), 60,2% alegou ter interesse motivado por se atualizar sobre os acontecimentos do país, entender o funcionamento e ter preocupação em mudar o futuro. Os outros 39,8% que apontaram não ter interesse, alegam que sentem-se desmotivados devido a falta de interesse e de conhecimento no assunto.

Figura 18 - Gráfico 12

Você se sente motivado a aprender sobre a política brasileira?

123 respostas



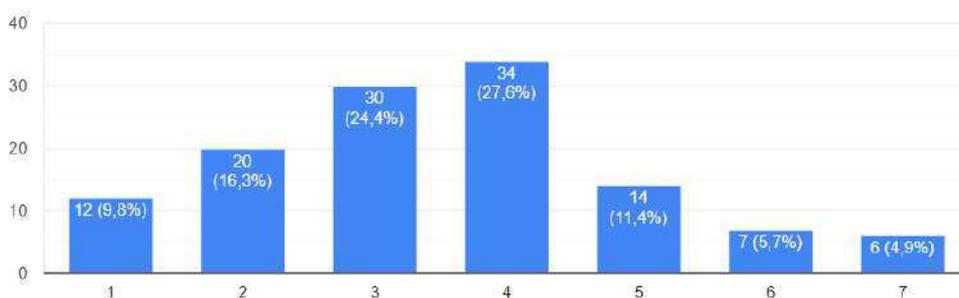
Fonte: Pesquisa realizada pelos autores (2021).

Na sequência, os respondentes foram questionados sobre o quão prontos se sentem para falar sobre política numa escala de 1 à 7, sendo 1 “muito pouco preparado” e 7 “muito preparado”. De acordo com as respostas (figura 19) os jovens demonstraram entendimento médio sobre o assunto, visto que a grande maioria, 52% ficou entre 3 e 4 na escala proposta.

Figura 19 - Gráfico 13

Em uma escala de 1 a 7, o quanto você se sente pronto para falar sobre política?

123 respostas



Fonte: Pesquisa realizada pelos autores (2021).

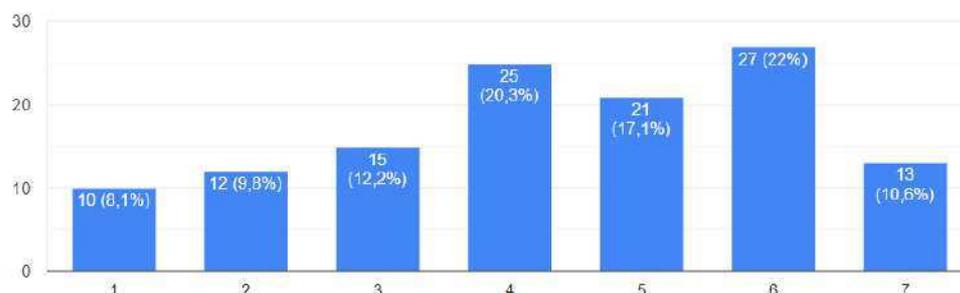
Posteriormente, quando questionados sobre seu interesse em aprender sobre o sistema político brasileiro, também em uma escala de 1 à 7 sendo 1 “muito pouco interessado” e 7 “muito interessado”, dentre os respondentes (figura 20), 49,7%

demonstra estar interessado ou muito interessado, deixando claro que o tema pode sim ser trabalhado com esse público.

Figura 20 - Gráfico 14

Em uma escala de 1 a 7, sendo um muito pouco interessado e sete muito interessado, o quanto você se sente interessado em aprender mais sobre o sistema político brasileiro?

123 respostas



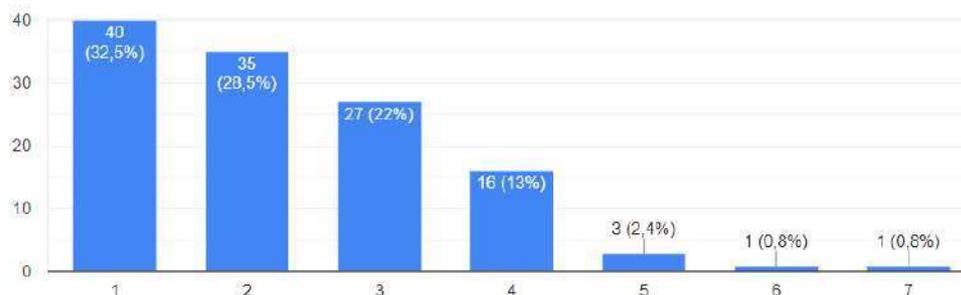
Fonte: Pesquisa realizada pelos autores (2021).

No que se refere a representatividade política, os respondentes foram indagados sobre o quanto se sentem representados no cenário político atual do país, numa escala de 1 à 7, sendo 1 “muito pouco representado” e 7 “muito representado”, os jovens sinalizaram, como mostra a figura 21, uma baixa sensação de representatividade visto que 83% das respostas encontram-se abaixo de 3 na escala proposta.

Figura 21 - Gráfico 15

Em uma escala de 1 a 7, sendo um muito pouco representado e sete muito representado, o quanto você se sente representado no cenário político brasileiro atual?

123 respostas

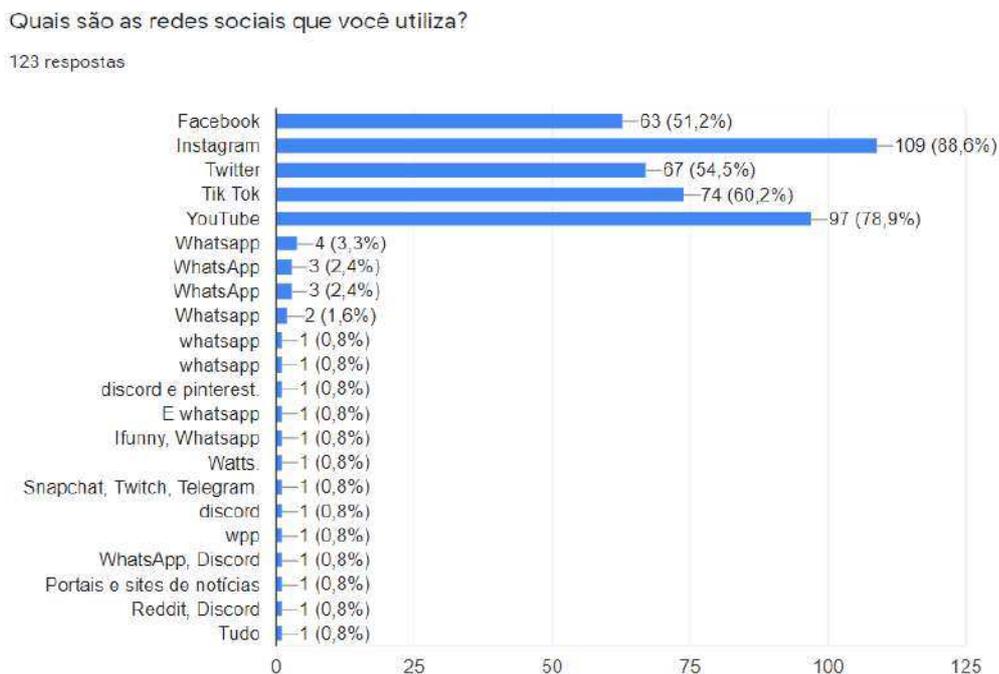


Fonte: Pesquisa realizada pelos autores (2021).

Por fim, a última pergunta da seção solicita aos respondentes que, em poucas palavras, falem sobre sua visão da política no Brasil, as respostas demonstram uma grande insatisfação com o governo atual e mostram que o jovem enxerga a política com muita negatividade, dando ênfase em situações como corrupção, desorganização, injustiça, mal uso do poder pelos governantes, entre outros.

Na seção seguinte, os autores buscam saber quais são as mídias mais utilizadas pelos jovens e qual a melhor linguagem de comunicação para atingir efetivamente esse público. A pergunta inicial da seção questiona sobre as redes sociais as quais os respondentes utilizam com maior frequência (figura 22). Em primeiro lugar aparece o Instagram com 88,6%, seguido pelo YouTube com 78,9% e em terceiro lugar ficou o Tik Tok com 60,2%. Outras redes também aparecem em alta, como o Twitter, com 54,1% e o Facebook com 51,2%, Whatsapp, discord, telegram e SnapChat também foram citados, porém em menor número.

Figura 22 - Gráfico 16

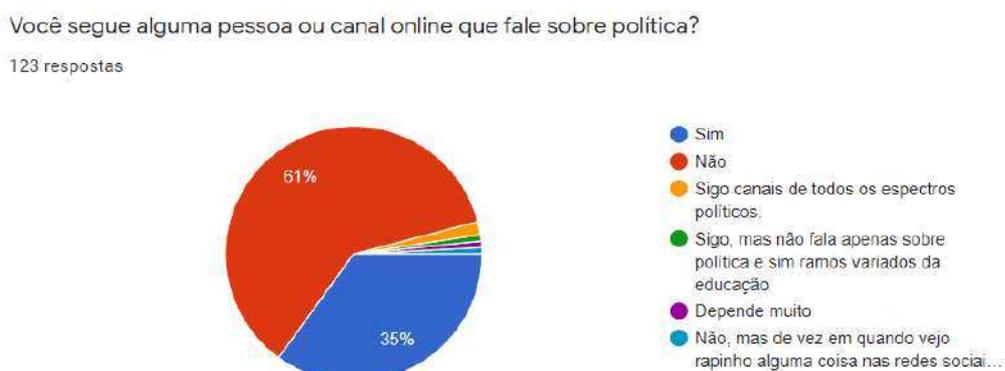


Fonte: Pesquisa realizada pelos autores (2021).

Quando questionados sobre os criadores de conteúdo que acompanham na internet e nas redes sociais, os respondentes citam mais vezes o youtuber Felipe Neto, o também youtuber Felipe Castanhari, cantores, tiktokers, atores, e canais de games e conhecimentos gerais. Na pergunta seguinte, os respondentes são

perguntados se acompanham algum canal ou pessoa que fale sobre política, a maioria deles, 61%, disse não acompanhar, enquanto 32% respondeu que sim, acompanha, e por fim 4% está distribuído entre jovens que não acompanham especificamente canais que falam sobre o assunto, porém algumas vezes são expostos quando surgem conteúdos da temática nas redes (figura 23).

Figura 23 - Gráfico 17



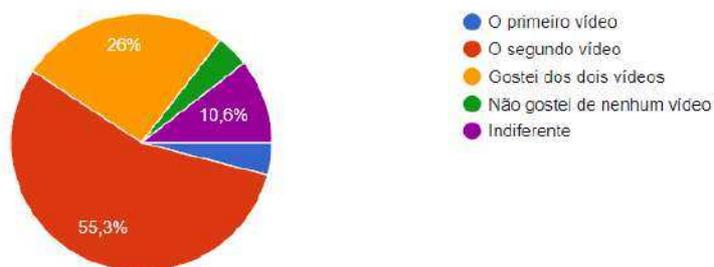
Fonte: Pesquisa realizada pelos autores (2021).

Posteriormente, é solicitado que os respondentes assistam a dois comerciais, o primeiro é a campanha audiovisual do governo nacional, desenvolvida pelo Tribunal Superior Eleitoral e trata da importância dos jovens possuírem o título de eleitor e exercerem o seu direito ao voto. Já o segundo vídeo é uma ação da marca Burger King no Brasil, a fim de abordar a importância de não votar brando ou nulo nas eleições, o comercial tem linguagem voltada para a comicidade em algumas partes e trata do assunto de forma dinâmica. Os respondentes sinalizaram gostar do primeiro vídeo e entender o propósito, já quanto ao segundo vídeo comentaram sobre a linguagem utilizada, sobre o entendimento do propósito e sinalizaram a efetividade do mesmo. Quando questionados sobre a preferência entre os dois, 55,3% diz preferir o segundo vídeo, 26% gostou dos dois vídeos, 10,6% diz que é indiferente, 4,1% diz preferir o primeiro e, por fim, 4,1% diz não ter gostado de nenhum dos vídeos. (figura 24).

Figura 24 - Gráfico 18

Na sua opinião, qual dos vídeos te chamou mais atenção?

123 respostas



Fonte: Pesquisa realizada pelos autores (2021).

Os resultados desse formulário de pesquisa são de extrema importância para que se possa dar seguimento ao projeto de forma mais assertiva, visto que o mesmo possibilitou conhecer o público alvo e mensurar seu entendimento sobre a temática, assim como deu base para o direcionamento do conteúdo a ser criado pelos autores a fim de comunicar política ao público alvo selecionado.

4. PLANEJAR A CAMPANHA

No capítulo a seguir serão apresentadas as etapas do desenvolvimento do planejamento de campanha do projeto, sendo elas o diagnóstico inicial da temática, seguindo da imagem atual por parte do público, o posicionamento pretendido, as estratégias adotadas, táticas e o plano de mídia da campanha e por fim o cronograma e orçamento.

4.1 Diagnóstico inicial

Política, para o presente projeto, entende-se como toda a esfera organizacional de administração de algo ou um grupo de pessoas, ou seja, tudo aquilo que auxilia na governança. No âmbito nacional brasileiro, constitui-se um sistema federativo que é dividido em três poderes, sendo eles: Executivo, Legislativo e Judiciário. Este mesmo sistema, também prevê a subdivisão da federação em estados, que, por sua vez, se auto regulamentam com base na legislação federal, e também possuem chefes de estados próprios.

No momento em que se entende a temática do projeto, buscou avaliar qual o cenário o qual ela se encontra, identificando, assim, como potencialidades a obtenção de apoio público municipal para a propagação do conhecimento político, a mudança comportamental entre os jovens da região, a capacidade de fomentar o debate político fora do período eleitoral e também a possibilidade de mudança no cenário político/eleitoral brasileiro. As oportunidades encontradas foram para melhorar o acesso a informações ligadas à política, a aproximação das próximas eleições gerais e a partir das pesquisas realizadas, a percepção dos jovens em relação às necessidades de mudanças no cenário político pela falta de representatividade. Já como fragilidades foi identificado a disparidade entre ensino privado e público, falta de conhecimento dos fundamentos políticos por parte dos jovens e falta de representatividade de jovens na política. E por fim, como ameaças, foi identificado a polarização e extremismo do cenário político brasileiro, as reformas no Ensino Médio que não reconhecem Filosofia e Sociologia como disciplinas próprias e obrigatórias e também a circulação de fake news.

Apoiado nas pesquisas realizadas, e anteriormente detalhadas, (com público próximo e com o público alvo), pode-se notar o baixo conhecimento e entendimento

por parte dos jovens sobre política, existindo ainda inúmeras dificuldades a serem superadas como a falta de interesse do público, a baixa participação das eleições e também a falta de representatividade política nacional.

A partir disso, o objetivo geral do projeto se sustenta, visando a difusão do conhecimento acerca do funcionamento da política brasileira, desde a organização dos três poderes, até a estruturação eleitoral partidária para os adolescentes de 15 a 17 anos da cidade de Passo Fundo/RS e região, prezando sempre pela importância da política para o funcionamento da sociedade, o claro entendimento das esferas políticas brasileiras e a mobilização dos jovens sobre a importância do voto.

4.2 Imagem atual

Fundamentada na pesquisa quantitativa realizada, a imagem atual da temática centra-se no baixo entendimento sobre o tema, dentro do núcleo familiar de cada respondente, ainda o tema é tratado com timidez e em alguns casos não é abordado, isso decorre de inúmeros fatores, sendo o mais recorrente o medo da divisão de opiniões e conflitos acarretados por essa diferença.

Esses jovens falam sobre política apenas com quem se sentem confortáveis e confiam, pois sabem que não haverá conflitos, ou se houver, serão facilmente solucionados, e o pouco diálogo sobre também se dá por não se sentirem confiantes o suficiente para falar sobre o tema, sentem-se despreparados e conscientes do baixo entendimento sobre o assunto. Ou seja, esses jovens falam sobre o tema majoritariamente com seus amigos, e os assuntos perpassam desde críticas ao atual governo brasileiro (Governo Bolsonaro) até pautas locais, como saneamento, urbanismo, saúde e educação.

Por fim, a maioria dos respondentes afirmaram ter interesse em aprender mais sobre o tema, mesmo associando o tema a algo ruim e à corrupção. E quem não se interessa, afirma não gostar de política ou entende como um tema difícil e muitas vezes confuso.

4.3 Posicionamento pretendido

Tendo em vista todos os problemas relatados anteriormente, identifica-se como fragilidades da imagem atual a disparidade de qualidade do nível de ensino entre instituições públicas e privadas, bem como a falta de representatividade e conhecimento dos fundamentos políticos por parte dos jovens. Já como potencialidades vê-se a mudança comportamental entre os jovens da região, a abertura dos mesmos para aprender e também a capacidade de gerar o debate político fora do período eleitoral.

A temática deverá ser percebida como necessária para o funcionamento da sociedade, além de extrema importância, deverá ser tratada pelos jovens com mais frequência e mais fundamentada, deverão falar sobre o assunto com mais propriedade e certeza de suas escolhas, tendo a pretensão de ampliar tais discussões para além do período eleitoral. Dessa forma, sendo vista pelo público como algo acessível e não mais algo intocável e restrito, fazendo com que cada vez mais o conhecimento se estenda pela comunidade em que esses jovens estão inseridos.

4.4 Estratégias da campanha

Tendo em vista os objetivos de comunicação propostos e o posicionamento pretendido, foram levantadas as seguintes estratégias: (i) Projeto de branding; (ii) Campanha de conscientização da importância da participação política dos jovens e (iii) Desenvolvimento de um plano de marketing de conteúdo.

A primeira etapa é a execução do projeto de branding, será realizada a definição de um nome e assinatura para o projeto, além da concepção de uma identidade de marca compatível e atraente para o público-alvo. Essa etapa é fundamental para deixar claro o posicionamento e os valores da marca, além de padronizar a comunicação do projeto, possibilitando, assim, maior identificação e lembrança por parte do público.

A segunda estratégia é o planejamento e execução de uma campanha que objetiva promover e fomentar a participação política por parte dos jovens que residem em Passo Fundo e região. Ela será realizada em três fases: (1) desmistificação; (2) informação e (3) propagação. A primeira etapa busca chamar a

atenção e captar o público, direcionando-o para o perfil do Instagram do projeto que será criado, objetiva-se, nesta fase, retirar a visão negativa dos jovens a respeito do assunto e conscientizar sobre a importância da política dentro da esfera pessoal. A segunda etapa consiste na geração de interesse pelo assunto a partir do consumo de conteúdos informativos que serão divulgados em diferentes mídias, o objetivo é que o público sintam-se mais preparado para discutir sobre política a partir do momento que tem maior propriedade sobre o tema. A última fase tem o propósito de efetuar a propagação da temática e do próprio projeto, para isso serão utilizadas táticas que induzam e orientem o público a efetivar a discussão sobre política com seus círculos sociais. Essas três etapas formam um ciclo de retroalimentação, já que através da propagação ativa por parte do público gera novos pontos de contato com outros indivíduos que podem vir a se interessar pelo projeto no futuro.

Em conjunto com a campanha, há a estratégia de marketing de conteúdo planejado para os perfis da marca. A produção e divulgação de conteúdos originais é parte essencial da execução da campanha, porque ela oferece aporte para atingir seus objetivos informativos e de cultivo de relacionamento, através de conteúdos atrativos e compatíveis (tanto em formato quanto em linguagem) com aqueles já consumidos pelo público.

4.5 Táticas e plano de mídia da campanha

Com as estratégias de comunicação definidas, torna-se necessário concretizá-las a partir de táticas, como descrito abaixo.

O projeto de branding, como já mencionado, será focado no desenvolvimento de uma marca que gere identificação com o público jovem. Para isso, será desenvolvido um nome, assinatura/slogan, identidade visual e tom de voz, baseados nas necessidades e desejos do jovens e nas observações feitas a partir das pesquisas de aproximação com o público previamente realizadas.

Na primeira fase da campanha, a ideia é chamar a atenção a partir de uma analogia inusitada entre política e uma trama de terror, a política é retratada como uma personagem “maligna” que pode ser motivo de assombro para alguns jovens. A partir desta associação, cartazes em A3 serão espalhados em escolas de ensino médio passo-fundenses, contendo chamadas misteriosas que geram curiosidade junto a um QR code que redireciona os estudantes para o perfil do projeto no

Instagram, onde encontrarão posts com a continuação e a “moral” da história, mostrando a importância da sua participação política e as consequências negativas (assombros) em caso contrário. O perfil também contará com informações básicas de apresentação do projeto.

A segunda fase da campanha terá um cunho mais informativo. Durante as pesquisas de aproximação com o público, foi identificado que a falta de conhecimento é um dos maiores desmotivadores dos jovens em relação à participação e à discussão política. Por isso, essa etapa será focada na produção de conteúdos que apresentem, de forma criativa e educativa, informações básicas sobre o sistema político brasileiro, para que os jovens possam se sentir mais confortáveis e estimulados a falar sobre o assunto. Para este fim, planeja-se a produzir um *e-book* e o lançamento de um programa de *podcast*, que serão divulgados a partir de posts nas redes sociais do projeto.

A última fase é voltada para a propagação do tema e o cultivo de relacionamentos. Nesta etapa serão postados, nas redes sociais do projeto, cards com dicas de como discutir política de forma responsável e respeitosa. Essa ideia surgiu a partir das pesquisas de aproximação com o público, que mostraram que os jovens evitam discutir política, porque temem gerar conflitos com amigos e familiares e/ou não sabem lidar com possíveis divergências ideológicas e opinativas. Outra tática que será introduzida nesta fase é a criação de um grupo no Whatsapp para discussão sobre política e questões sociais da atualidade, com o intuito de oferecer uma plataforma onde a discussão política possa se concretizar.

As mídias escolhidas para a veiculação da campanha são Instagram e Whatsapp, plataformas de streaming de *podcast* e material impresso (cartaz A3). A predominância de mídias digitais é justificada por serem os meios mais utilizados pelos jovens e também por serem os mais viáveis dentro do orçamento limitado disponível. A mídia impressa, nesta campanha, serve de suporte e conexão para as demais, ela é uma escolha assertiva para gerar curiosidade na fase inicial da campanha, já que, com ela, é possível fazer uma intervenção no espaço físico frequentado pelo público-alvo - as escolas.

Quadro 2 - Estratégias e táticas de comunicação

Estratégia	Táticas
Projeto de branding	<ul style="list-style-type: none"> - Nome + assinatura/slogan; - Identidade visual; - Tom de voz; - Peças conceito.
Campanha + marketing de conteúdo	<p>1º fase:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Cartaz A3 - redireciona para redes sociais; - Posts nas redes sociais - “moral da história”. <p>2º fase:</p> <ul style="list-style-type: none"> - <i>E-book</i> informativo; - Produção de <i>podcast</i>; - Posts nas redes sociais resumo e divulgação do <i>podcast</i>. <p>3º fase:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Posts nas redes sociais fluxograma e dicas de como discutir política; - Grupo no WhatsApp de discussão política, iniciando com o grupo de alunos do Dia de Ação.

Fonte: elaborado pelos autores (2021).

4.6 Cronograma da campanha

O cronograma estipulado para a campanha está apresentado no quadro abaixo (quadro 3). É importante observar que as datas estão sujeitas a alterações futuras.

Quadro 3 - Cronograma

Estratégia	Táticas	Criação	Produção	Veiculação
Projeto de branding	Nome + assinatura/slogan;	A partir de 15/10	A partir de 15/10	A partir de 30/10
	Definição de tom de voz			
	Identidade visual			
	Peça conceito			
Campanha + marketing de conteúdo	1º FASE	08/11 - 18/11		
	Cartaz A3	01/11 - 02/11	03/11 - 05/11	A partir de 08/11
	Posts nas redes sociais	02/11 - 03/11	04/11 - 07/11	A partir de 08/11
	2º FASE	22/11 - 01/12		
	Posts nas redes sociais	15/11	---	01/12

	<i>Podcast - 1º ep</i>	17/11	18/11	24/11
	<i>E-book</i>	17/11	---	27/11
	3º FASE			02/12 até 9/12
	Posts nas redes sociais	02/11	--	8/12
	Grupo no WhatsApp	02/12	02/12	02/12

Fonte: elaborado pelos autores (2021).

4.7 Verba e Orçamento da campanha

Até o presente momento, não há verba disponível para a produção e execução da campanha, que depende, principalmente, do trabalho voluntário dos integrantes do grupo. Para a viabilização da mesma, planeja-se buscar parcerias e patrocínios com instituições municipais ligadas a política, como a própria prefeitura do município de Passo Fundo e a Câmara de vereadores municipal. Além destas, serão buscados como parceiros, entidades ligadas à educação, por exemplo, as escolas públicas e privadas. Por fim, pensando na produção de mídias impressas, também idealiza-se a doação de serviços por parte de gráficas. O plano orçamentário completo encontra-se no quadro abaixo:

Quadro 4 - Orçamento

Estratégia	Tática	Custo	Estratégia de viabilização
Projeto de branding	Nome + assinatura/slogan;	SEM CUSTO	Doação de serviços do grupo
	Definição de tom de voz		
	Identidade visual		
	Peça conceito		
Campanha + marketing de conteúdo	1º FASE		
	Cartaz A3	SEM CUSTO	Doação de serviço por terceiros e instalações da FAC UPF
	Posts nas redes sociais		Doação de serviços do grupo
	2º FASE		
	<i>E-book</i>	SEM CUSTO	Doação de serviços pelo grupo, por terceiros e utilização dos laboratórios
	<i>Podcast - 1º ep</i>		

	Posts nas redes sociais		de rádio da FAC UPF
3º FASE			
	Posts nas redes sociais	SEM CUSTO	Doação de serviços do grupo e por terceiros
	Grupo no WhatsApp		

Fonte: elaborado pelos autores (2021).

5. CRIAR E PRODUZIR A CAMPANHA

Nesta etapa são apresentados aspectos presentes durante todo o processo da parte de criação do projeto e a experiência do grupo com as mesmas, tais como: informações base da campanha, método de criação e percurso criativo. Também estão presentes as peças iniciais e finais do trabalho, contando com seu pré-testes e justificativas de cada escolha definida pelo grupo durante a criação.

5.1 Tema da campanha, linha criativa e apelos básicos

A *Unique Selling Proposition* – Proposição Central de Valor (USP) do projeto define-se como: proporcionar um futuro melhor através da política. A escolha deu-se baseada na pesquisa feita com o público-alvo do projeto, anteriormente apresentada, onde os autores buscam, na campanha, mudar pensamentos apresentados nos resultados da pesquisa, mudando a visão dos jovens em relação à política nacional, os conscientizando do poder e da influência que os mesmos têm nas escolhas de seus representantes e incentivando-os a focalizar sua energia em ser a mudança que gostariam de ver. Portanto, a temática escolhida para a campanha segue a linha informacional, visto que tem como objetivo difundir o conhecimento sobre o funcionamento da política brasileira e demais subtemas que a compõe, para os adolescentes de 15 à 17 anos de Passo Fundo/RS, por meio de conteúdos onde informações sobre o tema estarão disponíveis em diferentes formatos e diferentes redes sociais.

5.2 Métodos de criação

Na publicidade, uma técnica muito utilizada para geração de ideias em um grupo é o *brainstorm*, traduzido como “tempestade de ideias” esse método foi criado em 1939, por Alex Osborn que define o termo como o ato de "usar o cérebro para tumultuar um problema" (Osborn 1987, p.73). Entretanto existe uma variação deste método denominada *Switch it brainstorm*, a qual foi escolhida pelo grupo como método de criação oficial do projeto devido à familiaridade dos autores com a técnica, visto que os mesmos já utilizaram-na diversas vezes no decorrer da

graduação. O *Switch it brainstorm* foi criado por Emilia Åström no ano de 2012. Esse método tem como propósito dar,

espaço para ter ideias e desenvolver seus próprios pensamentos individualmente antes de apresentá-los a um grupo. Todos têm a chance de fazer com que suas ideias sejam ouvidas, você acabará com um leque maior de soluções e durante o encontro terá mais tempo para desenvolver as ideias (ÅSTRÖM, 2012).

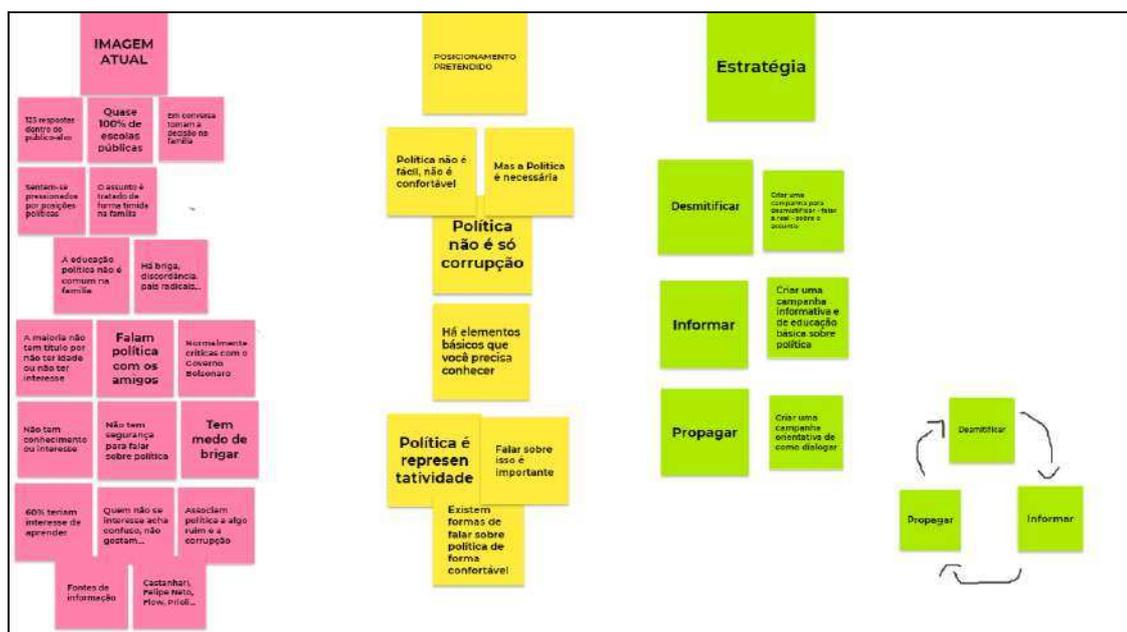
Essa técnica possibilita uma geração ainda maior de ideias do que o *brainstorm* simples, tendo em vista que cada participante tem cinco minutos para pensar e gerar ideias individualmente e posterior a isso, em uma conversa as ideias são apresentadas ao grupo e recebidas com a frase “sim, e...”, o que complementa o pensamento anterior, evitando que haja exclusão de pensamentos dos participantes. Dessa forma, dividindo essa técnica em algumas rodadas, é possível fazer com que haja a lapidação das primeiras ideias, até que se chegue a um conceito mais elaborado e por fim, o grupo decide o conceito final a ser utilizado.

Devido à pandemia do vírus Sars-CoV-2, as reuniões dos autores para dar início ao processo de criação ocorreram de forma online na plataforma Google Meet com auxílio da ferramenta Jamboard, facilitando a visualização do processo de geração e decisão de ideias.

5.3 O percurso criativo

Ao início do processo criativo, foi criada uma matriz SWOT a fim de entender a imagem atual da temática perante o público-alvo, planejar o posicionamento e as estratégias do projeto (Figura 25).

Figura 25 - Matriz SWOT

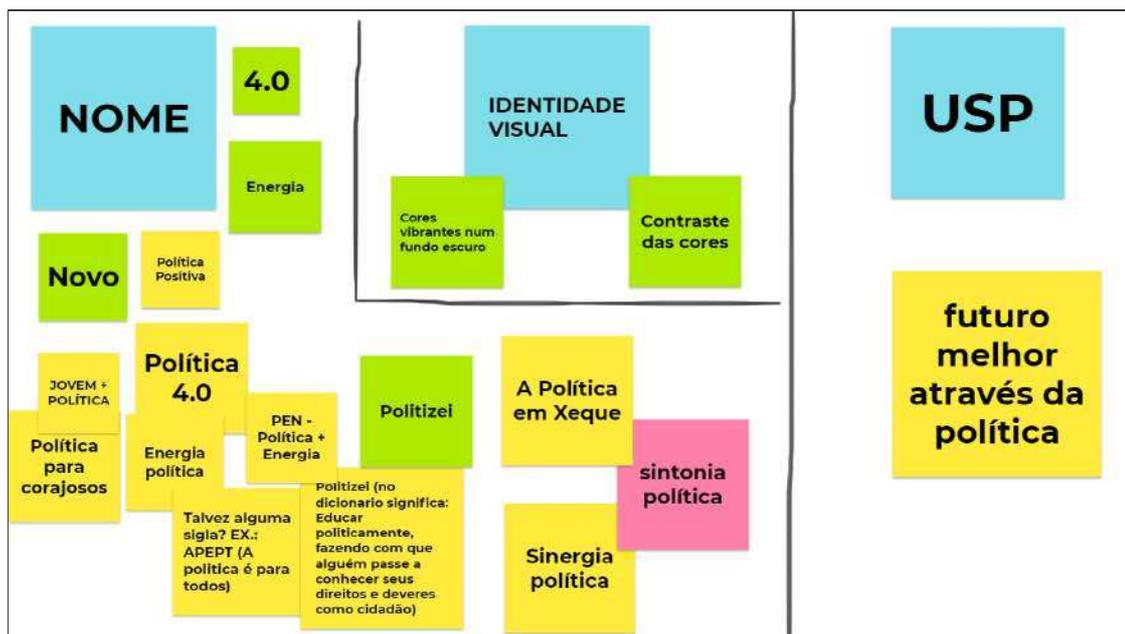


Fonte: Elaborado pelos autores (2021).

Na sequência, um novo painel foi criado com o intuito de ser palco de um *brainstorm* para definição de duas importantes etapas do projeto: a definição de nome, identidade visual (Figura 26) e slogan (Figura 27). Para a escolha do nome, buscou-se associar a palavra política com outra que representasse o conceito buscado na campanha, por fim, o grupo decidiu que a melhor opção seria a palavra "sinergia", que significa cooperação.

Para a identidade visual, foram utilizadas cores claras e o uso de texturas que agregam um visual mais energético, alegre e jovial para a marca. Há na paleta de cores, a predominância das cores azul e a amarelo, que faz referência discreta às cores da bandeira brasileira. Para o logotipo do projeto, foram escolhidas fontes sem serifa modernas e em itálico, cuja inclinação é associada aos valores de transformação do Sinergia Política.

Figura 26 - Definição do nome



Fonte: Elaborado pelos autores (2021).

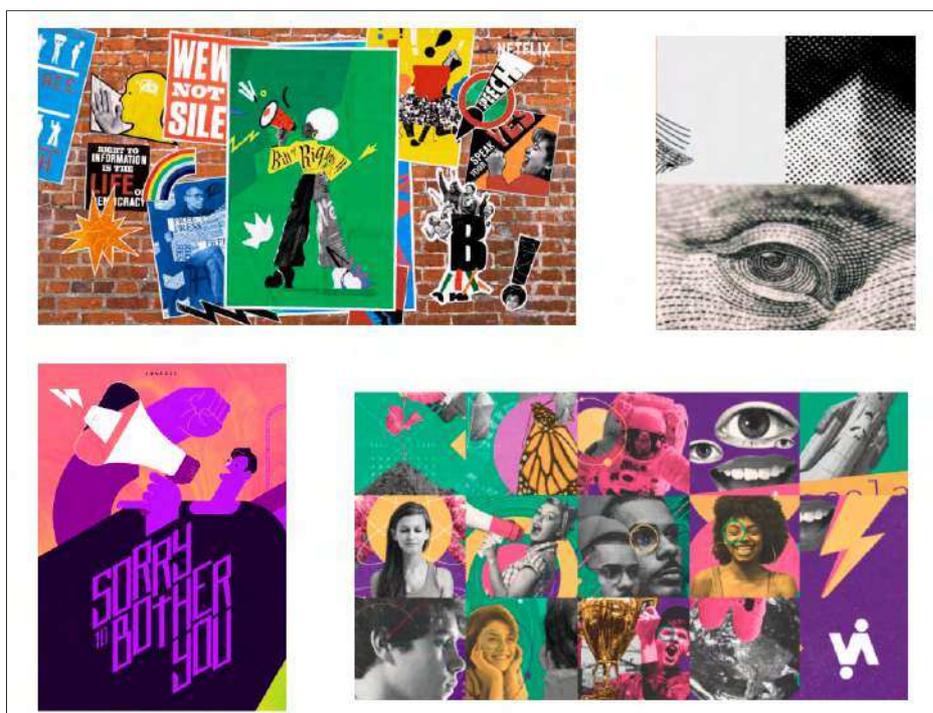
Figura 27 - Definição do slogan



Fonte: Elaborado pelos autores (2021).

Durante o processo da escolha da identidade visual do projeto, ocorreu uma pesquisa de referências online (Figura 28), a fim de inspirar e projetar conceitos e ideias que levassem os autores a criar a identidade definitiva que levasse consigo a verdadeira face do mesmo.

Figura 28 - Referências para a identidade visual e comunicacional



Fonte: www.behance.net

Após a busca de inspirações, iniciou-se a criação da identidade visual do projeto, presente nas Figuras 29, 30 e 31.

Figura 29 - Estudo preliminar de logo 1



Fonte: Elaborado pelos autores (2021).

Figura 30 - Processo preliminar de logo 2



Fonte: Elaborado pelos autores (2021).

Figura 31 - Processo preliminar de logo 3



Fonte: Elaborado pelos autores (2021).

Figura 32 - Processo de criação, etapa 2



Fonte: Elaborado pelos autores (2021).

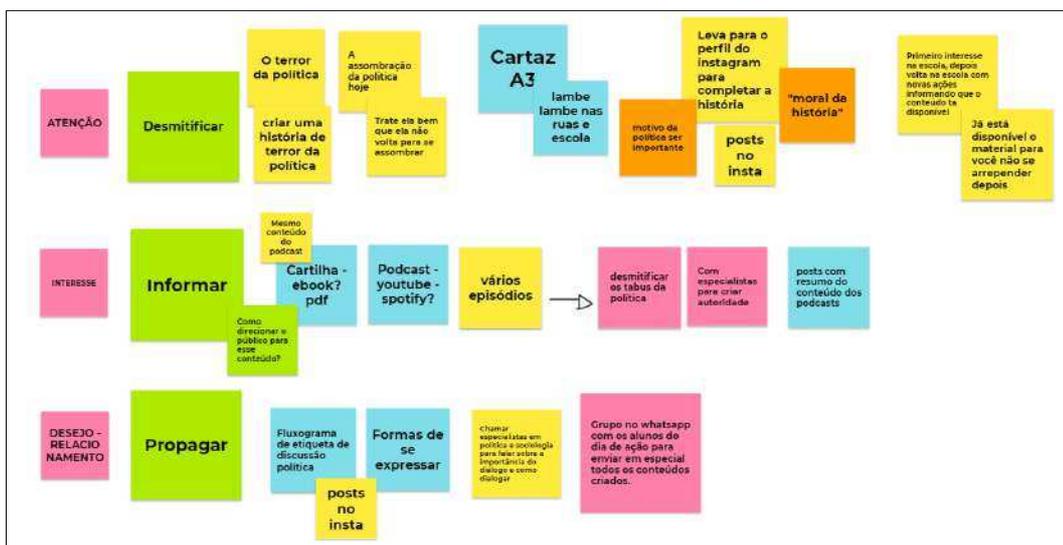
Figura 33 - Logotipo e Identidade Visual do Projeto



Fonte: Elaborado pelos autores (2021).

Quando definida e criada a identidade do projeto, um novo *brainstorm* foi feito com a finalidade planejar as etapas e as peças presentes na campanha (Figura 34).

Figura 34 - Definição de peças



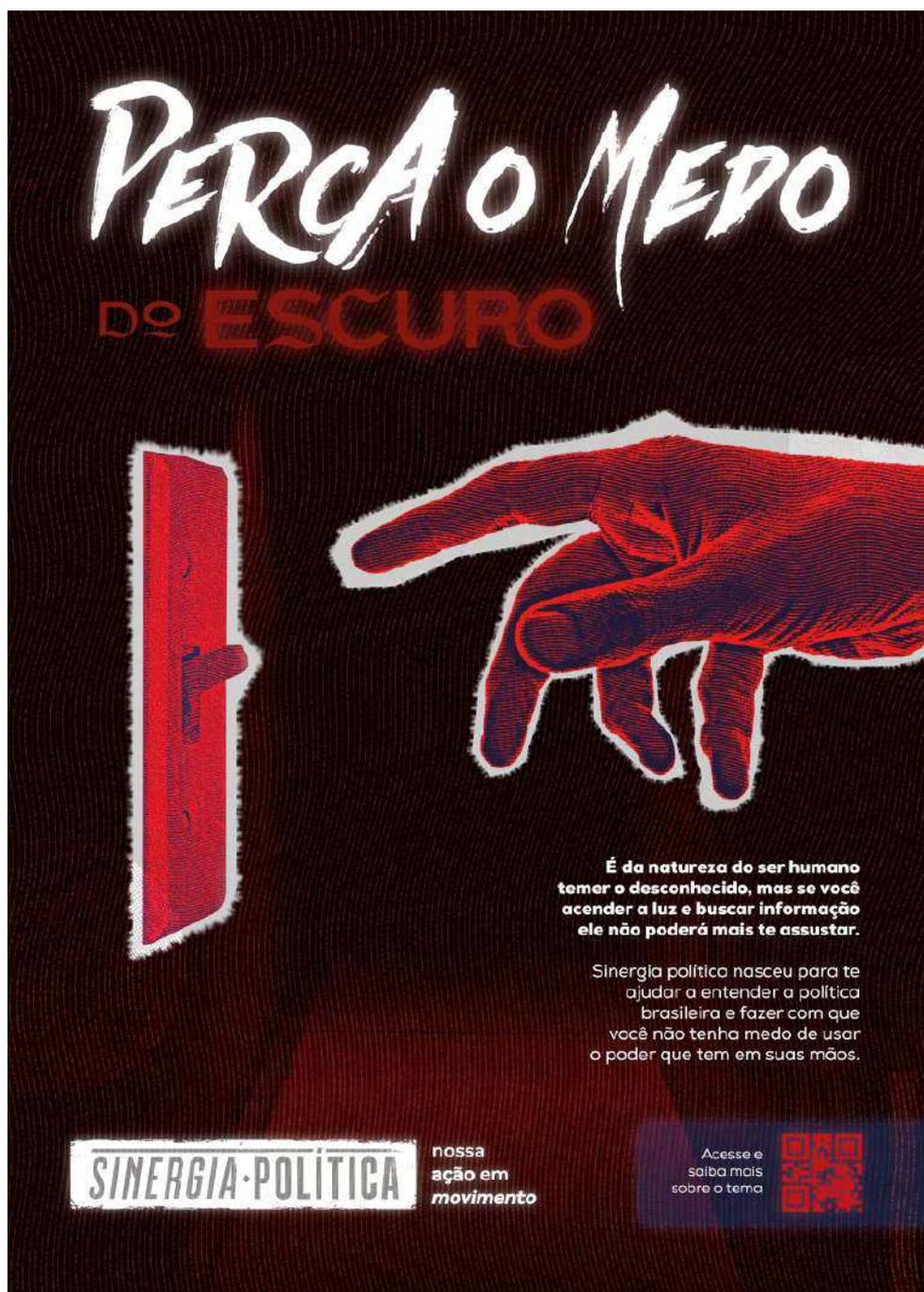
Fonte: Elaborado pelos autores (2021).

Por fim, foi dado início a produção de cada uma das peças com o intuito de realizar o plano de comunicação montado pelos autores, a fim de dar vida ao projeto experimental.

5.4 Peça conceito inicial e defesa/justificativa

Para a concepção da primeira fase da campanha, realizou-se a criação de um cartaz, como proposto no tópico 4.6. A peça conceito (Figura 35) e defesa seguem na sequência

Figura 35 - Peça Conceito 1



Fonte: criado pelos autores (2021).

A peça apresentada faz referência ao gênero de terror, com tons mais escuros buscando representar o medo do jovem em relação à política. Os complementos visuais, tais como a mão e o interruptor nela presentes retratam o momento em que o jovem toma atitude de ligar a luz do conhecimento, assim não podendo mais ser assustado pelo desconhecido, por aquilo que não consegue ver.

Trazendo conceitos iluministas, a peça retrata o ato de acender a luz como

uma referência à busca de conhecimento, ao iluminar das ideias. No contexto em que está inserido, “iluminar as ideias” refere-se à percepção e ao entendimento políticos dos jovens em questão (público alvo do projeto).

Já quanto ao texto, “perca o medo do escuro” não é apenas a chamada de uma peça publicitária mas sim um convite à mudança, que tem continuidade no texto complementar, onde de fato o jovem é incentivado a buscar conhecimento para não mais se assustar, mas sim enxergar e aprender a utilizar todo o poder que lhe pertence.

Já para a segunda e terceira fase da campanha, foi criada a segunda peça conceito, que é apresentada na sequência, seguida de sua defesa.

Figura 36 - Peça conceito 2



Fonte: criado pelos autores (2021).

A segunda peça conceito é uma apresentação inicial de elementos que compõem a identidade de marca do Sinergia Política. As cores mais vibrantes

contrastam com a paleta da primeira peça e associam a marca a um ar mais jovial, energético e descontraído. Os elementos urbanos e a figura de uma jovem criam proximidade com o público-alvo do projeto.

Seguindo a metáfora iluminista, a figura da lâmpada acesa é utilizada para representar a “luz do conhecimento”. Ela é apropriada como um ícone de marca, fazendo referência aos seus objetivos educativos a respeito do tema política.

O texto “Nossa ação em movimento” é o slogan do Sinergia Política, e faz alusão aos valores transformadores a partir da cooperação, discussão e informação junto aos jovens.

5.5 Pré-teste da campanha

A finalização da peça conceito da campanha dependeu do pré-teste realizado com o público-alvo. Nessa etapa, a peça conceito foi enviada para uma amostra de seis jovens, entre 15 e 17 anos, e após um pequeno tempo para que fosse possível a visualização dos detalhes da peça, foram realizadas quatro perguntas: (1) o que essa peça diz?; (2) o que essa peça pede que você faça?; (3) você faria o que essa peça pede?; e (4) por quê?.

Todos os respondentes se mostraram reflexivos sobre a mensagem do cartaz, admitindo que muitas vezes são parados pelo medo e que isso acaba se tornando um empecilho na busca pelos seus direitos, no fim, se mostraram a favor da busca para “perder” esse medo, dando um *feedback* positivo ao que o cartaz propõe. Pode-se afirmar também que a ordem do cartaz ficou clara para os respondentes, que mesmo não sabendo sobre o que se tratava, associaram com a busca de conhecimentos, e o “poder” que possuem pelo direito de votar. Quando questionados se fariam o que o cartaz pede, cinco responderam que sim, fariam a ordem do cartaz e se mostraram muito interessados no conteúdo, somente um respondente respondeu que não, e justificou como falta de interesse no assunto política e descrença que haja possibilidade de mudança no cenário atual da política brasileira.

A peça recebeu um *feedback* positivo de todos os respondentes no que se refere ao *design*, a única dúvida que surgiu foi referente ao que se tratava o projeto, pois nunca tiveram contato com a “Sinergia Política”, e questionaram sobre o qual era a procedência e os seus objetivos, desta forma, após a finalização do pré teste,

os participantes do grupo optaram por responder a esses questionamentos, e após os esclarecimentos, os jovens se mostraram interessados em continuar em contato com o projeto.

5.6 Peça conceito final

Após a aplicação do questionário de pré-teste e orientações com professor do projeto, algumas alterações foram feitas nas peças conceito da campanha. O termo “escuro” utilizado na redação inicial foi substituído pelo termo “política” a fim de direcionar de forma mais objetiva a chamada da peça. A segunda alteração se deu no interruptor, onde a bandeira do Brasil foi adicionada, levando até o público a percepção de que o projeto se refere a política brasileira. A primeira peça conceito é em formato A3, produzida em papel sulfite 70g. A segunda peça conceito foi pensada para os mídias digitais e tem perfil institucional, foi criada pelos autores do trabalho em formato quadrado, sugerido para os meios digitais, a peça possui 1200x1200px.

Figura 37 - Peça conceito final da Fase 01

PERCA O MEDO
DA POLÍTICA

É da natureza do ser humano temer o desconhecido, mas se você acender a luz e buscar informação ele não poderá mais te assustar.

Sinergia política nasceu para te ajudar a entender a política brasileira e fazer com que você não tenha medo de usar o poder que tem em suas mãos.

Acesse, siga e perca seu medo.
@sinergia_politica

SINERGIA·POLÍTICA nossa ação em movimento

UPF FAC - Faculdade de Artes e Comunicação
PUBLICIDADE E PROPAGANDA

Fonte: Elaborado pelos autores (2021).

Figura 38 - Peça conceito final da Fase 02



Fonte: Elaborado pelos autores (2021).

5.7. CAMPANHA DO PROJETO

No seguinte capítulo são apresentadas todas as peças a serem utilizadas ao longo das três fases da campanha, sendo elas respectivamente 1) desmistificar, 2) informar e 3) propagar.

5.7.1 Etapa 01 da campanha - Desmistificar

Como explicado no tópico 4.6, o desenvolvimento da campanha acontece em três etapas. A seguir será apresentada as peças da fase 01 da campanha.

5.7.1.1 Cartaz A3

Para a etapa 01, criou-se a peça conceito/inicial a seguir, a qual entra na planilha de peças propostas inicialmente como Cartaz A3 (297 x 420 mm), impresso em papel sulfite 70g em impressão digital.

Figura 39 - Cartaz A3 fase 01



Fonte: elaborado pelos autores (2021).

5.7.1.2 Facecard 01 - Direcionado pelo Cartaz

A peça a seguir é digital, criada pelos autores do trabalho em formato quadrado, sugerido para os meios digitais, a peça possui 1200x1200px e é acompanhada de sua legenda abaixo.

Figura 40 - Facecard 01 - Fase Desmistificar



Fonte: elaborado pelos autores (2021).

5.7.1.3 Carrossel Saindo da Caverna - Apresentação dos resultados da pesquisa

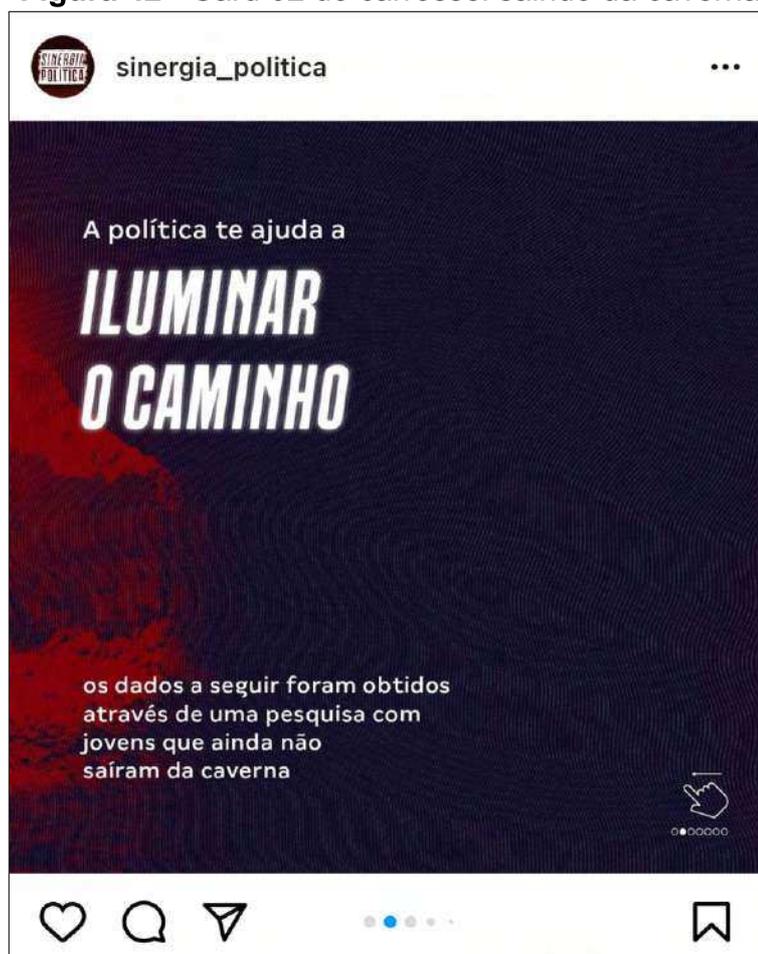
A seguir é apresentado a peça em carrossel, também digital, em formato quadrado, 1200x1200px, a qual mostra os resultados da pesquisa quantitativa elaborada pelos autores (2021). A peça possui seis facecards que em conjunto se complementam e podem ser visualizados abaixo, acompanhada de sua legenda.

Figura 41 - Card 01 do carrossel saindo da caverna



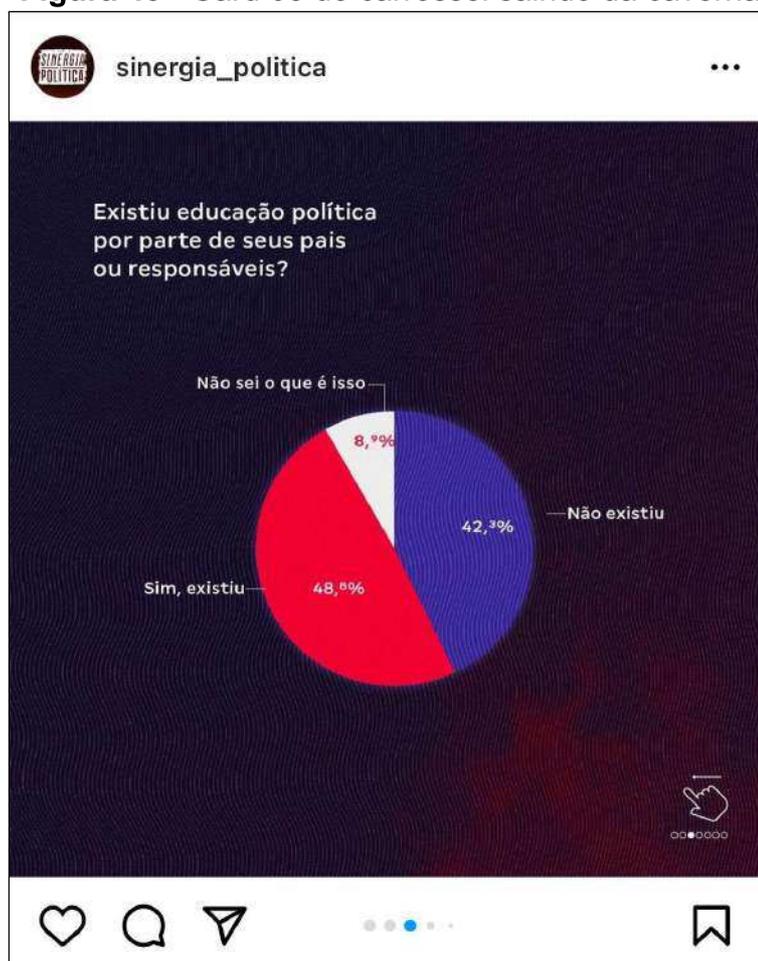
Fonte: elaborado pelos autores (2021).

Figura 42 - Card 02 do carrossel saindo da caverna



Fonte: elaborado pelos autores (2021).

Figura 43 - Card 03 do carrossel saindo da caverna



Fonte: elaborado pelos autores (2021).

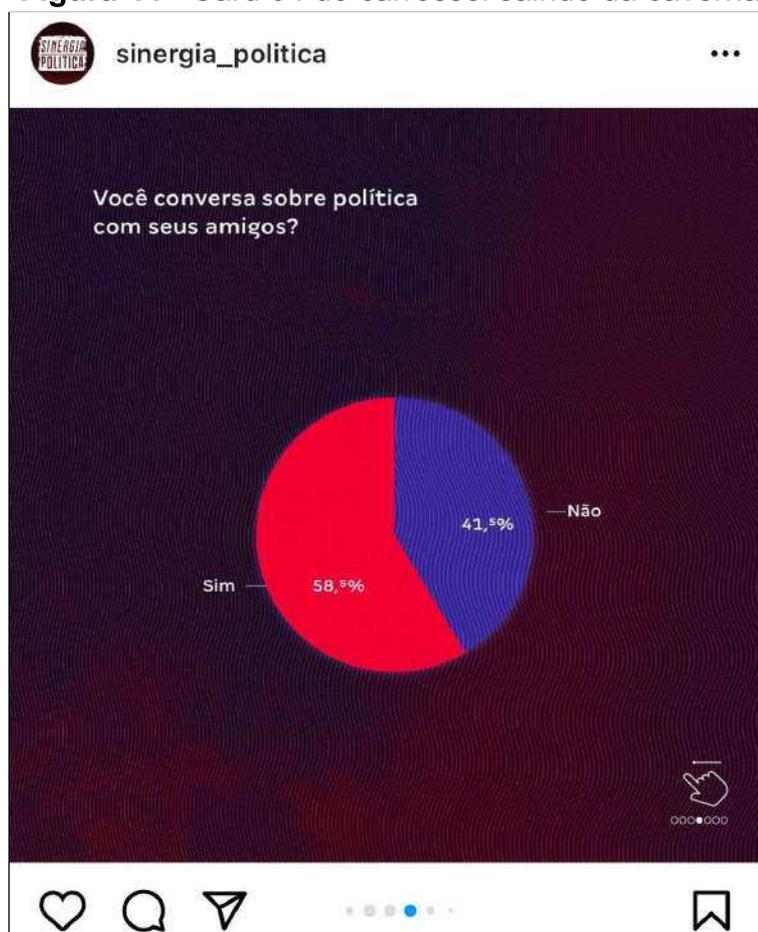
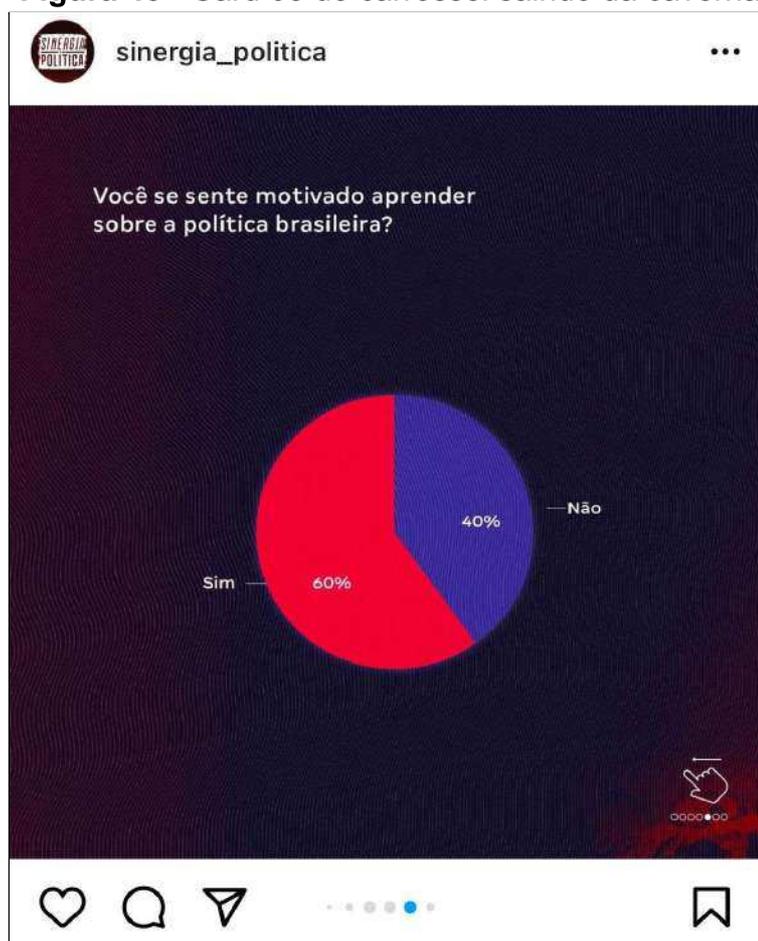
Figura 44 - Card 04 do carrossel saindo da caverna

Figura 45 - Card 05 do carrossel saindo da caverna

Fonte: elaborado pelos autores (2021).

Figura 46 - Card 06 do carrossel saindo da caverna



Fonte: elaborado pelos autores (2021).

5.7.1.4 Facecard de apresentação do Projeto

A seguir é exibida a peça de apresentação do projeto, também digital, em formato quadrado, 1200x1200px. Essa expõe a identidade visual principal da marca e seu slogan. Ela também é acompanhada de uma legenda que explica a essência e os valores defendidos pelo Sinergia Política.

Figura 47 - Apresentação do projeto



Fonte: elaborado pelos autores (2021).

5.7.2 Etapa 02 da campanha - Informar

Como relatado no tópico 4.6, o desenvolvimento da campanha acontece em três etapas. A seguir será apresentada as peças da fase 02 da campanha.

5.7.2.1 Carrossel de divulgação de podcasts semanais

A seguir é apresentado outra peça em carrossel, em formato quadrado e digital, cujas dimensões são 1200x1200px. A peça possui dois facecards que se complementam e, em conjunto de uma legenda, anunciam o programa de *podcast* do projeto. O carrossel pode ser conferido na íntegra abaixo:

Figura 48 - Facecard 1 de divulgação dos *podcasts*



Fonte: elaborado pelos autores (2021).

Figura 49 - Facecard 2 de divulgação dos *podcasts*



Fonte: elaborado pelos autores (2021).

5.7.2.2 Podcast - Três Poderes

A seguir será apresentado o roteiro do primeiro episódio do *podcast*, cujo tema é os “Três Poderes da União”. Seu conteúdo foi apresentado em duas colunas, uma para locução e outra para técnica. Também, nesta seção, será apresentada a capa do podcast em formato digital e quadrado, de dimensões 1200x1200px, que retoma a metáfora iluminista que faz parte da identidade do Sinergia Política.

QUADRO 5 - Roteiro para o *podcast*

Locução	Técnica
---------	---------

<p>LOCUTOR 1: E ai pessoal, tudo bem? Nós somos a Sinergia Política e esse é o nosso primeiro episódio! Eu sou o Gabriel.</p>	<p>Voz animada</p>
<p>LOCUTOR 2: Olá, eu sou o Eduardo</p>	<p>Voz descontraída</p>
<p>LOCUTOR 3: E eu sou a Chiara E nesse primeiro episódio nós pensamos que seria interessante explicar um pouquinho sobre o funcionamento da política brasileira, já que mesmo vivendo aqui minha vida toda, faz pouco tempo que eu me interessei por isso, e acho que todo mundo deve ter as mesmas dúvidas</p>	<p>Voz com humor</p>
<p>LOCUTOR 1: Com certeza, inclusive, nós fizemos uma pesquisa um tempinho atrás, e descobrimos que a maioria dos jovens diz não se interessar muito por política, porque não conhece muito seu funcionamento</p>	<p>Voz séria mas um pouco descontraída</p>
<p>LOCUTOR 2: Exato, acredito que também há muito desinteresse porque geralmente quando pensamos em política vem aquela ideia de muita burocracia, falar difíceis e chatas E o que queremos com esse podcast, é perder esse estigma e falar sobre política de uma forma clara, que todos podemos entender, discutir e fazer parte.</p>	<p>Voz descontraída</p>
<p>LOCUTOR 3: Nossa, antigamente só de ouvir a palavra política já me dava vontade de sair correndo, mas agora eu vejo o quanto é importante a gente saber do nosso papel, e perceber que realmente todo voto importa, e que devemos ir atrás dos nossos direitos como cidadãos.</p>	<p>Voz com humor</p>
<p>LOCUTOR 2: Nossa eu já fingia que tinha algo muito importante para fazer para não precisar conversar sobre política.</p>	<p>Voz séria</p>
<p>LOCUTOR 1: Quem nunca né? Mas vamos lá, porque não começamos pela base do nosso sistema? Segundo a Constituição Brasileira de 1988, há três poderes que compõem a República Federativa do Brasil. São eles: o Legislativo, o Executivo e o Judiciário.</p>	<p>Voz com humor</p>
<p>Então, eu vou falar sobre o que eu mais conheço, o poder Executivo. Ele que “administra o Estado”. Isso significa ter a responsabilidade de diversas tarefas, como: analisar as necessidades da população e criar serviços para atendê-la, fazer a manutenção dos serviços já prestados (como escolas, hospitais, iluminação pública), recolher impostos (cujo valor será revertido para esses serviços), decidir onde esse dinheiro será gasto, etc.</p>	<p>Voz séria para explicar mas mantendo o tom descontraído</p>

<p>LOCUTOR 3: Mas então é o presidente?</p> <p>LOCUTOR 1: Em nível federal, sim, mas também temos em nível estadual, os governadores, e municipal os prefeitos. Daí eles funcionam em hierarquia, o prefeito segue o governador, que segue o presidente.</p> <p>LOCUTOR 2: Então ele é o mais importante?</p> <p>LOCUTOR 1: Não, sempre importante lembrar que ele atua junto do legislativo e do judiciário, na teoria eles devem sempre existir individualmente, mas trabalhar em conjunto.</p> <p>LOCUTOR 2: Entendi, ele atua direto com o meu poder favorito, o legislativo, como o nome mesmo diz, o legislativo legisla e cria as leis, e o executivo executa.</p> <p>Falando nele, o Poder Legislativo é o poder que estabelece as leis de um país. A nível nacional, é formado pelo Congresso Nacional por senadores e deputados federais. A nível estadual, temos as Assembleias Legislativas, na qual atuam os deputados estaduais. Por fim, a nível municipal, existem as Câmaras Municipais, na qual atuam os vereadores.</p> <p>Resumidamente, eles são responsáveis pela elaboração das leis e pela fiscalização dos atos do Poder Executivo.</p> <p>LOCUTOR 3: Mas é só o legislativo que cria as leis?</p> <p>LOCUTOR 2: Não exatamente, ele é o principal nisso, mas a capacidade de se começar o processo de criação de uma lei não é exclusiva dos membros do Poder Legislativo.</p> <p>Apesar de que todas as propostas de novas leis terem de passar pela avaliação dos deputados e dos senadores, outras pessoas também são convidadas a apresentar novas propostas, como por exemplo o presidente, o supremo tribunal federal, o procurador geral da república...</p> <p>LOCUTOR 1: Quem é esse?</p> <p>LOCUTOR 2: Esse cara é um chefe de um importante órgão dentro da administração pública: o Ministério Público da União, esse órgão é independente do poder executivo, e é responsável por defender a ordem jurídica, o regime democrático e o interesse público do país.</p> <p>Ele pode também promover ações de inconstitucionalidade, que é quando uma lei é contrária à constituição federal, e ele pode denunciar autoridades, como o presidente ou governadores.</p>	<p>Voz indagativa</p> <p>Voz séria para explicar mas mantendo o tom descontraído</p> <p>Voz indagativa</p> <p>Voz séria para explicar mas mantendo o tom descontraído</p> <p>Voz descontraída</p> <p>Voz séria para explicar mas mantendo o tom descontraído</p> <p>Voz indagativa</p> <p>Voz explicativa</p> <p>Voz indagativa</p> <p>Voz séria para explicar mas mantendo o tom descontraído</p>
---	--

<p>LOCUTOR 3: Ah, que massa, mas agora me deixa falar um pouco sobre o meu poder favorito, o judiciário.</p> <p>Basicamente ele atua no campo do cumprimento das Leis. É o Poder responsável por julgar as causas conforme a constituição do país. É composto por juizes, promotores de justiça, desembargadores, ministros, e é representado por Tribunais, com destaque para o Supremo Tribunal Federal, conhecido como STF.</p> <p>Essencialmente, o Poder Judiciário tem a função de aplicar a lei, julgar e interpretar os fatos e conflitos, cumprindo desta forma, a Constituição do Estado.</p> <p>Esse setor possui a finalidade também de defender os direitos de pessoa física, jurídica, animal ou ambiental. Desta forma, ele promove a justiça e resolve os conflitos que possam surgir na sociedade, através de métodos como investigação, apuração, julgamento e punição.</p> <p>LOCUTOR 1: Ah, eu já ouvi falar nesse STF.</p> <p>LOCUTOR 3: Com certeza já deve ter ouvido falar no Supremo Tribunal Federal, ele é o maior órgão dentro da Justiça Federal. O STF tem entre suas principais funções a guarda da Constituição Federal, ou seja, ele é responsável por efetivar todos os direitos descritos neste livro de conjunto de leis. Ele também possui a função de julgar ações penais contra autoridades com foro privilegiado, como é o caso de deputados e senadores.</p> <p>Há também o Superior Tribunal de Justiça, conhecido como STJ, ele também é um dos órgãos máximos do Poder Judiciário do Brasil. Ele possui a responsabilidade de padronizar a aplicação e interpretação da Lei no Brasil.</p> <p>Por exemplo, é ele que garante que um tribunal do Rio Grande do Sul aplique uma lei da mesma forma que é aplicada em Rondônia. Basicamente ele define a forma mais adequada da lei ser seguida pelas instâncias inferiores.</p> <p>LOCUTOR 2: Achei tudo então.</p> <p>Basicamente existe essa divisão porque, se pensarmos que presidente, prefeito e deputado “é tudo a mesma coisa”, não conseguimos cobrar nossos direitos para as pessoas e instituições certas e também para não concentrar o poder na mão de um só.</p> <p>LOCUTOR 1: Exato dudu, e é para isso que criamos o Sinergia Política, para informar e passar um conhecimento muito importante, que é do funcionamento da nossa política brasileira.</p>	<p>Voz descontraída</p> <p>Voz séria</p> <p>Voz séria para explicar mas mantendo o tom descontraído</p> <p>Voz descontraída</p> <p>Voz descontraída</p> <p>Voz descontraída</p> <p>Voz descontraída</p>
---	---

<p>Então gente, esse foi nosso primeiro episódio, não esqueça de nos seguir por aqui no Spotify e no Instagram, e semana que vem voltamos com um convidado especial.... que eu vou fazer suspense.</p> <p>LOCUTOR 3: Obrigada por quem escutou até aqui, até logo</p> <p>LOCUTOR 2: Até mais gente</p>	
--	--

Fonte: Elaborado pelos autores (2021).

5.7.2.3 Divulgação do podcast - 3 poderes

A peça em questão é digital e tem formato quadrado, cujas dimensões são 1200x1200px. Ela foi pensada para ser postada nas redes sociais do Sinergia e, em conjunto de uma legenda, anunciam o primeiro episódio do *podcast*¹ (Figura 48). Além dessa, também é apresentada a capa do perfil do programa de *podcast* do Sinergia Política, também em formato quadrado (1200x1200px) (Figura 49).

¹ *Link* de acesso:

<https://drive.google.com/file/d/1yfifXvEHBO20kSLoKuFbrqmv6AvD-Ha/view?usp=sharing>

Figura 50 - Facecard de divulgação do episódio 1



Fonte: elaborado pelos autores (2021).

Figura 51 - Capa do *podcast* no Spotify



Fonte: elaborado pelos autores (2021).

5.7.2.4 Teaser do podcast

Esta peça trata-se de um vídeo² em formato quadrado, de dimensões 1200x1200px, que será postado no *feed* do Instagram do Sinergia Política alguns dias após o lançamento do primeiro episódio. Nele consta um *teaser* do primeiro episódio e, em conjunto da legenda, reforça sua divulgação.

² *Link* de acesso:

https://drive.google.com/file/d/1Q9JiwM1Pwxq-ee_0lLgsoWw9e6R8c9Vj/view?usp=sharing

Figura 52 - Teaser do podcast



Fonte: elaborado pelos autores (2021).

5.7.2.5 Card de direcionamento para e-book

A peça apresentada nesta seção é um carrossel para ser postado nas redes sociais do projeto. Ela é composta por cinco facecards de formato quadrado e dimensões de 1200x1200px e tem a função de apresentar um resumo do tema semanal do *podcast*, além de divulgar o *e-book* com aprofundamento da temática.

Figura 53 - Facecard 1 do carrossel Três Poderes



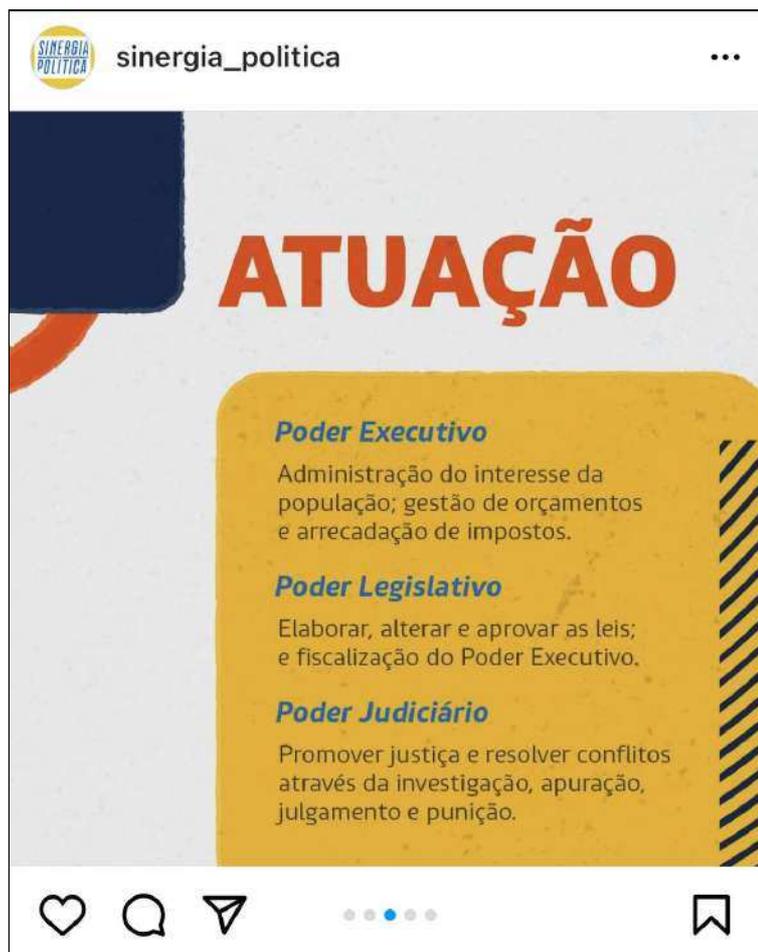
Fonte: elaborado pelos autores (2021).

Figura 54 - Facecard 2 do carrossel Três Poderes



Fonte: elaborado pelos autores (2021).

Figura 55 - Facecard 3 do carrossel Três Poderes



Fonte: elaborado pelos autores (2021).

Figura 56 - Facecard 4 do carrossel Três Poderes



Fonte: elaborado pelos autores (2021).

Figura 57 - Facecard 5 do carrossel Três Poderes



Fonte: elaborado pelos autores (2021).

5.7.2.6 E-book

O *e-book*³ foi desenvolvido em resolução fullHD, ele será postado nas redes sociais e enviado via Whatsapp no grupo do projeto. O e-book é um reforço do conteúdo apresentado no podcast e será disponibilizado simultaneamente ao mesmo. A versão completa se encontra no Apêndice H.

³ Link de acesso:

<https://drive.google.com/file/d/1jmavW8vzBsfwixBJGyDO4mQKRO53n8dz/view?usp=sharing>

Figura 58 - Capa do e-book



Fonte: elaborado pelos autores (2021).

5.7.3 Etapa 03 da campanha - Propagar

Como descrito no tópico 4.6, o desenvolvimento da campanha acontece em três etapas. A seguir será apresentada as peças da terceira e última fase da campanha.

5.7.3.1 5 Passos de como discutir política

A peça apresentada nesta seção é um carrossel para ser postado nas redes sociais do projeto. Ela é composta por sete facecards de formato quadrado e dimensões de 1200x1200px e a acompanhado da legenda exposta abaixo. O post tem a função de expor cinco passos para a discutir política de forma respeitosa.

Figura 59 - Facecard 1 do carrossel 5 passos



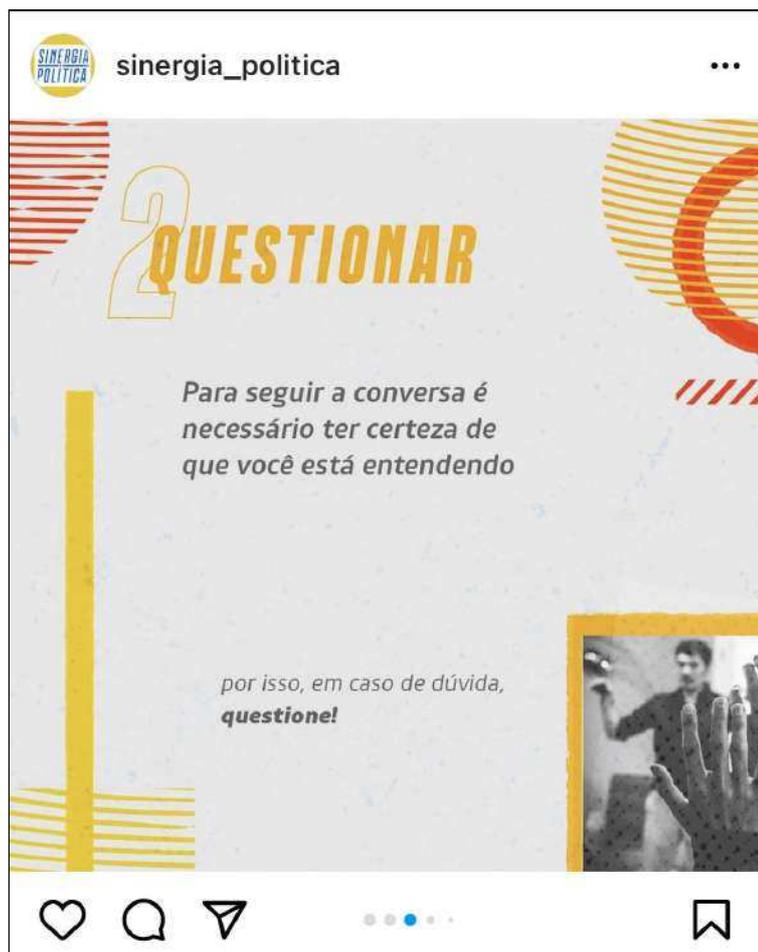
Fonte: elaborado pelos autores (2021).

Figura 60 - Facecard 2 do carrossel 5 passos



Fonte: elaborado pelos autores (2021).

Figura 61 - Facecard 3 do carrossel 5 passos



Fonte: elaborado pelos autores (2021).

Figura 62 - Facecard 4 do carrossel 5 passos



Fonte: elaborado pelos autores (2021).

Figura 63 - Facecard 5 do carrossel 5 passos



Fonte: elaborado pelos autores (2021).

Figura 64 - Facecard 6 do carrossel 5 passos



Fonte: elaborado pelos autores (2021).

Figura 65 - Facecard 7 do carrossel 5 passos



Fonte: elaborado pelos autores (2021).

5.7.3.2 Convite para entrar no grupo do WhatsApp

A seguir é apresentado a peça convidando para ingressar ao grupo de whatsapp do projeto, também digital a peça está em formato quadrado, 1200x1200px. Ela provoca o jovem para aprender sobre política como segue na legenda.

Figura 66 - Facecard do convite para grupo de Whatsapp



Fonte: elaborado pelos autores (2021).

6. RELATÓRIO DO PROJETO EXPERIMENTAL

Se o projeto experimental pudesse ser definido em somente um adjetivo, seria desafiador. Desde o início do projeto, onde os integrantes do grupo se empenharam em escolher um tema significativo para a sociedade, surgiram obstáculos que exigiram criatividade e dedicação na busca de soluções. Por se tratar de um grupo que já tinham realizado trabalhos acadêmicos anteriormente, a comunicação se tornou fácil e todos se empenharam igualmente, contudo, uma das dificuldades enfrentadas, foi o desenvolvimento do projeto durante o período pandêmico, o que exigiu que a maioria dos encontros ocorressem de forma on-line, através de videochamadas como registrados no diário (Apêndice G).

Pode-se dizer que no começo, o grupo se encontrava apreensivo por trabalhar com um tema tão desafiador, e principalmente por ser um estudo centrado em jovens, contudo, após orientações com os professores do projeto, onde os integrantes foram incentivados a continuarem com a temática e foram discutidos possíveis caminhos que poderiam ser tomados ao longo do processo, o grupo encontrou a motivação que faltava.

Ao decorrer das etapas, ocorrem falhas e surgiram imprevistos que exigiram atitudes rápidas dos integrantes, mas o grupo sempre focou em se manter unido e conversar antes de tomar quaisquer decisões importantes. Pode-se dizer que todo o processo foi uma grande evolução, tanto no trabalho como equipe dos integrantes, quanto como cidadãos da sociedade brasileira, pois para o desenvolvimento do projeto foi-se necessária a busca por conhecimentos sobre o funcionamento da política e sobre a importância do voto, o que incentivou ainda mais a busca pela criação de um projeto que fosse impactar os jovens sobre o poder do voto.

Uma das maiores inseguranças do grupo, era a realização do Dia de Ação proposto, que teve que passar por alterações após a ideia inicial da atividade não ter sido aprovada pela escola escolhida pelo tempo que demandava, o que exigiu do grupo o desenvolvimento de uma versão alternativa da dinâmica. No dia, o nervosismo era notável entre os integrantes, mas com todo o apoio oferecido pela escola e com o início da atividade, onde os jovens se mostraram animados e colaborativos, o nervosismo passou dando lugar para o entusiasmo, o que resultou em um Dia de Ação de sucesso.

O processo de criação da campanha pode ser definido como uma mistura de emoções, pois era o momento de pôr em prática e dar vida a todos os objetivos e ideias criadas ao longo do semestre, o que exigiu do grupo uma organização extra para que tudo fosse cumprido dentro dos prazos estabelecidos.

De modo geral, o projeto trouxe momentos felizes e outros desafiadores para o grupo, mas o resultado final foi recompensador e notável, uma vez que ao conscientizar ao menos um jovem que teve contato com o projeto, o objetivo principal foi concluído. Os sentimentos que se destacam com a finalização do trabalho é o orgulho, a sensação de dever cumprido, e principalmente a gratidão pela oportunidade de repassar conhecimentos que contribuem para uma sociedade melhor.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A diminuição do interesse político dos jovens entre 16 e 17 anos, como apresenta pesquisa (TSE, 2018) traz à tona a importância de dar visibilidade a esse problema para que mudanças possam acontecer. Complementarmente, os jovens compõem uma importante parcela no poder decisório da política brasileira (BAPTISTA; GAMA; VENTURA, 2013). Desta forma, o presente trabalho buscou difundir o conhecimento sobre o funcionamento da política brasileira, desde a organização dos três poderes, até a estruturação eleitoral partidária para os adolescentes de 15 à 17 anos da cidade de Passo Fundo/RS e região.

Para que os objetivos fossem concluídos, foram realizadas pesquisas qualitativas e quantitativas com o público-alvo e com o público próximo a fim de criar maior proximidade com a temática e entender os anseios e as percepções dos mesmos. Também fora realizado o Dia de Ação que auxiliou os autores a aumentar o entendimento do tema, uma vez que tiveram contato direto com o público-alvo.

Como proposto no objetivo específico i: realizar a mostra de conhecimento por meio de especialistas com alunos da rede pública de ensino médio, entende-se que o mesmo foi alcançado, visto que foi utilizado embasamento teórico e científico de pesquisadores das áreas de filosofia, sociologia, ciência política, antropologia e história para a criação de materiais educativos para o público.

Interligando-se diretamente com a concretização do objetivo ii: o envio de materiais didáticos e explicativos para o público alvo (adolescentes de 15 a 17 anos da cidade de Passo Fundo/RS). Uma vez que foram criados diversos meios para a propagação desse conhecimento, direta e indiretamente, por plataformas de comunicação como, por exemplo, o Whatsapp e o Instagram.

Por fim, entende-se o êxito no cumprimento do objetivo iii: o fomento do conhecimento por meio de redes sociais, visando atingir o maior número de pessoas possível da região anteriormente descrita. Dado o fato de que os autores criaram redes sociais e maneiras de se comunicar com diversos públicos, não apenas os definidos anteriormente.

Um dos principais desafios encontrados durante o desenvolvimento do projeto, foi a realização das etapas durante a pandemia da Sars-Cov-2, vivenciada pela população mundial desde o início do ano de 2020 até os dias atuais (2021). Pode-se dizer que a etapa mais afetada foi o Dia de Ação, visto que a dinâmica

inicial teve que sofrer alterações para ser desenvolvida em um número menor de pessoas e em tempo reduzido. Contudo, o grupo realizou com êxito o cumprimento das atividades, dos objetivos e processos propostos.

Quanto às contribuições do presente estudo, entende-se que a dinâmica do dia de ação e a ideia criativa da campanha alinhadas à identidade visual e verbal do projeto, proporcionam a difusão do conhecimento e o fácil entendimento do funcionamento do sistema político brasileiro.

Por fim, espera-se que estudos futuros possam ampliar a discussão iniciada, reforçando a importância da participação dos jovens nas decisões políticas do país, podendo utilizar da comunicação para que nos próximos anos eleitorais, os debates e o entendimento político sejam uma realidade entre os jovens, nas escolas, na comunidade e nas universidades. Sugere-se também a ampliação do público alvo e a dimensão teórica da política brasileira, estendendo-se às outras esferas da organização, elevando dessa forma o repertório de conhecimento e enriquecendo tais discussões. Como sugestão final, há a realização do dia de ação com expansão do tempo, a fim de que hajam mais atividades em cada etapa do jogo, assim aumentando o conhecimento político dos três poderes brasileiros.

REFERÊNCIAS

ABU-EL-HAJ, Jawdat. **Da “Era Vargas” à FHC: transições políticas e reformas administrativas.** *Revista de Ciências Sociais*, v. 36, n. 1/2, 2005. Disponível em <http://www.repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/9012/1/2005_art_jabuelhaj.pdf>. Acesso em: 12 ago. 2021.

ARISTÓTELES. **Política.** Tradução do grego. 3 ed. Brasília: Universidade de Brasília, 1997.

ÅSTRÖM, Emilia. Switch it brainstorm. **Project Of How.** 2012. Disponível em: <<https://projectofhow.com/methods/switch-it-brainstorm/>> Acesso em: 16 nov. 2021.

BAPTISTA, Érica Anita; GAMA, Bárbara Monteiro de Bastos da, VENTURA; Stéfany Sidô. Jovens eleitores e novas tecnologias: percepção, participação e comportamento. In: **VII CONGRESSO LATINOAMERICANO DE CIÊNCIA POLÍTICA**, 7, 2013, Associação Latinoamericana de Ciência Política - ALACIP. *Anais*. Bogotá: ALACIP, 2013. p. 1-24. Disponível em: <<https://alacip.org/cong13/774-baptista-7c.pdf>>. Acesso em 19 ago. 2021.

BARBOSA, Antonio José. **O federalismo brasileiro.** Jovem Senador, [201-]. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/jovemsenador/home/arquivos/textos-consultoria/o-federalismo-brasileiro>> Acesso em: 17 ago. 2021.

BARBOSA, Claudia Maria. **O Processo de Legitimação do Poder Judiciário Brasileiro.** In: XIV SEMINÁRIO SOBRE PÓS GRADUAÇÃO EM DIREITO NO BRASIL, 14, 2006, Manaus. *Anais*. Manaus: Conpedi, 2006. Disponível em: <<http://www.publicadireito.com.br/conpedi/manaus/arquivos/anais/XIVCongresso/080.pdf>>. Acesso em 17. ago. 2021.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL, Ministério da Educação. **Novo Ensino Médio - perguntas e respostas.** Brasília, [20--]. Disponível em <<http://portal.mec.gov.br/component/content/article?id=40361#:~:text=A%20Lei%20n%C2%BA%2013.415%2F2017,flex%C3%ADvel%2C%20que%20contem%20uma%20Base>>. Acesso em: 25 ago. 2021.

BRASIL, Tribunal Superior Eleitoral. **Canal do TSE no YouTube reúne vídeos da campanha “Eu na Prefeitura, Eu na Câmara”.** Brasília, 2020. Disponível em:

<<https://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2020/Novembro/canal-do-tse-no-youtube-reune-videos-da-campanha-201ceu-na-prefeitura-eu-na-camara201d>> . Acesso em 19 ago. 2021.

BRASIL, Tribunal Superior Eleitoral. **Estatísticas do eleitorado - Por sexo e faixa etária**. Brasília, 2021. Disponível em

<<https://www.tse.jus.br/eleitor/estatisticas-de-eleitorado/estatistica-do-eleitorado-por-sexo-e-faixa-etaria>>. Acesso em: 30. ago. 2021.

BRASIL, Tribunal Superior Eleitoral. **TSE lança campanha para incentivar maior participação dos jovens na política**. Brasília, 2020. Disponível em: <

<https://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2020/Junho/tse-lanca-campanha-para-incentivar-maior-participacao-dos-jovens-na-politica>>. Acesso em 17 ago. 2021.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **O Papel do Poder Legislativo**. [201-?]. Disponível

em: <<https://www2.camara.leg.br/a-camara/conheca/o-papel-do-poder-legislativo>> . Acesso em 15 ago. 2021.

CODATO, Adriano Nervo. **Uma história política da transição brasileira: da**

ditadura militar à democracia. Sociologia Política. Curitiba, n.25, 2005. p. 83 - 106.

Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rsocp/a/yMwgJMTKNWTwGqYTZMZcPhM/abstract/?lang=pt>> Acesso em: 18 ago. 2021.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. **Quem somos**. Brasília, [201-?]. Disponível

em: <<https://www.cnj.jus.br/sobre-o-cnj/quem-somos/>>. Acesso em 17. ago. 2021.

CPDOC - CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA

CONTEMPORÂNEA DO BRASIL. Queda de Vargas e fim do Estado Novo. Rio de

Janeiro, [20--]. Disponível em <<https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos37-45/QuedaDeVargas>>. Acesso em: 12 ago. 2021.

IZUMI, Mauricio Yoshida. **Ideologia, sofisticação política e voto no Brasil**. Opinião

Pública [online]. 2019, v. 25, n. 1, pp. 29-62. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/op/a/6hyB3yhw kBGMtB6k6PZc7Dq/?lang=pt>>. Acesso em 16 Ago 2021.

CRUZ, Valdo. Bolsonaro envia ao Senado pedido de impeachment do ministro

do STF Alexandre de Moraes. **G1**, 2021. Disponível em <<https://g1.globo.com/politica/blog/valdo-cruz/post/2021/08/20/bolsonaro-envia-ao-senado-pedido-de-impeachment-do-ministro-do-stf-alexandre-de-moraes.g1>>.

Acesso em: 25 ago. 2021.

DALFOVO, Michael Samir; LANA, Rogério Adilson; SILVEIRA, Amélia. **Métodos quantitativos e qualitativos**: um resgate teórico. Revista Interdisciplinar Científica Aplicada, Blumenau, v.2, n.4, p.01- 13, Sem II. 2008 ISSN 1980-7031

DANTAS, Ingrid Cunha. O voto impresso e o constitucionalismo abusivo no Brasil. **ConJur**, 2021. Disponível em <<https://www.conjur.com.br/2021-ago-08/dantas-voto-impresso-constitucionalismo-abusivo-brasil>>. Acesso em: 25 ago. 2021.

DIEHL, Astor Antonio. **Pesquisa em ciências sociais aplicadas**: métodos e técnicas. São Paulo: Prentice Hall, 2004.

FALCÃO, Márcio; RODRIGUES, Mateus; VIVA, Fernanda. STF repudia pedido de impeachment de Moraes apresentado por Bolsonaro. **G1**, 2021. Disponível em <<https://g1.globo.com/politica/noticia/2021/08/20/nota-stf-impeachment-moraes-bolsonaro.ghtml>>. Acesso em: 25 ago. 2021.

FIGUEIREDO, Paulo de. **Sistema unicameral ou bicameral**. *Revista de Informação Legislativa*, Brasília, v. 3, n. 9, p. 39-72, mar. 1966.

GOMES, José Jairo. **Direito Eleitoral**. 7. ed. São Paulo: Atlas Jurídico, 2011, p.105.

GOVERNO FEDERAL. **Conheça a Presidência**: Ministros. [2021?]. Disponível em: <<https://www.gov.br/planalto/pt-br/conheca-a-presidencia/ministros>> Acesso em: 18 ago. 2021.

JESUS, André de. **Lineamentos da reforma política brasileira**: O sistema proporcional e a possível mudança para o Sistema Distrital. Revista Jus Navigandi. 2018. Disponível em: < <https://jus.com.br/artigos/63867/lineamentos-da-reforma-politica-brasileira-o-sistema-proporcional-e-a-possivel-mudanca-para-o-sistema-distrital>>. Acesso em 17 Ago 2021.

KINZO, Maria D'Alva G.. **A democratização brasileira**: um balanço do processo político desde a transição. São em Perspectiva. São Paulo, n. 15, v. 4, 2001. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/spp/a/3NSCRgSjxx9mz3FCMNYFfQn/abstract/?lang=pt>> Acesso em 17 ago. 2021.

KONDER, Leandro. **Ideologia e Política**. Revista USP, São Paulo, n.49, p. 24-29, março/maio 2001.

LABHACKER. Jogo da Política, 2021. **Homepage**. Disponível em: <<http://jogodapolitica.org.br>>. Acesso em: 5 out. 2021.

LYNCH, Christian Edward Cyril. **O momento oligárquico**: a construção institucional da República brasileira (1870-1891). *História Constitucional*, n. 12, p. 297-325, 2011. Disponível em <<http://www.unioviado.es/historiaconstitucional/index.php/historiaconstitucional/article/view/304/263>> Acesso em: 12 ago. 2021.

MAROS, Angieli. Redução de Humanas no currículo escolar afeta liberdade crítica dos estudantes. **Jornal Plural Curitiba**, 2021. Disponível em <<https://www.plural.jor.br/noticias/vizinhanca/reducao-de-humanas-no-curriculo-escolar-afeta-liberdade-critica-dos-estudantes/>>. Acesso em: 25 ago. 2021.

MAZUI, Guilherme. Após derrota do voto impresso, Bolsonaro volta a criticar TSE e diz, sem prova, que eleição de 2022 não será confiável. **G1**, 2021. Disponível em <<https://g1.globo.com/politica/noticia/2021/08/11/apos-derrota-do-voto-impresso-bolsonaro-volta-a-criticar-tse-e-diz-sem-prova-que-eleicao-d-e-2022-nao-sera-confiavel.ghtml>>. Acesso em: 25 ago. 2021.

MENDES, Gilmar. **A Reforma do Sistema Judiciário no Brasil**: elemento fundamental para garantir segurança jurídica ao investimento estrangeiro no País. 2008. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/repositorio/cms/portaStfInternacional/portaStfAgenda_pt_br/anexo/Reforma_do_Sistema_Judiciario_no_Brasil_v__Port1.pdf> Acesso em 18. ago. 2021.

MENEZES, Anderson José de. **Primeira República**: Transição do Império para a República e os conflitos políticos – 1889. *Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento*, ano 5, ed. 7, v. 1, p. 136-152, 2020. Disponível em <<https://www.nucleodoconhecimento.com.br/historia/primeira-republica>>. Acesso em: 12 ago. 2021.

MIRANDA, Rachel de Castro. **O sistema judiciário brasileiro**: evidências empíricas dos incentivos ao litígio. 2011. Tese (Mestre em Economia) - Escola de Economia de São Paulo, São Paulo, 2011. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/8776/Rachel_V%20Final.pdf?sequence=3&isAllowed=y>. Acesso em 17. ago. 2021.

MORENO, Ana Carolina; COSTA, Fabiano. Nº de eleitores jovens cai por desilusão com política e falta de identificação com os partidos, avaliam especialistas. **G1**. Brasília, 18. ago. 2018. Disponível em <<https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2018/noticia/2018/08/16/no-de-eleitores-jovens-cai-por-desilusao-com-politica-e-falta-de-i>

dentificacao-com-os-partidos-avaliam-especialistas.ghtml>. Acesso em 30. ago. 2021.

NUNES, Wellington. **Análise da Política brasileira**: instituições, elites, eleitores e níveis de governo. Curitiba: InterSaberes, 2018.

OSBORN, A., 1987. **O Poder Criador da Mente**: princípios e processos do pensamento criador e do "brainstorming" Traduzido por E. Jacy Monteiro. São Paulo: Ibrasa editora.

PANDOLFI, Dulce Chaves. **Os anos 30**: as incertezas do regime. in: ANPUH - SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 22, João Pessoa, 2003. *Anais. João Pessoa: ANPUH, 2003.* p. 1 - 7. Disponível em <https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2019-01/1548177544_f2e92f509ac7b6d2afca12c9afb2e651.pdf>. Acesso em: 12 ago. 2021.

PARANAGUÁ, Maurício Barbosa. **História do Legislativo**. 2016. Disponível em: <https://portal-legado.al.go.leg.br/arquivos/asstematico/artigo0003_historia_do_legislativo.pdf> Acesso em: 16 ago. 2021.

PASSO FUNDO, Prefeitura Municipal de. Homepage. Passo Fundo, 2021. Disponível em <<http://www.pmpf.rs.gov.br/>>. Acesso em 25 ago. 2021.

POLITIZE. Quem somos. Página Inicial, 2021. Disponível em: <<https://www.politize.com.br/quem-somos/>> Acesso em 29 ago. 2021.

PRADO JR., Caio. **Evolução política do Brasil**: Colônia e Império. São Paulo: Brasiliense, 1933.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria da Educação. Equipe e contatos. Porto Alegre, 2021. Disponível em <<https://educacao.rs.gov.br/equipe>>. Acesso em: 25 ago. 2021.

RIO GRANDE DO SUL. Tribunal Regional Eleitoral. **TRE-RS assina convênio de projeto pioneiro com escolas gaúchas**. Porto Alegre, 2021. Disponível em: <<https://www.tre-rs.jus.br/imprensa/noticias-tre-rs/2021/Maio/tre-rs-assina-convenio-d-e-projeto-pioneiro-com-escolas-gauchas>>. Acesso em 30 ago. 2021.

RIO GRANDE DO SUL. Tribunal Regional Eleitoral. **TRE-RS inicia projeto com escolas privadas para combater a desinformação**. Porto Alegre, 2021. Disponível em: <<https://www.tre-rs.jus.br/imprensa/noticias-tre-rs/2021/Maio/tre-rs-inicia-projeto-com>>

-escolas-privadas-para-combater-a-desinformacao>. Acesso em 31 ago. 2021.

RORAIMA, Tribunal Regional Eleitoral. **Segunda etapa da campanha Jovem Eleitor já está no ar**. Boa Vista, 2020. Disponível em: <<https://www.tre-rr.jus.br/imprensa/noticias-tre-rr/2020/Marco/segunda-etapa-da-campanha-jovem-eleitor-ja-esta-no-ar>>. Acesso em 20 de ago. 2021.

ROSENN, Keith S. **O jeito na cultura jurídica brasileira**. Rio de Janeiro: Renovar, 1998.

SANTIAGO, Daniela Andrade. Eleitores menores de 18 anos: cada eleição uma nova estatística. Revista Eletrônica Escola Judiciária Eleitoral, n. 2, ano 3. Disponível em: <<https://www.tse.jus.br/o-tse/escola-judiciaria-eleitoral/publicacoes/revistas-da-eje/artigos/revista-eletronica-eje-n.-2-ano-3/eleitores-menores-de-18-anos-cada-eleicao-um-a-nova-estatistica>>. Acesso em 29 ago. 2021.

SENADO FEDERAL. **Eleições**: As questões mais frequentes. Jornal Especial da Cidadania. [200-?]. Disponível em: <<https://www.senado.gov.br/noticias/jornal/cidadania/eleicao/not02.htm>>. Acesso em: 19 ago. 2021.

SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO PÚBLICA DO PARANÁ. Carta aberta ao Governo do Paraná. **App Sindicato**, 2021. Disponível em <<https://appsindicato.org.br/carta-aberta-ao-governo-do-parana>>. Acesso em: 25 ago. 2021.

SINGER, A. **Esquerda e direita no eleitorado brasileiro**: a identificação ideológica nas disputas presidenciais de 1989 e 1994. São Paulo: Edusp, 1999

SISTEMA ELEITORAL. In: FARHAT, Saïd. **Dicionário parlamentar e político**: o processo político e legislativo no Brasil. São Paulo: Melhoramentos; Fundação Peirópolis, 1996. p. 910 - 912.

SANTOS, A.B.C. **Direito, religião e política**: a influência histórica da conduta religiosa no sistema legislativo brasileiro. 2017. Tese (Bacharel em Direito) - Centro universitário Tabosa de Almeida, Caruaru, 2017. Disponível em: <<http://repositorio.asc.es.edu.br/bitstream/123456789/830/1/TCC%20-%20VERS%c3%83O%20DEFINITIVA.pdf>>. Acesso em 16. ago. 2021.

SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA. **Institucional**: História. Brasília, [201-?]. Disponível em: <<https://www.stj.jus.br/sites/portalp/Institucional/Historia>>. Acesso em 15. ago. 2021.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. **Constituição 30 anos**: as Constituições brasileiras de 1824 a 1988. Brasília, [201-?]. Disponível em <<https://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=391696>>. Acesso em: 12 ago. 2021.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. **Institucional**: atribuições. Brasília, [201-?]. Disponível em: <<https://www.stj.jus.br/sites/portalp/Institucional/Atribuicoes>>. Acesso em 15. ago. 2021.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. **Reforma do poder judiciário**. Brasília, [201-?]. Disponível em: < <https://www.stj.jus.br/sites/portalp/Institucional/Historia/A-Reforma-do-Judiciario>> Acesso em 17. ago. 2021.

VARES, Sidnei Ferreira. **A dominação na República Velha**: uma análise sobre os fundamentos políticos do sistema oligárquico e os impactos da Revolução de 1930. *História: Debates e Tendências*, v. 11, n. 1, p. 121-139, 2011. Disponível em <<https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=552456398009>>. Acesso em: 12 ago. 2021.

VILLA, Marco Antonio. **A história das Constituições brasileiras**: 200 anos de luta contra o arbítrio. São Paulo: Grupo Leya, 2011.

VOTO CONSCIENTE. O Movimento Voto Consciente, 2021. Quem somos. Disponível em: <<https://votoconsciente.org.br/o-movimento-voto-consciente/>>. Acesso em 19 ago. 2021.

WILLENS, Emílio. in **Dicionário de Sociologia**, Ed. Globo, Porto Alegre, 1961.

APÊNDICES

APÊNDICE A - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado(a) a participar da pesquisa do Projeto Experimental sobre Educação Política, do curso de Comunicação Social – Publicidade e Propaganda, da Universidade de Passo Fundo.

Você terá a garantia de receber esclarecimentos sobre qualquer dúvida relacionada à pesquisa e poderá ter acesso aos seus dados ao final dela. Sua participação não é obrigatória e você pode desistir a qualquer momento, retirando seu consentimento de participação.

As suas informações serão gravadas para serem transcritas e analisadas, mas posteriormente serão destruídas. Os dados relacionados à sua identificação serão utilizados exclusivamente para fins de pesquisa e jamais serão divulgados. Os resultados da pesquisa serão propagados através de meios de difusão do conhecimento, mas você terá a garantia do sigilo e da confidencialidade deles.

Dessa forma, se você concorda em participar da pesquisa, manifeste seu aceite POR ÁUDIO antes de iniciar as respostas.

APÊNDICE B - TRANSCRIÇÃO DE ENTREVISTA REALIZADA COM ESPECIALISTA 01

1 - Como você percebe a relação do jovem com a política atualmente, o pouco envolvimento e a falta de identificação?

“Da forma que eu entendo que eu entendo o jovem na política, a gente precisaria entender que o jovem é resultado das oportunidades e das experiências que ele vive dentro da participação popular e política. A gente ainda vive numa democracia bastante limitada que mesmo com o avanço da internet, da conectividade, a gente ainda continua votando de dois em dois anos, delegando, terceirizando a responsabilidade pela atuação local e comunitária que a gente poderia ter, vide algumas democracias como é o próprio caso dos Estados Unidos, que fazem votações de bairro, de lideranças, de grupos... tornando a democracia mais consolidada em outras frentes. E a gente poderia pensar no caso do Brasil nas escolas públicas e particulares, onde o grêmio estudantil acaba sendo mais uma agremiação, que não tem uma participação política, não incentivam uma democracia direta, não estimulam uma participação ativa. Bom, com um contexto como esse, não é de se esperar que os jovens se identifiquem com a política, não se identifiquem com as correntes e movimentos sociais e nem com as correntes ideológicas que organizam a nossa democracia de uma forma ou de outra. E grande parte dos jovens vão viver dos 16 anos, mas principalmente dos 18 anos, a obrigatoriedade do voto como uma condição imposta e não formada, construída desde a infância, da adolescência numa participação constante dentro dos níveis e instituições que eles vivem. Então não é de se estranhar essa falta de envolvimento e, principalmente, uma falta de identificação com a política, porque a gente acompanha um monte de políticos velhos, né, com uma idade acima dos 30 ou 40 anos, que prometem o novo, mas que não dão espaço para a juventude e para novas lideranças surgirem. Então isso, talvez... esse conjunto de fatores possam constituir a explicação dessa falta de envolvimento dos jovens e da identificação com a política.”

2 - Quais os principais assuntos que você julga necessário serem abordados para que haja um entendimento básico sobre política?

“Bom a gente precisaria entender que sim, existem assuntos que seriam muito importantes... no entendimento dos Poderes, Legislativo, Judiciário, Executivo... seria importante entender diferentes modelos democráticos, e não apenas a democracia burguesa, ou pequeno-burguesa, dependendo dos autores que a gente trabalha. E o entendimento da importância do voto; coeficiente eleitoral; como são organizados os partidos políticos; como se funda um partido; porque a gente tem um multipartidarismo, mas a grande concentração da maioria dos partidos acaba sendo no centro... e tantas questões que envolvem presidencialismo, outros modelos políticos que têm relação também com modelos econômicos. Mas onde eu iria somar nessa questão é que, para além de assuntos, a gente precisaria ter espaço e todas as instituições serem efetivamente democráticas, principalmente aquelas que têm uma conotação pública, que são regidas por interesses públicos. E essa democracia ser transparente e cada vez mais participativa... então se a gente pensasse em redes sociais que fossem efetivamente democráticas, espaços de interação, onde o jovem desde a infância vivesse experiências e modelos democráticos, ou modelos participativos que pudesse combinar assuntos e experiências e aí, conseqüentemente, viria as reflexões. E aí eu acho que esse seria um caminho interessante nessa formação para uma juventude mais participativa na política.”

3 - Na sua visão, como você acha que a comunicação pode ajudar o jovem a melhorar seu entendimento político?

“Eu acredito que a comunicação seria um dos veículos mais importantes, principalmente na primeira fase que é a mobilização dos jovens e a geração de interesse, ou melhor... na própria... há... se a gente pegar na própria lógica da propaganda como uma das áreas da comunicação, da geração de necessidades da experiência e da vivência em espaços políticos e, principalmente, democráticos e republicanos. E aí aqui a gente tá falando de comunicações que formam a necessidade ou, como o próprio jornalismo, como a própria comunicação que pode chegar por fontes que são confiáveis em que o jovem vai poder trilhar experiências de acesso ao conhecimentos que sejam com uma linguagem jovem, com uma ‘pegada’ infanto-juvenil, que possa desmistificar muitos elementos relacionados à

política e possa aproximar o jovem... por isso é que a comunicação é tão importante na primeira fase, que eu chamo, que é a criação de necessidades, de interesses e acesso. Aí outras áreas do conhecimento poderiam seguir nesse processo, como é o caso da própria educação na formação, constituição e consolidação desse interesse e dessas experiências.”

4 - Como você imagina um ideal de educação política nas escolas, caminhos, métodos de ensino e afins?

“Esta quarta pergunta talvez seja a que mais permite a gente explicar sobre esses potenciais. Eu falei em grande medida nas perguntas anteriores... mas pensando no ideal de educação política nas escolas é que desde as fases iniciais da vida em que a criança já consegue se comunicar e entender a comunicação dos adultos minimamente, com questões mais lúdicas, simples e acessíveis para a idade das crianças, elas possam já poder garantir participação, definir elementos que são importantes na educação, a hora do lanche, quanto tempo de intervalo, como se organizam as aulas... que eles pudessem participar, que não fosse delegado a eles a decisão final, mas algumas dessas instâncias fosse possível convidar os alunos para entender o que é a importância do voto, a decisão da maioria, como aquela pauta que não foi vencida pela maioria pode ser reposta em algum dado momento que for interessante ser repensado e repactuado. A ideia dos jovens participarem dos pactos relacionados ao comportamento, às regras de conduta dentro das escolas, das igrejas, das instituições sociais como um todo... que os jovens pudessem ir consolidando essa ideia de participação de entendimento que nós somos agentes ativos e transformadores da História e da nossa própria história. Eu gosto de falar bastante de a gente abandonar a postura que o Zeca Pagodinho usa naquela música “Deixe a vida me levar, vida leva eu” ou deixa “a política”, o “eles” levarem o futuro, e colocar também o “eu” como protagonista político. É aquilo que o próprio Michel Foucault fala de microfísica do poder, é a gente poder estar consciente que as relações de poder e as relações políticas estão em todos os espaços, seja num acordo ou numa conversa entre em um relacionamento, a possibilidade de negociação de um espaço maior de casa em algumas decisões e, claro, a família também ser sensibilizada a produzir espaços gradativos, e o indutor pode ser a escola, com certeza, de espaços de participação em que o adulto escuta

o jovem, pensa no que o jovem fala, troca e aprende com os jovens também... a escola precisaria de espaços assim... E os métodos de ensino, a gente poderia falar de princípios de ensino onde a geração da participação e da autonomia é incentivada gradativamente com momentos de acolhida, de entendimento da prática, de articulação dos conhecimentos em diferentes disciplinas da escola e da universidade, onde o espaço de aprendizado desses conhecimentos sejam seguidos de aplicação desses conhecimentos relacionados aqui com a participação política. Isso é resultado de construções gradativas, por isso eu fecho essa questão aqui pensando o quanto a própria internet e as redes sociais, para além do que a escola pode ser indutora, poderiam produzir e artificialmente conduzir essas próximas gerações a viverem jogos, aplicativos, redes sociais que convidem a participação e a democracia e o protagonismo da sua própria história como agentes transformadores do seu tempo.”

APÊNDICE C - TRANSCRIÇÃO DE ENTREVISTA REALIZADA COM ESPECIALISTA 02

1 - Como você percebe a relação do jovem com a política atualmente, o pouco envolvimento e a falta de identificação?

"Pode-se começar a dizer que os jovens estão alienados. A internet, as redes sociais vieram para alienar completamente as pessoas e que fique claro, não somente os jovens. Faço esta afirmação, pois o desinteresse em política não é só dos jovens. Somos uma democracia muito jovem, vivemos muito pouco tempo nessa condição de eleger as pessoas que nos representam no poder público. Devido a isto, mais a visão elitista, preconceituosa, moralista, homofóbica e individualista que o brasileiro tem, nos levam a falta de conhecimento e informação sobre política. Para os jovens, falta o diálogo sobre política. Este diálogo deveria começar em casa, com as famílias, discutindo sobre quem querem que os represente, mas sabemos que isso é utopia. Então, a escola deveria fazer esta parte, porém seus professores também estão despreparados. A partir do momento que temos professores que falam em terra plana e não acreditam na ciência, como podemos almejar que daí saia algum preparo político? Outro ponto a ser abordado é a falta de envolvimento, falta de movimentos políticos (não me refiro a política partidária) dentro da escola, seja com o grêmio estudantil ou mesmo com palestras e seminários. Porém, no momento político que vivemos, fazer qualquer movimento neste sentido nos leva a embates totalmente deturpados. Não temos mais a condição de expor nossa visão, indiferente de qual seja, sem que sejamos taxados com expressões pejorativas. Quanto à falta de identificação, sim, nossos jovens estão carentes de realmente saber quem são, o que buscam e quais seus objetivos. Para que todos estes pontos sejam ao menos debatidos, precisamos que a educação seja valorizada".

2 - Quais os principais assuntos que você julga necessário serem abordados para que haja um entendimento básico sobre política?

"Precisamos começar do básico. Primeiramente mostrar o que é política, sua origem e como ela afeta o nosso dia a dia. Após esse entendimento, então viria a busca pelo conhecimento da nossa república, seus grupos representativos e a função de

cada um. Não podemos ter a visão de que esse entendimento aconteça em um ou dois anos. É um trabalho a longo prazo e que precisa de muita dedicação".

3 - Na sua visão, como você acha que a comunicação pode ajudar o jovem a melhorar seu entendimento político?

"A comunicação é o ponto chave para esse desenvolvimento. Redes sociais, televisão, ou qualquer outro meio que os jovens tenham contato, devem ser utilizadas para o esclarecimento. Quanto mais pessoas/grupos envolvidos, maior o alcance e a conscientização".

4 - Como você imagina um ideal de educação política nas escolas, caminhos, métodos de ensino e afins?

"Na minha visão, precisamos de grandes mudanças em todos os setores. Primeiro, precisamos organizar a família para que tenha estrutura. Nesta organização entra educação, emprego e renda. Na escola, é preciso uma reformulação total que deve vir de cima. Isto é, na universidade, que forma os profissionais, para que estes cheguem no seu ambiente de trabalho preparados. E, também, de cima, deve vir a valorização da educação, tanto do lado financeiro como do entendimento que um país não se desenvolve, não tem pesquisa e não tem conhecimento, se não fortalecer a escola. Toda qualquer proposta, não irá mudar a visão das pessoas em pouco tempo, mas será um trabalho a longo prazo, que deve ser feito independente de governos. Que seja substituído o projeto de acabar/inferiorizar a educação por um projeto de enriquecimento, crescimento, formação política e social, pesquisa e linhas definidas por educadores".

**APÊNDICE D - TRANSCRIÇÃO DE ENTREVISTA REALIZADA COM PÚBLICO
PRÓXIMO 01**

**1- Você julga seu entendimento político de alto, médio ou baixo nível?
Você compreende o funcionamento estrutural político brasileiro?**

“Eu julgo meu entendimento político de médio a baixo nível e eu não compreendo o funcionamento político brasileiro por completo”.

2- Qual seu sentimento sobre representatividade política nas esferas organizacionais do país (executivo, legislativo e judiciário)?

“Eu não tenho um grande entendimento sobre as três esferas organizacionais do país, por isso não tenho um sentimento formado sobre sua representatividade política”.

3- Qual o seu entendimento sobre as ideologias políticas presentes no Brasil? Sabe como elas funcionam, quais os valores e os ideais de cada uma?

“Eu não tenho um entendimento sobre as ideologias políticas no Brasil, por isso não sei seus funcionamentos, seus valores ou as ideias de cada uma”.

4- Você sabe como funciona o sistema eleitoral brasileiro? (majoritário e proporcional)

“Eu não tenho conhecimento de como funciona o sistema eleitoral brasileiro por um todo, mas sei os básicos tanto da parte proporcional quanto da parte majoritária”.

5- Qual a importância que você dá para o seu direito ao voto?

“Eu dou grande importância ao meu direito ao voto, porque assim eu consigo escolher quem vai representar o Brasil e me representar também”.

6- Você possui o título de eleitor? Na eleição presidencial do ano que vem (2022), se não tiver título, você pretende fazê-lo e exercer seu direito ao voto?

“Eu ainda não possuo título de eleitor porque eu não tenho idade, mas eu pretendo fazê-lo antes da eleição presidencial e exercer o meu direito ao voto”.

**APÊNDICE E - TRANSCRIÇÃO DE ENTREVISTA REALIZADA COM PÚBLICO
PRÓXIMO 02**

1- Você julga seu entendimento político de alto, médio ou baixo nível? Você compreende o funcionamento estrutural político brasileiro?

“Meu entendimento sobre política eu considero baixo, sei o mínimo ,mas não entendo como eles gerenciam... sei um pouco como funciona ,não muito mais que isso”.

2- Qual seu sentimento sobre representatividade política nas esferas organizacionais do país (executivo, legislativo e judiciário)?

“Não me sinto representado por nenhum dos poderes, efetivamente não, apesar de saber que existem eleições”.

3- Qual o seu entendimento sobre as ideologias políticas presentes no Brasil? Sabe como elas funcionam, quais os valores e os ideais de cada uma?

“Não tenho conhecimento sobre elas”.

4- Você sabe como funciona o sistema eleitoral brasileiro? (majoritário e proporcional)

“Eu sei por cima profundamente não, sei que existem vários sistemas de votação, mas não tenho conhecimento de quase nenhum”.

5- Qual a importância que você dá para o seu direito ao voto?

“Eu acredito que meu voto é muito importante por que , tenho direito de brigar por quem eu quero no controle do País , ele pode ter ideias que eu acredito serem os corretos e defendo essas causas”.

6- Você possui o título de eleitor? Na eleição presidencial do ano que vem (2022), se não tiver título, você pretende fazê-lo e exercer seu direito ao voto?

“Não adquirei o meu título ainda ,mas ano que vem pretendo fazer e já garantir minha primeira participação nas eleições!”

**APÊNDICE F - PERGUNTAS DO FORMULÁRIO DE PESQUISA NO GOOGLE
FORMS**

1. Qual sua idade?
2. Qual sua escolaridade?
3. Em qual cidade você mora?
4. Onde você estuda?
5. Com relação ao seu núcleo familiar, as decisões são tomadas
6. Na sua casa, há conversas sobre política? É um assunto comum, ou é tratado ainda como um tabu?
7. Você considera a sua família politicamente ativa?
8. Existiu educação política por parte de seus pais ou responsáveis?
9. Você se sente confortável conversando sobre política com sua família?
10. Possui Título de Eleitor?
11. Você conversa sobre política com seus amigos? Quais os pontos geralmente abordados?
12. Você conversa sobre política na escola? Quais os assuntos já abordados na escola?
13. Você se sente motivado a aprender sobre a política brasileira?
14. Em uma escala de 1 a 7, o quanto você se sente pronto para falar sobre política?
15. Em uma escala de 1 a 7, sendo um muito pouco interessado e sete muito interessado, o quanto você se sente interessado em aprender mais sobre o sistema político brasileiro?
16. Em uma escala de 1 a 7, sendo um muito pouco representado e sete muito representado, o quanto você se sente representado no cenário político brasileiro atual?
17. Descreva, em poucas palavras, o que você acha sobre a política brasileira
18. Quais são as redes sociais que você utiliza?
19. Cite abaixo os criadores de conteúdo que você mais gosta e acompanha
20. Você segue alguma pessoa ou canal online que fale sobre política?
21. Veja o vídeo a seguir (<https://www.youtube.com/watch?v=2P5WoNkSFhY>)
Descreva em poucas palavras, o que você achou do vídeo .
22. Veja o vídeo a seguir (<https://www.youtube.com/watch?v=PgijpiWjOKs>)
Descreva em poucas palavras, o que você achou do vídeo .
23. Na sua opinião, qual dos vídeos te chamou mais atenção?

APÊNDICE G - DIÁRIO DO PROJETO EXPERIMENTAL

DIÁRIO PEXJPP

CHIARA, EDUARDO, GABRIEL E LAURA

ENCONTRO 01

Discussão sobre a temática, formação da primeira ideia



ENCONTRO 02

Alteração de temática



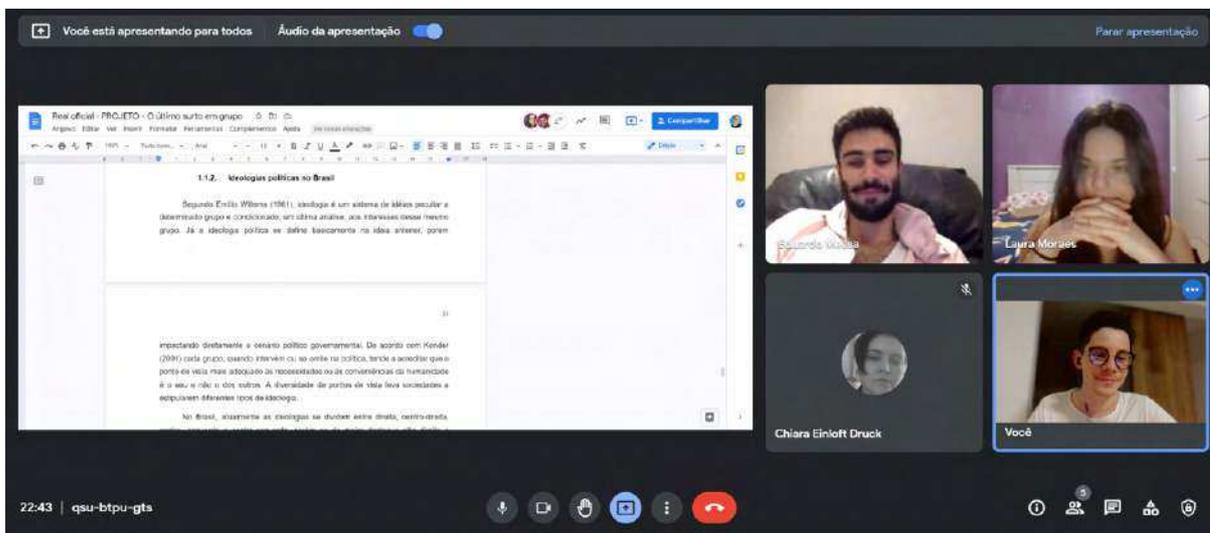
ENCONTRO 03

Organização da estrutura projeto, criação do sumário e divisão capítulos e subcapítulos dentro da temática.



ENCONTRO 04

Alinhamento final da primeira etapa do projeto. Finalizamos o capítulo teórico de descrição sobre a temática.



The screenshot shows a Zoom meeting interface. At the top, it indicates "Você está apresentando para todos" (You are presenting to everyone) and "Áudio da apresentação" (Presentation audio) is turned on. The main window displays a presentation slide titled "1.1.2. ... Ideologias políticas no Brasil". The slide content includes a quote from Eraldo Wilson (1961) and a paragraph discussing the relationship between ideology and government action. The meeting grid shows four participants: Eduardo Mendes, Luiza Moraes, Chiara Einloft Druck, and "Você" (You). The bottom of the screen shows the time "22:43" and the meeting ID "qsu-btpu-gts".

Rese oficial - PROJETO - O último curso em grupo

Áudio da apresentação

Parar apresentação

Rese oficial - PROJETO - O último curso em grupo

1.1.2. ... Ideologias políticas no Brasil

Segundo Eraldo Wilson (1961), ideologia é um sistema de ideias peculiar e determinado grupo e condicionado, um sistema atávico, pois intervém desde mesmo grupo. Já a ideologia política se define basicamente no ideário anterior, porém

impacted diretamente o cenário político governamental. De acordo com Konder (2011) cada grupo, quando intervém ou se omite na política, tende a acreditar que poria em prática mais adequadamente as possibilidades ou as conveniências da humanidade e o seu, e não os dos outros. A diversidade de pontos de vista leva sociedades a espelhar diferentes tipos de ideologia.

No Brasil, atualmente as ideologias se dividem entre direita, centro-direita,

22:43 | qsu-btpu-gts

Eduardo Mendes

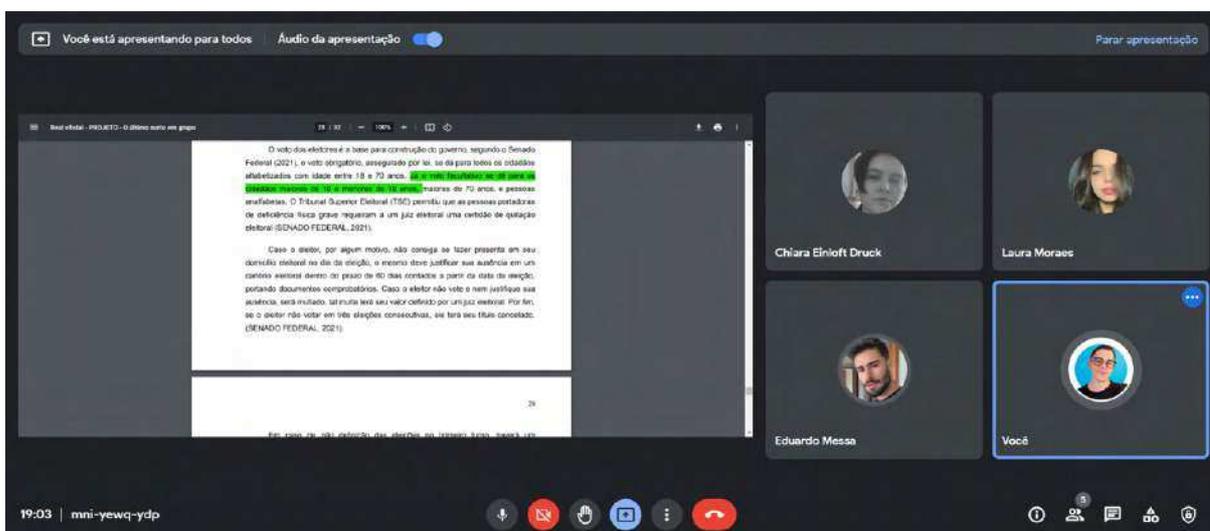
Luiza Moraes

Chiara Einloft Druck

Você

ENCONTRO 05

Correções da primeira etapa.



ENCONTRO 06

Alinhamento do cenário e perguntas para entrevista.



ENCONTRO 07

Finalização e preparação para a pré banca (30/8).



ENCONTRO 08



ENCONTRO 09

Finalização da etapa e montagem da apresentação da pré banca.



ENCONTRO 10

Realização da primeira pré-banca do projeto.



ENCONTRO 11

Correções da etapa anterior.



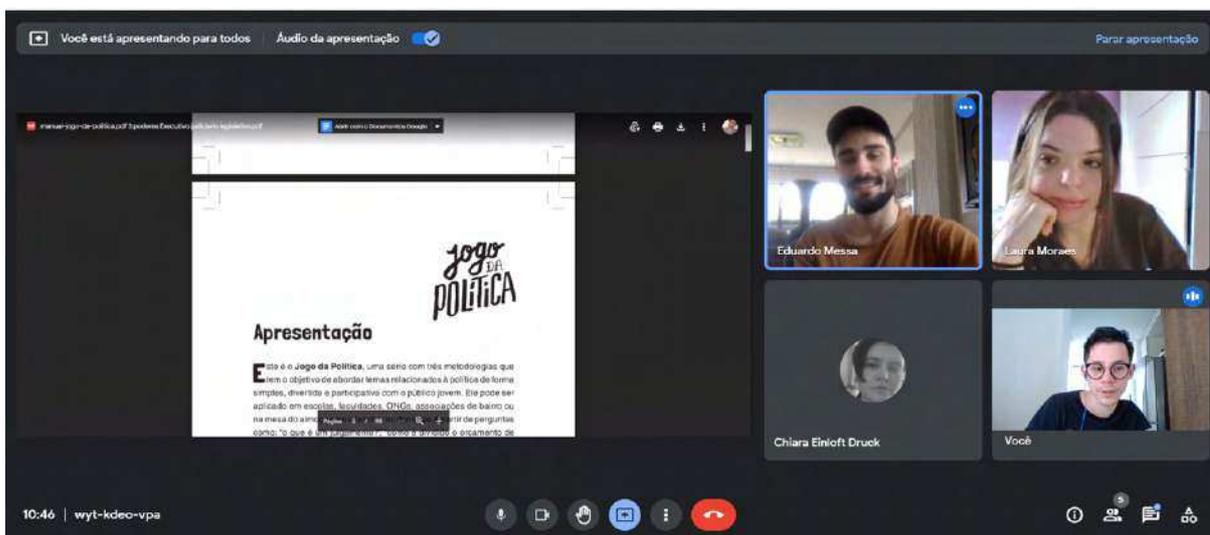
ENCONTRO 12

Início da etapa de planejamento.



ENCONTRO 13

Preparação para o dia de ação.



ENCONTRO 14

Análise dos resultados da pesquisa.

The screenshot shows a Zoom meeting interface. The main window displays a presentation slide with the following content:

é algo bem real.

MAIS (1%)

Não sua opinião, qual dos vídeos te chamou mais atenção?

127 respostas

65,3%

20%

10,4%

4,3%

1,0%

O primeiro vídeo
 O segundo vídeo
 Qualquer dos vídeos
 Não gostei de nenhum vídeo
 Não sei

The meeting controls at the bottom show the time as 22:06 and the user ID as unn-huep-mpi. The video thumbnails show participants Laura Moraes, Eduardo Messa, Chiara Einloft Druck, and Você.

ENCONTRO 15

Finalização da etapa II - Criação do posicionamento e imagem do projeto.

The screenshot shows a Zoom meeting interface with four video thumbnails. The participants are:

- Laura Moraes (top left)
- Eduardo Messa (top right)
- Chiara Einloft Druck (bottom left)
- Você (bottom right)

The meeting controls at the bottom show the time as 22:41 and the user ID as xnp-raos-hgm.

ENCONTRO 16

Montagem da apresentação para a pré-branca II - Prof. Ciro



ENCONTRO 17

PRÉ-BANCA II



ENCONTRO 18

Levantamento de referências visuais e criação da identidade visual do projeto.



ENCONTRO 19

Continuação do processo de criação.



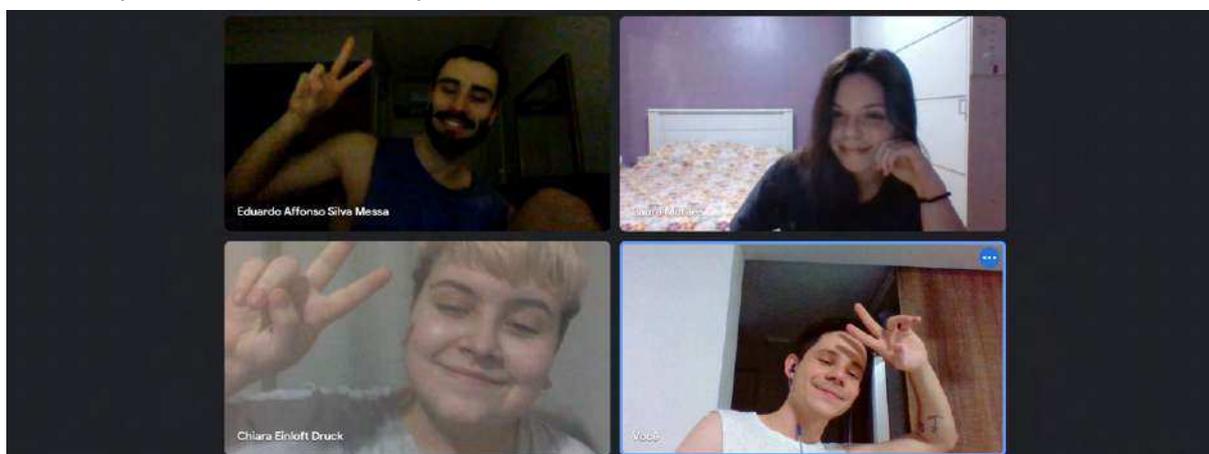
ENCONTRO 20

Criação de peças e materiais da campanha.



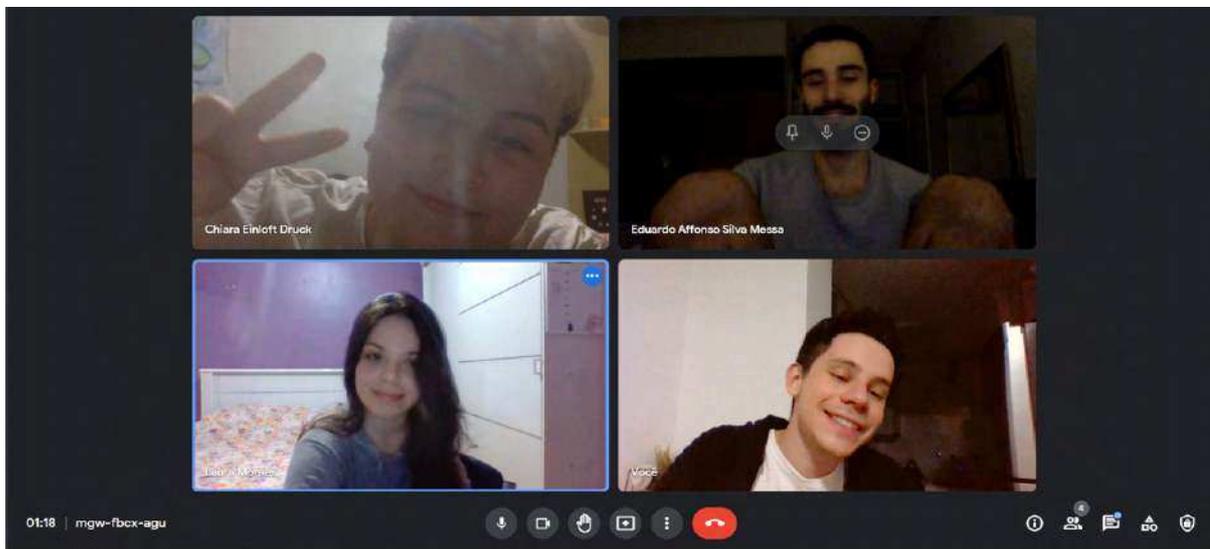
ENCONTRO 21

Finalização da etapa de criação.



ENCONTRO 22

Montando a apresentação para a pré-banca III - Com prof. Olmiro.



Vale enfatizar que nem todos os encontros houveram registros fotográficos ou textuais, uma vez que utilizamos outros meios de comunicação para realizá-los tais como whatsapp.